

**BOLETIM**

DO

# **CONSELHO ULTRAMARINO**

---

**LEGISLAÇÃO ANTIGA**

---

**VOLUME II**

**1755 a 1834**



**LISBOA**

**IMPRESA NACIONAL**

**1867**



# INDICE CHRONOLOGICO

DO

## SEGUNDO VOLUME DA LEGISLAÇÃO ANTIGA

DO

### BOLETIM DO CONSELHO ULTRAMARINO

1755	Março	8	Aviso sobre a descarga dos navios do ultramar.....	1
»	»	10	Decreto sobre o mesmo objecto.....	1
»	Abril	3	Decreto para evitar demora de pagamento dos dizimos devidos pelas Ordens Religiosas.....	3
»	Junho	10	Alvará tornando livre o commercio de Moçambique a todos os moradores da Asia Portuguesa.....	3
»	Agosto	30	Carta Regia regulando o Governo das Ilhas de S. Thomé e Príncipe.....	4
1756	Fevereiro	24	Decreto para occorrer á guarnição da India.....	5
»	Abril	15	Decreto mandando commutar a pena de trabalhos publicos em degredos para a India.....	5
1757	Janeiro	13	Alvará extinguindo a Thesouraria do Juizo da India e Mina.....	5
»	Julho	30	Resolução sobre navios estrangeiros arribados.....	6
»	Dezembro	10	Provisão auctorisando as esmolas para os Logares Santos de Jerusalem.....	6
1758	Janeiro	11	Alvará tornando livre o commercio de Angola e regulando a sahida dos navios..	7
»	»	25	Alvará sobre os direitos dos escravas e marfim de Angola.....	9
»	Fevereiro	1	Alvará sobre a fórma dos despachos dos navios do ultramar.....	11
»	»	27	Edital offerecendo gratificações e vantagens aos que voluntariamente forem servir na India.....	15
»	Março	1	Decreto sobre a nomeação do Procurador do ultramar.....	16
»	»	20	Carta Regia declarando que não pôde o Bispo de Macau prohibir a entrada de mulheres timores na mesma cidade.....	16
»	»	»	Carta Regia prohibindo a escravidão dos chins.....	16
»	Abril	24	Decreto confirmando as instrucções para despacho dos navios das carreiras de Asia, Africa e America.....	18
1759	Janeiro	5	Decreto permittindo que a companhia do Grão Pará e Maranhão mande um navio seu de Lisboa a Macau.....	20
»	Abril	7	Decreto ordenando que dos dinheiros da Bulla da Cruzada vindos do ultramar se não pague o um por cento da Casa da Moeda.....	21
»	Julho	26	Tratado de paz entre o Estado da India e o potentado Sarde Say Quema Saunto Bonsuló.....	21
»	Agosto	9	Alvará sobre a administração dos bens dos defuntos e ausentes.....	23
»	Setembro	4	Alvará concedendo o tratamento de senhoria ao administrador episcopal de Moçambique.....	25
1760	Abril	4	Aviso sobre o soldo dos soldados condemnados a degredo para a India.....	26
»	»	5	Portaria sobre o objecto do aviso precedente.....	26
»	Outubro	15	Alvará sobre contrabando.....	26
»	Novembro	20	Provisão sobre esmolas para a Terra Santa.....	29
»	Dezembro	23	Provisão sobre testamentos e inventarios.....	29
1761	Abril	2	Alvará declarando que os Christãos da India Portuguesa são em tudo iguaes aos portuguezes.....	30
»	»	18	Aviso sobre os Missionarios das Ilhas de S. Thomé e Príncipe.....	32
»	Maio	7	Alvará abolindo o monopolio do velorio em Moçambique.....	32
»	»	»	Alvará sobre o commercio de Angola e Moçambique.....	33
»	Setembro	19	Alvará a favor da liberdade dos escravos.....	35
»	Novembro	14	Carta Regia sobre a administração de Justiça Criminal em Angola.....	36
»	»	17	Decreto mandando fazer escala em Angola as náos e mais embarcações que voltarem da India.....	37
»	Dezembro	22	Carta de Lei declarando a jurisdição do Conselho da Fazenda.....	37
1762	»	20	Alvará declarando o de 7 de Maio de 1761 ácerca da navegação dos portos de Africa.....	54
1763	Junho	16	Alvará concedendo ao Conselho Ultramarino a mesma jurisdição como a que compete ao Conselho da Fazenda sobre a execução da Lei de 22 de Dezembro de 1761.....	55
»	Novembro	10	Provisão prorogando por mais tres annos a graça de poderem dar as Camaras do ultramar suas esmolas para os Logares da Terra Santa.....	55

1764	Janeiro	16	Alvará sobre as presas feitas aos corsarios e piratas.....	56
"	Dezembro	15	Decreto facultando aos Juizes da morte do Ouvidor de Cabo-Verde impor aos reos penas extraordinarias, e applicar as pecuniarias á viuva e filhos do mesmo Ouvidor.....	57
1765	Julho	19	Alvará ácerca da execução do paragrapho 4.º titulo xiii da Lei de 22 de Dezembro de 1761, relativamente ao ultramar.....	58
"	"	27	Alvará providenciando á boa arrecadação dos bens dos falecidos nos dominios ultramarinos.....	60
"	Setembro	13	Provisão ordenando a regularidade com que devem ser remettidos do ultramar papeis ao Conselho Ultramarino.....	62
1767	Janeiro	2	Aviso favorecendo a liberdade dos mulatos e mulatas vindos da America, Asia e Africa.....	62
1769	Junho	27	Alvará ácerca de pagamento de direitos nos portos do Brasil.....	63
1770	Agosto	25	Alvará extinguindo todos os officios e empregos do Conselho da Fazenda com o titulo de Repartição de Africa, Gente de Tanger, Casa de Ceuta e Mazagão....	64
"	Outubro	12	Alvará impondo ao contrabando da Urzella as penas do contrabando do Tabaco..	67
"	Novembro	24	Aviso providenciando a bem do credito da navegação e commercio da India....	67
"	Dezembro	12	Alvará declarando quem deve succeder na falta ou ausencia dos Governadores e Capitães Generaes do Brasil e Ilhas.....	68
1771	Julho	10	Decreto permittindo a venda das fazendas da Asia sem intervenção dos corretores.	69
1772	Junho	19	Alvará revogando a Carta Regia de 17 de Novembro de 1761 ácerca da permissão aos navios que voltavam da Asia, para poderem vender fazendas em o porto de Loanda e Reino de Angola.....	70
"	Novembro	10	Lei abolindo as antigas consignações para a instrução dos estudos, e estabelecendo o subsidio litterario.....	72
"	Dezembro	12	Alvará declarando o de 10 de Setembro de 1765 e 2 de Junho de 1766, ácerca da escala dos navios de Africa e America na sua volta dos portos do Cabo da Boa Esperança.....	74
1773	Abril	6	Alvará extinguindo a Junta da Intendencia das dividas antigas dos Armazens de Guiné e India.....	75
"	Julho	13	Alvará confirmando e mandando observar o Regimento do Regio Arsenal e Ribeira das Nãos da cidade de Goa, que se acha junto.....	78
1774	Janeiro	15	Lei dando nova fôrma ao Governo da India.....	144
"	"	"	Alvará mandando continuar a Camara de Goa nos seus privilegios, e regulando a fôrma das suas eleições.....	146
"	"	"	Alvará dando nova organização aos Governos civil, politico e economico no Estado da India.....	147
"	"	20	Alvará mandando executar o Regimento da cidade de Goa.....	161
1776	Agosto	6	Alvará franqueando os portos da Bahia, Pernambuco, Parahiba e os mais da Africa e Asia aos vinhos, aguas-arquentes e vinagres, e ordenando que no porto do Rio de Janeiro seja privativo o commercio dos vinhos do Douro.....	195
1778	Março	24	Ratificação do Tratado de alliança com a Hespanha.....	196
"	Abril	2	Decreto restabelecendo a Relação de Goa.....	203
1779	Março	5	Resolução ácerca do conflicto de jurisdicção entre os Regulares e Bispos do Ultramar.....	203
"	Maio	19	Decreto providenciando a que pelos Ministros do Ultramar sejam cumpridas as ordens expedidas pela Junta da Bulla da Cruzada.....	205
"	Julho	24	Decreto favorecendo as fabricas de lanificios.....	205
1780	Janeiro	26	Alvará para se não entregarem ás partes os processos originaes das justificações ultramarinas.....	206
1783	"	8	Alvará favorecendo o commercio d'este Reino e Ilhas e Brazil, com os portos de Goa e Macau.....	206
"	Março	17	Decreto declarando o Alvará de 8 de Janeiro de 1783 ácerca de direitos do commercio com os portos da Asia.....	208
"	Novembro	25	Decreto concedendo rebate de direitos a generos importados e exportados em embarcações portuguezas.....	209
1784	Janeiro	26	Carta Regia providenciando a evitar os crimes atrozes frequentes em Angola....	210
"	Março	1	Carta Regia ácerca de direitos na Alfandega de Angola.....	211
"	"	29	Regimento da Alfandega de Macau.....	212
1785	Abril	14	Alvará occorrendo ás prevaricações de alguns Governadores e Ouvidores do Ultramar.....	225
1786	Outubro	11	Alvará occorrendo ás dissensões entre os Bispos e as Ordens Militares ácerca de jurisdicções e competencias.....	227
1787	Julho	7	Instrucções de Regimento para a arrecadação da Collecta litteraria nas comarcas d'este Reino e Ilhas adjacentes, e Capitánias ultramarinas.....	231
1788	Junho	10	Edital com vantagens aos soldados que voluntariamente forem servir na India..	241
1789	Janeiro	29	Decreto favorecendo o despacho de fazendas na Casa da India.....	242
"	Fevereiro	15	Decreto suspendendo a execução do de 29 de Janeiro de 1789.....	242
"	Maio	27	Alvará regulando os direitos das fazendas vindas das costas de Malabar.....	243
1790	Agosto	24	Provisão para as Camaras do Ultramar poderem dar esmolas para a Terra Santa.	244
"	Novembro	15	Alvará regulando a tara que deverá abater-se ás saccas de algodão, café, cacau e arroz.....	245
1792	Fevereiro	14	Decreto declarando quaes fazendas da Asia se podem admittir a despacho nas alfandegas do Reino.....	245

1792	Março	17	Assento declarando que as causas sobre letras de dinheiro a risco para os logares que se governam pelas leis da India e Guiné, são da competencia do Juizo da India e Mina.....	246
1793	Abril	29	Decreto concedendo aos Ministros do Conselho do Ultramar a carta de titulo do Conselho.....	247
	» Julho	17	Alvará isentando de direitos a cera importada de Angola e Benguella.....	247
	» »	20	Alvará para se suspenderem as contestações entre os Regulares e os Bispos do Ultramar.....	248
1794	Fevereiro	15	Alvará isentando de meios direitos nas alfandegas do Ultramar a louça das fabricas do Reino.....	249
	» Abril	30	Alvará ampliando o de 17 de Julho de 1793 ácerca de direitos da cera.....	250
1795	Agosto	17	Alvará sobre direitos de fazendas e baldeações.....	250
1797	Março	20	Resolução para o Conselho do Almirantado prover patrões mores nos portos ultramarinos.....	252
	» Abril	27	Alvará favorecendo as fabricas de fição e tecelagem de algodão.....	252
	» Junho	21	Carta Regia approvando a um Capitão General o procedimento que havia praticado com dois Desembargadores suspendendo-os.....	253
	» Setembro	2	Aviso mandando observar nas Ilhas dos Açores todas as leis que se não restringirem a differente territorio.....	254
1798	Maio	18	Alvará declarando livre a pesca das baleias e preparo de azeite no mar alto, e também as pescarias sedentarias nas Ilhas de Cabo-Verde.....	255
	» Agosto	7	Decreto ácerca das licenças dos officiaes de Fazenda do Ultramar, para virem curar-se a Portugal.....	256
	» Outubro	19	Decreto isentando de direitos a exportação de escravos de Angola para o Pará... ..	256
	» »	20	Decreto ácerca do provimento das serventias dos officios de Fazenda no Ultramar e Ilhas, e novos direitos das mesmas serventias.....	257
1799	Janeiro	16	Decreto ácerca do commercio de escravatura no Pará.....	257
	» Junho	24	Decreto ácerca da chamada Agua de Inglaterra.....	257
	» Setembro	5	Provisão para se dar o tratamento de Senhoria aos Governadores subalternos nas capitánias do Ultramar.....	258
	» »	16	Decreto ácerca do provimento dos postos militares no Ultramar.....	258
	» Novembro	12	Portaria mandando observar a Resolução de 16 de Outubro de 1799 ácerca das heranças dos Bispos do Ultramar.....	259
1800	Janeiro	25	Provisão ácerca das heranças dos Bispos Seculares do Ultramar.....	259
	» Fevereiro	14	Decreto sobre a fôrma das habilitações para beneficios do Ultramar, na Mesa da Consciencia e Ordens.....	260
	» Março	10	Alvará declarando o de 19 de Setembro de 1761 sobre escravatura.....	260
	» Novembro	12	Decreto isentando de direitos por mais de dez annos o arroz introduzido de quaesquer dos portos dos dominios d'este Reino.....	261
	» »	25	Alvará regulando o commercio dos Estados da Asia.....	261
1801	Janeiro	9	Decreto mandando destinar para Cacheu e Bissau todos os reos que se acharem incursos em degredo para Africa.....	263
	» Junho	9	Alvará creando os cosmographos, e determinando que haja um logar nos Conselhos da Fazenda do Ultramar, Almirantado, e Junta do Commercio para os professores de mathematica.....	264
1802	Março	4	Alvará auctorisando a Mesa da Consciencia para proceder contra os Provedores e Officiaes de Defuntos e Ausentes, Capellas e Resíduos do Ultramar.....	266
	» Dezembro	27	Alvará providenciando ao commercio da Asia, e escala dos navios do mesmo na Bahia.....	267
1803	Março	26	Alvará dando novo Regimento ao logar de Ouvidor de Macau.....	270
	» »	»	Alvará creando uma Junta de Justiça Suprema em Macau.....	274
1804	Março	16	Decreto isentando de direitos por mais cinco annos o arroz do Brazil importado n'este Reino.....	275
	» Abril	10	Decreto concedendo a isenção da contribuição imposta nos chapeos grossos das Fabricas nacionaes, e libertando-os de meios direitos nas alfandegas ultramarinas.....	275
	» Outubro	10	Decreto para se commutarem as penas dos reos em degredos para a India e Moçambique.....	276
1805	Fevereiro	18	Alvará regulando as antiguidades dos officiaes militares do ultramar.....	276
	» Março	6	Aviso ácerca da economia na condemnação de degredo para as Conquistas.....	277
	» Agosto	23	Carta Regia ácerca do subsidio litterario no Ultramar.....	278
1806	Maio	29	Alvará providenciando ao prompto provimento dos beneficios ecclesiasticos dos bispados de Angola, Congo, Cabo-Verde e S. Thomé.....	278
	» Dezembro	16	Decreto estabelecendo o methodo por que serão empregados n'este Reino os officiaes militares que tiverem servido nas colonias.....	280
1807	Janeiro	7	Decreto mandando commutar em degredo para a India e Moçambique as penas dos reos já sentenciados.....	280
	» »	14	Alvará para se extinguirem e encorporarem na Corôa as capellas vagas no Ultramar.....	281
	» Abril	7	Alvará concedendo á Relação de Goa os mesmos emolumentos da Casa da Supplicação.....	284
	» Agosto	18	Alvará facultando uma Feitoria de commercio em Cabo-Negro.....	284
1808	Março	26	Decreto erigindo novamente a Capitania General de Cabo-Verde.....	285
	» Abril	1	Alvará revogando a prohibição de Fabricas no Ultramar.....	286



1808	Abril	13	Carta Regia ácerca do Commercio de Escravatura.....	286
"	Junho	27	Alvará estabelecendo o imposto da Decima no Ultramar.....	287
1809	Abril	28	Alvará concedendo isenções ás materias primas das manufacturas nacionaes, e da construção de navios.....	290
"	Junho	3	Alvará impondo o tributo da Decima aos predios urbanos.....	292
"	"	"	Alvará estabelecendo o direito da Sisa nos dominios ultramarinos.....	293
"	"	17	Alvará sujeitando ao imposto do Sello no ultramar os papeis, heranças e legados.....	295
1810	Fevereiro	12	Alvará ácerca da importação do ouro no Brasil, por embarcações procedentes da Costa de Africa.....	299
"	Maio	13	Decreto concedendo aos habitantes de Macau commercio directo para o Brazil, e isenção de direitos.....	300
"	"	"	Carta Regia concedendo á cidade de Macau o titulo de Leal.....	300
"	"	18	Carta Regia para a criação de uma casa de Seguro em Macau.....	300
"	Junho	1	Alvará creando o lugar de Juiz de Fôra de Moçambique.....	301
"	"	2	Carta Regia declarando o Decreto de 13 de Maio ultimo ácerca da isenção de direitos de commercio de Macau para o Brazil.....	302
"	"	5	Carta Regia concedendo uma loteria annual em Macau.....	303
"	Dezembro	3	Alvará ácerca do lançamento e cobrança do imposto da Decima.....	303
1811	Fevereiro	4	Alvará regulando o commercio da Asia.....	305
"	Março	16	Alvará da criação do lugar de Juiz de Fôra e Orphãos de Bissau, Cacheu e suas dependencias.....	312
"	Maio	20	Alvará isentando a casa da Misericordia de Benguella e as outras dos dominios ultramarinos do pagamento do Sello das quitações dos legados.....	313
"	Julho	22	Carta Regia declarando os districtos da America e Africa para o consumo da polvora da Real Fabrica do Rio de Janeiro e da de Lisboa.....	314
"	Agosto	19	Decreto ampliando o de 22 de Outubro de 1810, perdoando aos presos que se acharem nas cadeias dos dominios ultramarinos.....	314
"	Setembro	10	Alvará estabelecendo Juntas nas capitais dos dominios ultramarinos.....	315
"	"	18	Alvará permittindo o emprasamento de baldios nas Ilhas da Madeira e Porto Santo.....	317
"	Outubro	2	Alvará declarando o de 3 de Junho de 1809 para que a Sisa da compra dos hens de raiz no ultramar se pague a prazos.....	322
"	Novembro	19	Decreto declarando o paragrapho 28 do Alvará de 4 de Fevereiro d'este anno sobre commercio e navegação.....	323
1812	"	12	Aviso ácerca da isenção de direitos á enxarcia da Fabrica de Pedrouços.....	323
"	"	27	Decreto providenciando a prompta execução do Alvará de 17 de Junho de 1809.....	324
1813	Setembro	20	Alvará isentando de quaesquer direitos de entrada ou sahida o sabão de azeite de palma, e o mesmo azeite da Ilha de S. Thomé.....	325
"	Novembro	24	Alvará regulando a arqueação dos navios empregados na condução dos negros de Africa.....	325
1814	Julho	20	Carta Regia para o augmento dos emolumentos a dois Officiaes da Alfandega de Macau.....	332
"	Agosto	5	Officio ampliando o favor da Carta Regia antecedente a todos os Officiaes da Alfandega de Macau.....	332
1815	Junho	8	Carta de ratificação do Tratado com a Gram-Bretanha, de 22 de Janeiro de 1815, sobre o trafico de escravatura.....	332
"	Agosto	19	Portaria sobre direitos do arroz.....	335
1816	Janeiro	25	Alvará creando mais um lugar de Desembargador para Goa, e um lugar de Ouvidor da Provincia de Bardez.....	335
1817	Novembro	8	Carta de ratificação da Convenção de 28 de Julho de 1817, que é addicionamento ao Tratado de 22 de Janeiro de 1815.....	336
"	Dezembro	9	Carta de ratificação do Artigo separado da Convenção do 28 de Julho de 1817, addicional ao Tratado de 22 de Janeiro de 1815.....	348
1818	Janeiro	26	Alvará estabelecendo penas contra os que fizerem commercio prohibido de escravos.....	349
"	Fevereiro	6	Alvará extinguindo o lugar de Juiz do Crime de Angola, reunindo-o ao do Civel, e o do Juiz da Alfandega ao do Ouvidor.....	351
"	"	"	Alvará concedendo o tratamento de Senhoria á Camara de Macau.....	352
"	Setembro	17	Carta de Lei elevando á categoria de cidade a Villa de Moçambique.....	352
1819	Agosto	26	Alvará derogando o Decreto de 13 de Maio e Cartas Regias de 30 de Maio e 2 de Junho de 1810, sobre o commercio de Macau.....	353
1820	Abril	15	Carta Regia desannexando o lugar de Ouvidor da cidade de Macau do de Administrador da Alfandega da mesma cidade.....	354
1821	Julho	28	Carta Regia determinando a maneira por que provisoriamente deve ser considerada a força permanente de terra do Reino Unido, e o modo por que ha de ser empregada.....	354
"	Agosto	30	Ordem das Cortes ao Governo ácerca da venda e mercado da Urzella das Ilhas de Cabo-Verde.....	355
"	Novembro	8	Carta de Lei determinando que os negocios do Ultramar, que até alli eram todos expedidos pela Secretaria da Marinha, lhe fiquem pertencendo, ou ás outras, segundo a sua natureza.....	356
"	Dezembro	28	Carta de Lei admittindo para consumo em todos os portos do Reino Unido fazendas da Asia manufacturadas com cores, pagando o tributo ahi determinado....	357
1822	Março	26	Ordem das Cortes para que as Juntas provisórias do Governo das Provincias Ultramarinas possam crear escolas.....	357

1822	Abril	4 Carta de Lei determinando o imposto sobre as fazendas de côr, que se importam dos portos estrangeiros da Asia.....	338
	» Maio	2 Decreto declarando que se podem admittir a despacho fazendas dos portos d'alem do Cabo da Boa Esperança, carregadas em navio de portuguez, ainda que de construcção estrangeira.....	359
	» »	» Decreto declarando que os navios que navegam para a Asia não sejam obrigados a levar mais do que um cirurgião e um aulista.....	359
	» »	29 Carta de Lei dando nova fôrma aos governos da Africa, e á força que ahi deve ser empregada.....	359
	» Julho	13 Carta de Lei regulando o vencimento de soldo dos officiaes regressados do Ultramar.....	360
	» »	20 Carta de Lei provendo sobre varios ramos de administração nas Ilhas de Cabo-Verde.....	361
	» »	27 Decreto dando diversas providencias relativamente ás Egrejas do Ultramar.....	362
	» »	29 Decreto estabelecendo o que se deve abonar aos Governadores nomeados para o Ultramar e officiaes empregados nas expedições.....	363
	» Agosto	12 Carta de Lei estabelecendo diversas disposições sobre os Logares de Letras do Ultramar.....	363
	» Outubro	24 Decreto auctorisando o adiantamento de seis mezes de ordenado aos magistrados despachados para o Ultramar.....	364
	» »	28 Decreto determinando a gratificação que devem perceber os Governadores subalternos de Africa.....	365
	» Dezembro	24 Carta de Lei mandando adiantar a quarta parte dos ordenados aos empregados civis que forem servir no Ultramar.....	365
1823	Fevereiro	4 Carta de Lei permittindo que sejam providos nos logares triennaes de magistratura do Ultramar quaesquer bachareis habilitados para os logares de Letras, e nos das Relações os que tiverem servido um logar no Reino Unido.....	366
	» Abril	7 Carta de Lei fixando os vencimentos de diversos empregados civis e militares que regressarem do Ultramar.....	366
	» Outubro	3 Carta de Lei mandando remetter á Secretaria da Marinha o expediente de todos os negocios do Ultramar.....	367
1826	Janeiro	21 Decreto ordenando que se não illuminem as fortalezas nem os outros edificios publicos do Ultramar, á custa da Fazenda Publica, por occasião das entradas e posses de novos Governadores ou Prelados.....	368
1827	Abril	9 Alvará concedendo o tratamento de Senhoria ao Senado da Camara de Goa.....	368
1829	Agosto	11 Alvará ordenando que nos portos da Asia se possa continuar a negociação de Letras de risco para o augmento de quaesquer negociações comprehendidas e começadas em Lisboa, estabelecendo a este respeito todas as providencias necessarias.....	369
1831	Fevereiro	26 Edital do Conselho Ultramarino relativo á concessão do dominio util da Ilha de Gallinhas a Joaquim Antonio de Mattos.....	370
1833	Agosto	30 Decreto extinguindo o Conselho Ultramarino.....	371
	» Dezembro	28 Decreto occorrendo ao deploravel estado em que se acham as Egrejas de Africa e de Asia.....	372
1834	Janeiro	7 Decreto permittindo aos habitantes das Ilhas de Cabo-Verde importar quaesquer generos pagando os respectivos direitos.....	373
	» Março	4 Portaria declarando que se não ponha em pratica o Regulamento de 17 de Setembro de 1833, emquanto se não determinar o modo de sua applicação.....	373
	» Maio	28 Decreto determinando que os Estados de Goa possam nomear tres deputados em vez de um.....	374
	» Julho	18 Portaria providenciando acerca dos processos do Juizo das Justificações Ultramarinas.....	374
	» »	28 Decreto dividindo os negocios das Provincias Ultramarinas pelas differentes Secretarias d'Estado.....	374

# INDICE ALPHABETICO

DO

## SEGUNDO VOLUME DA LEGISLAÇÃO ANTIGA

DO

### BOLETIM DO CONSELHO ULTRAMARINO

C

A

*Adiantamento* — Decreto de 24 de Outubro de 1822, auctorisando o adiantamento de seis mezes de ordenado aos magistrados despachados para o Ultramar — pag. 364.

— Carta de Lei de 24 de Dezembro de 1822, mandando adiantar a quarta parte dos ordenados aos empregados civis que forem servir no Ultramar — pag. 365.

*Administração* — V. Ilhas de Cabo-Verde.

*Agua de Inglaterra* — Decreto de 24 de Junho de 1799, acerca da chamada agua de Inglaterra — pag. 257.

*Aguardente* — V. Commercio.

*Alfandega de Angola* — V. Angola.

*Alfandega de Macau* — V. Macau.

*Alfandegas* — Alvará de 27 de Junho de 1769, acerca de pagamentos de direitos nos portos do Brazil — pag. 63.

— Decreto de 25 de Novembro de 1783, concedendo rebate de direitos a generos importados e exportados em embarcações portuguezas — pag. 209.

— Portaria de 4 de Março de 1834, declarando que se não ponha em pratica o Regulamento de 17 de Setembro de 1833, sobre Alfandegas, enquanto se não determinar o modo de sua applicação — pag. 373.

*Alfandegas* — V. Algodão — Arroz — Cacau — Café — Cera — Commercio — Fazendas — Ilha de S. Thomé — Navios — Oiro — Urzella — Tara.

*Algodão* — V. Fabricas — Tara.

*Angola* — Carta Regia de 26 de Janeiro de 1784, providenciando a evitar os crimes atrozes frequentes em Angola — pag. 210.

— Carta Regia de 1 de Março de 1784, acerca de direitos na Alfandega de Angola — pag. 211.

— Alvará de 6 de Fevereiro de 1818, extinguindo o lugar de Juiz do Crime de Angola, reunindo-o ao do Civil, e o do Juiz da Alfandega ao do Ouvidor — pag. 351.

*Angola* — V. Justiça Criminal.

*Antiguidade* — V. Officiaes Militares.

*Armazens* — Alvará de 6 de Abril de 1773, extinguindo a Junta da Intendencia das dividas antigas dos Armazens de Guiné e India — pag. 75.

*Arroz* — Decreto de 12 de Novembro de 1800, isentando de direitos por mais dez annos o arroz introduzido de quaesquer dos portos dos dominios d'este Reino — pag. 261.

— Decreto de 16 de Março de 1804, isentando de direitos por mais cinco annos o arroz do Brazil importado n'este Reino — pag. 275.

*Arroz* — Portaria de 19 de Agosto de 1815, sobre direitos do arroz — pag. 335.

*Arroz* — V. Tara.

*Arsenal de Goa* — V. Goa.

*Aulista* — V. Navios.

*Azeite de baleia* — V. Pescarias.

*Azeite de palma* — V. Ilhas de S. Thomé e Principe.

B

*Baldeação* — V. Fazendas.

*Baldios* — Alvará de 18 de Setembro de 1811, permitindo o emprazamento de baldios nas Ilhas da Madeira e Porto Santo — pag. 317.

*Beneficios ecclesiasticos* — Decreto de 14 de Fevereiro de 1800, sobre a forma das habilitações para beneficios do Ultramar, na Mesa da Consciencia e Ordens — pag. 260.

— Alvará de 29 de Maio de 1806, providenciando ao prompto provimento dos beneficios ecclesiasticos dos bispados de Angola, Congo, Cabo-Verde e S. Thomé — pag. 278.

*Bens de raiz* — V. Sisa.

*Bispos* — V. Contestações — Heranças — Posses.

*Bissau* — Alvará de 16 de Março de 1814, da criação do lugar de Juiz de Fôra e Orphãos de Bissau, Cacheu e suas dependencias — pag. 312.

*Bonsulô* — Tratado de paz, de 26 de Julho de 1759, entre o Estado da India e o potentado Sarde Say Quema Saunto Bonsulô — pag. 21.

*Bulla da Cruzada* — Decreto de 7 de Abril de 1759, ordenando que dos dinheiros da Bulla da Cruzada vindos do Ultramar se não pague o um por cento na Casa da Moeda — pag. 21.

— Decreto de 19 de Maio de 1779, providenciando a que pelos Ministros do Ultramar sejam cumpridas as ordens expedidas pela Junta da Bulla da Cruzada — pag. 205.

C

*Cabo Negro* — V. Commercio.

*Cabo-Verde* — V. Ilhas de Cabo-Verde — Ouvidor.

*Cacau* — V. Tara.

*Cacheu* — V. Bissau.

*Café* — V. Tara.

*Camara de Goa* — V. Goa — Tratamento.

*Camara de Macau* — V. Macau.

*Capellas* — Alvará de 14 de Janeiro de 1807, para

se extinguirem e incorporarem na Corda as Capellas vagas no Ultramar — pag. 284.

*Capellas* — V. Defuntos e ausentes.

*Capitães Generaes* — V. Governadores.

*Casa da India* — V. Fazendas.

*Categoria* — V. Moçambique.

*Cera* — Alvará de 17 de Julho de 1793, isentando de direitos a cera importada de Angola e Benguella — pag. 247.

— Alvará de 30 de Abril de 1794, ampliando o de 17 de Julho de 1793, acerca de direitos da cera — pag. 250.

*Chapéus grossos* — V. Fabricas.

*Chins* — Carta Regia de 20 de Março de 1758, prohibindo a escravidão dos chins — pag. 16.

*Christãos da India* — Alvará de 2 de Abril de 1761, declarando que os Christãos da India Portuguesa são em tudo iguaes aos portuguezes — pag. 30.

*Cidade de Goa* — V. Goa.

*Cidade de Macau* — V. Macau.

*Cirurgião* — V. Navios.

*Collecta litteraria* — V. Subsidio litterario.

*Commercio* — Alvará de 10 de Junho de 1755, tornando livre o commercio de Moçambique a todos os moradores da Asia portugueza — pag. 3.

— Alvará de 11 de Janeiro de 1758, tornando livre o commercio de Angola, e regulando a saída dos navios — pag. 7.

— Alvará de 7 de Maio de 1761, sobre o commercio de Angola e Moçambique — pag. 32.

— Alvará de 6 de Agosto de 1776, franqueando os portos da India, Pernambuco, Parahiba, e os mais da Africa e Asia, aos vinhos, aguardentes e vinagres, e ordenando que no Porto do Rio de Janeiro seja privativo o commercio dos vinhos do Douro — pag. 195.

— Alvará de 8 de Janeiro de 1783, favorecendo o commercio d'este Reino e Ilhas e Brazil, com os portos de Goa e Macau — pag. 206.

— Decreto de 17 de Março de 1783, declarando o Alvará de 8 de Janeiro de 1783, acerca de direitos do commercio com os portos da Asia — pag. 208.

— Alvará de 25 de Novembro de 1800, regulando o commercio dos Estados da Asia — pag. 261.

— Alvará de 27 de Dezembro de 1802, providenciando sobre o commercio da Asia e escala dos navios do mesmo na Bahia — pag. 267.

— Alvará de 18 de Agosto de 1807, facultando uma feitoria de commercio em Cabo Negro — pag. 284.

— Alvará de 4 de Fevereiro de 1811, regulando o commercio da Asia — pag. 305.

— Decreto de 19 de Novembro de 1811, declarando o parapho 28.º do Alvará de 4 de Fevereiro d'este anno sobre commercio e navegação — pag. 323.

• — Decreto de 7 de Janeiro de 1834, permitindo aos habitantes das Ilhas de Cabo-Verde importar quaesquer generos pagando os respectivos direitos — pag. 373.

*Commercio* — V. Companhia do Grão Pará — Escravatura — India — Letras de risco — Macau — Navios — Alfandegas.

*Companhia do Grão Pará* — Decreto de 5 de Janeiro de 1759, permitindo que a Companhia do Grão Pará e Maranhão mande um navio seu de Lisboa a Macau — pag. 20.

*Conflicto* — V. Contestações.

*Conselho da Fazenda* — Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1764, declarando a jurisdicção do Conselho da Fazenda — pag. 37.

— Alvará de 25 de Agosto de 1770, extinguindo todos os officios e empregos do Conselho da Fazenda com o titulo de Repartição de Africa, Gente de Tan-ger, Casa de Ceuta e Mazagão — pag. 64.

*Conselho do Almirantado* — V. Patrões Móres.

*Conselho Ultramarino* — Alvará de 16 de Junho de 1763, concedendo ao Conselho Ultramarino a mesma jurisdicção como a que compete ao Conselho da Fazenda sobre a execução da Lei de 22 de Dezembro de 1761 — pag. 55.

— Alvará de 19 de Julho de 1765, acerca da execução do parapho 4.º Tit. XIII da Lei de 22 de Dezembro de 1761, relativamente ao Ultramar, sobre arrematações de rendas reaes perante o Conselho Ultramarino — pag. 58.

— Provisão de 13 de Setembro de 1765, ordenando a regularidade com que devem ser remetidos do Ultramar papeis ao Conselho Ultramarino — pag. 62.

— Decreto de 29 de Abril de 1793, concedendo aos Ministros do Conselho do Ultramar a Carta de titulo do Conselho — pag. 247.

— Decreto de 30 de Agosto de 1833, extinguindo o Conselho Ultramarino — pag. 371.

*Construção de Navios* — V. Materias primas.

*Contestações* — Decreto de 5 de Março de 1779, acerca de conflicto de Jurisdicção entre os Regulares e Bispos do Ultramar — pag. 203.

— Alvará de 11 de Outubro de 1786, occorrendo ás dissensões entre os Bispos e as Ordens Militares, acerca de jurisdicções e competencias — pag. 227.

— Alvará de 30 de Julho de 1793, para se suspenderem as contestações entre os Regulares e os Bispos do Ultramar — pag. 248.

*Contrabando* — Alvará de 15 de Outubro de 1760, sobre contrabando — pag. 26.

*Contrabando* — V. Urzella.

*Corsarios* — V. Presas.

*Cosmographos* — Alvará de 9 de Junho de 1801, creando os cosmographos, e determinando que haja um logar nos Conselhos da Fazenda do Ultramar, Almirantado e Junta do Commercio, para os professores de mathematica — pag. 264.

*Crimes atrozes* — V. Angola.

## D

*Decima* — Alvará de 27 de Junho de 1808, estabelecendo o imposto da decima no Ultramar — pag. 287.

— Alvará de 3 de Junho de 1809, impondo o tributo da decima aos predios urbanos — pag. 292.

— Alvará de 3 de Dezembro de 1810, acerca do lançamento e cobrança do imposto da decima — pag. 303.

*Defuntos e ausentes* — Alvará de 9 de Agosto de 1759, sobre a administração dos bens dos Defuntos e ausentes — pag. 23.

— Alvará de 27 de Julho de 1765, providenciando á boa arrecadação dos bens dos fallecidos nos dominios ultramarinos — pag. 60.

— Alvará de 4 de Março de 1802, auctorisando a Mesa da Consciencia para proceder contra os Provedores e Officiaes de Defuntos e ausentes, Capellas e Resíduos do Ultramar — pag. 266.

*Defuntos e ausentes* — V. Heranças — Legados — Testamentos.

*Degredo* — Decreto de 15 de Abril de 1756, mandando commutar a pena de trabalhos publicos em degredo para a India — pag. 5.

— Aviso de 4 de Abril de 1760, sobre o soldo dos soldados condemnados a degredo para a India — pag. 26.

— Portaria de 5 de Abril de 1760, sobre o soldo dos soldados condemnados a degredo para a India — pag. 26.

**Degredo** — Decreto de 9 de Janeiro de 1801, mandando destinar para Cacheu e Bissau todos os réos que se acharem incursos em degredo para Africa — pag. 263.

— Decreto de 10 de Outubro de 1804, para se commutarem as penas dos réos em degredo para a India e Moçambique — pag. 276.

— Aviso de 6 de Março de 1805, acerca da economia na condemnação de degredo para as Conquistas — pag. 277.

— Decreto de 7 de Janeiro de 1807, mandando commutar em degredo para a India e Moçambique as penas dos réos já sentenciados — pag. 280.

**Deputados** — Decreto de 28 de Maio de 1834, determinando que os Estados de Goa possam nomear seus deputados em vez de um — pag. 374.

*Descarga* — V. Navios.

*Desembargadores* — V. Goa — Susensão.

*Despacho* — V. Navios.

*Dinheiro a risco* — V. Letras a risco.

*Direitos* — V. Alfandegas — Commerci.

*Dissenções* — V. Contestação.

*Dizimos* — V. Ordens Religiosas.

*Doentes* — V. Officiaes de Fazenda.

## E

**Egrejas** — Decreto de 27 de Julho de 1822, dando diversas providencias relativas ás Egrejas do Ultramar — pag. 362.

— Decreto de 28 de Dezembro de 1833, occorrendo ao deploravel estado em que se acham as Egrejas de Africa e de Asia — pag. 372.

**Emolumentos** — V. Alfandega de Macau — Relação de Góá.

*Emprazamento* — V. Baldios.

**Ensino publico** — Ordem das Côrtes, de 26 de Março de 1822, para que as Juntas provisórias possam crear escolas — pag. 357.

*Ensino publico* — V. Subsídio litterario.

*Enxarcia* — V. Fabricas.

*Escala* — V. Navios.

*Escolas* — V. Ensino publico.

**Escravatura** — Decreto de 16 de Janeiro de 1799, acerca do commercio da escravatura no Pará — pag. 257.

— Alvará de 10 de Março de 1800, declarando o de 19 de Setembro de 1761, sobre escravatura — pag. 260.

— Carta Regia de 13 de Abril de 1808, acerca do commercio da escravatura — pag. 286.

— Carta de ratificação, de 8 de Junho de 1815, do Tratado com a Gran-Bretanha, de 22 de Janeiro de 1815, sobre o trafico de escravatura — pag. 332.

— Carta de ratificação, de 8 de Novembro de 1817, da Convenção de 28 de Julho de 1817, que é addicionamento ao Tratado de 22 de Janeiro de 1815 — pag. 336.

— Carta de ratificação, de 9 de Dezembro de 1817, do artigo separado da Convenção de 28 de Julho de 1817, addicional ao Tratado de 22 de Janeiro de 1815 — pag. 348.

— Alvará de 26 de Janeiro de 1818, estabelecendo penas contra os que fizerem commercio prohibido de escravos — pag. 349.

*Escravidão* — V. Chins.

**Escravos** — Alvará de 25 de Janeiro de 1758, sobre os direitos dos escravos e marfim de Angola — pag. 9.

— Alvará de 19 de Setembro de 1761, a favor da liberdade dos escravos — pag. 35.

— Decreto de 19 de Outubro de 1798, isentando

de direitos a exportação de escravos de Angola para o Pará — pag. 256.

*Escravos* — V. Escravatura — Liberdade — Navios.

*Esmolas* — V. Terra Santa.

*Estados de Goa* — V. Deputados.

**Expediente** — Carta de Lei de 8 de Novembro de 1821, determinando que os negocios do Ultramar, que até alli eram todos expedidos pela Secretaria da Marinha, lhe fiquem pertencendo, ou ás outras, segundo a sua natureza — pag. 356.

— Carta de Lei de 7 de Abril de 1823, mandando reverter á Secretaria da Marinha o expediente de todos os negocios do Ultramar — pag. 367.

— Decreto de 28 de Julho de 1834, dividindo os negocios das Provincias Ultramarinas pelas differentes Secretarias d'Estado — pag. 374.

*Expediente* — V. Conselho Ultramarino.

## F

**Fabricas** — Decreto de 24 de Julho de 1779, favorecendo as fabricas de lanificios — pag. 205.

— Alvará de 15 de Fevereiro de 1794, isentando de meios direitos nas Alfandegas do Ultramar a louça das fabricas do Reino — pag. 249.

— Alvará de 27 de Abril de 1797, favorecendo as fabricas de fiação e tecelagem de algodão — pag. 252.

— Decreto de 10 de Abril de 1804, concedendo a isenção da contribuição imposta nos chapéus grossos das fabricas nacionaes, o libertando-os de meios direitos nas Alfandegas Ultramarinas — pag. 275.

— Alvará de 1 de Abril de 1808, revogando a prohibição de fabricas no Ultramar — pag. 286.

— Aviso de 12 de Novembro de 1812, acerca da isenção de direitos á enxarcia da fabrica de Pedrouços — pag. 323.

*Fabricas* — V. Materias primas — Polvora.

**Fazendas** — Decreto de 10 de Julho de 1771, permitindo a venda das fazendas da Asia sem intervenção de corretores — pag. 69.

— Decreto de 29 de Janeiro de 1789, favorecendo o despacho de fazendas na Casa da India — pag. 242.

— Decreto de 15 de Fevereiro de 1789, suspendendo a execução do de 29 de Janeiro de 1789, sobre despacho de fazendas — pag. 242.

— Alvará de 27 de Maio de 1789, regulando os direitos das fazendas vindas das Costas de Malabar — pag. 243.

— Decreto de 14 de Fevereiro de 1792, declarando quaes fazendas da Asia se podem admittir a despacho nas Alfandegas do Reino — pag. 245.

— Alvará de 17 de Agosto de 1795, sobre direitos de fazendas e baldeações — pag. 250.

— Carta de Lei de 28 de Dezembro de 1821, admittindo para consumo em todos os portos do Reino Unido fazendas da Asia manufacturadas com cores, pagando o tributo ahi determinado — pag. 357.

— Carta de Lei de 4 de Abril de 1822, determinando o imposto sobre as fazendas de côr que se importam dos portos estrangeiros de Asia — pag. 358.

— Decreto de 2 de Maio de 1822, declarando que se podem admittir a despacho fazendas dos portos alem do Cabo de Boa Esperança, carregadas em navios portuguezes, aindaque de construcção estrangeira — pag. 359.

*Feitoria* — V. Cabo Negro.

**Força militar** — Carta de Lei de 28 de Julho de 1821, determinando a maneira por que provisoriamente deve ser considerada a força permanente de

terra do Reino Unido, e o modo por que ha de ser empregada — pag. 354.

*Força militar* — V. Governos de Africa — India — Voluntarios.

## G

*Goa* — Alvará de 13 de Julho de 1773, confirmando e mandando observar o Regimento do Regio Arsenal e Ribeira das Naos da cidade de Goa, que se acha junto — pag. 78.

— Alvará de 15 de Janeiro de 1774, mandando continuar a Camara de Goa nos seus privilegios, e regulando a fórma das suas eleições — pag. 146.

— Alvará de 20 de Janeiro de 1774, mandando executar o Regimento da Cidade de Goa — pag. 161.

— Decreto de 2 de Abril de 1778, restabelecendo a Relação de Goa — pag. 203.

— Alvará de 7 de Abril de 1807, concedendo á Relação de Goa os mesmos emolumentos da Casa da Supplicação — pag. 284.

— Alvará de 25 de Janeiro de 1816, creando mais um logar de Desembargador para Goa, e um logar de Ouvidor da Provincia de Bardez — pag. 335.

— Alvará de 9 de Abril de 1827, concedendo o tratamento de Senhoria ao Senado da Camara de Goa — pag. 368.

*Goa* — V. Estados de Goa.

*Governadores* — Alvará de 12 de Dezembro de 1770, declarando quem deve succeder na falta ou ausencia dos Governadores e Capitães Generaes do Brazil e Ilhas — pag. 68.

*Governadores* — V. Posses — Prevaricação — Vencimentos.

*Governadores* subalternos — V. Gratificações — Tratamento — Vencimentos.

*Governo* — V. Ilhas de S. Thomé e Principe — India — Ilhas de Cabo-Verde.

*Governos de Africa* — Carta de Lei de 29 de Maio de 1822, dando nova fórma aos Governos de Africa e á força que ahi deve ser empregada — pag. 359.

*Gratificações* — Decreto de 28 de Outubro de 1822, determinando a gratificação que devem perceber os Governadores subalternos de Africa — pag. 365.

## H

*Heranças dos Bispos* — Portaria de 12 de Novembro de 1799, mandando observar a Resolução de 16 de Outubro de 1799, acerca das heranças dos Bispos do Ultramar — pag. 259.

— Provisão de 23 de Janeiro de 1800, acerca das heranças dos Bispos seculares do Ultramar — pag. 259.

## I

*Ilha de Gallinhas* — Edital do Conselho Ultramarino de 26 de Fevereiro de 1831, relativo á concessão do dominio util da Ilha de Gallinhas a Joaquim Antonio de Mattos — pag. 370.

*Ilhas de Cabo-Verde* — Decreto de 26 de Março de 1808, erigindo novamente a Capitania General de Cabo-Verde — pag. 285.

— Carta de Lei de 20 de Julho de 1822, provendo sobre varios ramos de administração nas Ilhas de Cabo-Verde — pag. 361.

*Ilhas de Cabo-Verde* — V. Commercio — Ouvidor de Cabo-Verde — Pescarias — Urzella.

*Ilhas de S. Thomé e Principe* — Carta Regia de 30 de Agosto de 1755, regulando o Governo das Ilhas de S. Thomé e Principe — pag. 4.

— Alvará de 20 de Setembro de 1813, isentando de quaesquer direitos de entrada ou saída o sabão de azeite de palma, e o mesmo azeite da Ilha de S. Thomé — pag. 325.

*Ilhas de S. Thomé e Principe* — V. Missionarios.

*Ilhas dos Açores* — Aviso de 2 de Setembro de 1797, mandando observar nas Ilhas dos Açores todas as Leis que se não restringirem a differente territorio — pag. 254.

*India* — Decreto de 24 de Fevereiro de 1756, para occorrer á guarnição da India — pag. 5.

— Aviso de 24 de Novembro de 1770, providenciando a bem do credito da navegação e commercio da India — pag. 67.

— Lei de 15 de Janeiro de 1774, dando nova fórma ao Governo da India — pag. 144.

— Alvará de 15 de Janeiro de 1774, dando nova organização aos Governos Civil, politico e economico no Estado da India — pag. 147.

*India* — V. Voluntarios.

*India e Mina* — Alvará de 13 de Janeiro de 1757, extinguindo a Thesouraria do Juizo da India e Mina — pag. 5.

*Inventarios* — V. Testamentos.

*Impostos* — V. Decima — Sêllo — Sisa — Subsidio litterario.

## J

*Juiz da Alfandega* — V. Angola.

*Juiz de Fora* — V. Bissau — Moçambique.

*Juiz do Crime* — V. Angola.

*Junta da Bulla da Cruzada* — V. Bulla da Cruzada.

*Junta da Intendencia* — V. Armazens.

*Junta da Justiça* — V. Macau.

*Juntas* — Alvará de 10 de Setembro de 1811, estabelecendo Juntas nas capitães dos dominios ultramarinos — pag. 315.

*Juntas Provisorias* — V. Escolas.

*Justiça criminal* — Carta Regia de 14 de Novembro de 1761, sobre a administração da Justiça criminal em Angola — pag. 36.

*Justificações* — Alvará de 26 de Janeiro de 1780, para se não entregarem ás partes os processos originaes das justificações ultramarinas — pag. 206.

— Portaria de 18 de Julho de 1834, providenciando acerca dos processos do Juizo das justificações ultramarinas — pag. 347.

## L

*Lanifícios* — V. Fabricas.

*Legados* — V. Misericordias — Sêllo.

*Letras a risco* — Assento de 17 de Março de 1792, declarando que as causas sobre letras de dinheiro a risco para os lugares que se governam pelas Leis da India e Guiné, são da competencia do Juizo da India e Mina — pag. 246.

— Alvará de 11 de Agosto de 1829, ordenando que nos portos da Asia se possa continuar a negociação de letras a risco para o augmento de quaesquer negociações comprehendidas e começadas em Lisboa, estabelecendo a este respeito todas as providencias necessarias — pag. 369.

*Liberdade* — V. Escravos — Mulatos.

*Loteria* — V. Macau.

*Louça* — V. Fabricas.

*Lugares de letras* — Carta de Lei de 12 de Agosto

de 1822, estabelecendo diversas disposições sobre os lugares de letras do Ultramar — pag. 363.

*Lugares de Magistratura — V. Magistratura.*

## M

*Macau* — Regimento de 29 de Março de 1784, da Alfandega de Macau — pag. 212.

— Alvará de 26 de Março de 1803, dando novo Regimento ao logar de Ouvidor de Macau — pag. 270.

— Alvará de 26 de Março de 1803, creando uma Junta de Justiça Suprema em Macau — pag. 274.

— Decreto de 13 de Maio de 1810, concedendo aos habitantes de Macau commercio directo para o Brazil, e isenção de direitos — pag. 300.

— Carta Regia de 13 de Maio de 1810, concedendo á cidade de Macau o titulo de Leal — pag. 300.

— Carta Regia de 18 de Maio de 1810, para a criação de uma casa de Seguro em Macau — pag. 300.

— Carta Regia de 2 de Junho de 1810, declarando o Decreto de 13 de Maio ultimo, ácerca da isenção de direitos de commercio de Macau para o Brazil — pag. 302.

— Carta Regia de 5 de Junho de 1810, concedendo uma loteria annual em Macau — pag. 303.

— Carta Regia de 20 de Julho de 1814, para o augmento dos emolumentos a dois Officiaes da Alfandega de Macau — pag. 332.

— Officio de 5 de Agosto de 1814, ampliando o favor da Carta Regia de 20 de Julho de 1814, a todos os Officiaes da Alfandega de Macau — pag. 332.

— Alvará de 6 de Fevereiro de 1818, concedendo o tratamento de Senhoria á Camara de Macau — pag. 352.

— Alvará de 26 de Agosto de 1819, derogando o Decreto de 13 de Maio, e Cartas Regias de 30 de Maio e 2 de Junho de 1810, sobre o commercio de Macau — pag. 333.

— Carta Regia de 15 de Abril de 1820, desanexando o logar de Ouvidor da cidade de Macau do de Administrador da Alfandega da mesma cidade — pag. 354.

*Magistratura* — Carta de Lei de 4 de Fevereiro de 1823, permitindo que sejam providos nos lugares triennaes de magistratura do Ultramar quaesquer bachareis habilitados para os lugares de letras, e nos das Relações os que tiverem servido um lugar no Reino Unido — pag. 366.

*Marfim* — V. Escravos

*Materias primas* — Alvará de 28 de Abril de 1809, concedendo isenção ás materias primas das manufacturas nacionaes, e da construcção de navios — pag. 290.

*Mesa da Consciencia* — V. Defuntos e ausentes — Beneficios.

*Misericordias* — Alvará de 20 de Maio de 1811, isentando a Casa da Misericordia de Benguella, e as outras dos dominios ultramarinos do pagamento do Sello das quitações dos legados — pag. 313.

*Missionarios* — Aviso de 18 de Abril de 1761, sobre os Missionarios das Ilhas de S. Thomé e Principe — pag. 32.

*Moçambique* — Alvará de 1 de Junho de 1810, creando o logar de Juiz de Fôra de Moçambique — pag. 301.

— Carta de Lei de 17 de Setembro de 1818, elevando á categoria de cidade a Villa de Moçambique — pag. 352.

*Monopolio* — V. Velorio.

*Mulatos* — Aviso de 2 de Janeiro de 1767, favorecendo a liberdade dos mulatos e mulatas vindos da America, Asia e Africa — pag. 62.

*Mulheres timores* — Carta Regia de 20 de Março de 1758, declarando que não pôde o Bispo de Macau prohibir a entrada de mulheres timores na mesma cidade — pag. 16.

## N

*Navegação* — Alvará de 20 de Dezembro de 1762, declarando o de 7 de Maio de 1761, ácerca da navegação dos portos de Africa — pag. 54.

*Navegação* — V. Commercio — Navios.

*Navios* — Aviso de 8 de Março de 1755, sobre a descarga dos navios do Ultramar — pag. 1.

— Decreto de 10 de Março de 1755, sobre a descarga dos navios do Ultramar — pag. 1.

— Alvará de 1 de Fevereiro de 1758, sobre a fôrma dos despachos dos navios do Ultramar — pag. 11.

— Decreto de 24 de Abril de 1758, confirmando as instrucções para despacho dos navios das carreiras da Asia, Africa e America — pag. 18.

— Decreto de 17 de Novembro de 1761, mandando fazer escala em Angola ás naus e mais embarcações que voltarem da India — pag. 37.

— Alvará de 19 de Junho de 1772, revogando a Carta Regia de 17 de Novembro de 1761, ácerca da permissão aos navios que voltavam da Asia poderem vender fazendas em o porto de Loanda e Reino de Angola — pag. 70.

— Alvará de 12 de Dezembro de 1772, declarando o de 10 de Setembro de 1765 e 2 de Junho de 1766, ácerca da escala dos navios de Africa e America na sua volta dos portos do Cabô da Boa Esperança — pag. 74.

— Alvará de 24 de Novembro de 1813, regulando a arqueação dos navios empregados na conducção dos negros de Africa — pag. 325.

— Decreto de 2 de Maio de 1822, declarando que os navios que navegam para a Asia não sejam obrigados a levar mais do que um cirurgião e um aulista — pag. 359.

*Navios* — V. Alfandegas — Commercio — Materias primas — Navegação.

*Navios arribados* — Resolução de 30 de Julho de 1737, sobre navios estrangeiros arribados — pag. 6.

*Negros* — V. Escravos — Navios.

## O

*Officiaes de-Fazenda* — Decreto de 7 de Agosto de 1798, ácerca das licenças dos Officiaes de Fazenda do Ultramar, para virem curar-se a Portugal — pag. 256.

*Officiaes Militares* — Decreto de 16 de Setembro de 1799, ácerca do provimento dos postos militares no Ultramar — pag. 258.

— Alvará de 18 de Fevereiro de 1805, regulando as antiguidades dos Officiaes Militares do Ultramar — pag. 276.

— Decreto de 16 de Dezembro de 1806, estabelecendo o methodo por que serão empregados n'este Reino os Officiaes Militares que tiverem servido nas colonias — pag. 280.

*Officiaes Militares* — V. Soldo — Vencimentos.

*Officios de Fazenda* — V. Serventias.

*Ordens Religiosas* — Decreto de 3 de Abril de 1755, para evitar demora de pagamento dos dizimos devidos pelas Ordens Religiosas — pag. 3.

*Orphãos* — V. Bissau.

*Ouro* — Alvará de 12 de Fevereiro de 1810, acerca da importação do ouro no Brazil por embarcações procedentes da Costa de Africa — pag. 299.

*Ouvidor* — V. Goa — Macau.

*Ouvidor de Cabo-Verde* — Decreto de 15 de Dezembro de 1764, facultando aos Juizes da morte do Ouvidor de Cabo-Verde impor aos réos penas extraordinarias, e applicar as pecuniarias á viuva e filhos do mesmo Ouvidor — pag. 57.

## P

*Patrões mórés* — Resolução de 20 de Março de 1797, para o Conselho do Almirantado prover Patrões mórés nos portos ultramarinos — pag. 252.

*Penas* — V. Degredo.

*Perdões* — V. Presos.

*Pesca da baleia* — V. Pescarias.

*Pescarias* — Alvará de 18 de Maio de 1798, declarando livre a pesca das baleias, e preparo de azeite no mar alto, e tambem as pescarias sedentarias nas Ilhas de Cabo-Verde — pag. 255.

*Piratas* — V. Presas.

*Polvora* — Carta Regia de 22 de Julho de 1811, declarando os direitos da America e Africa para o consumo da polvora da Real Fabrica do Rio de Janeiro e da de Lisboa — pag. 314.

*Posses* — Decreto de 21 de Janeiro de 1826, ordenando que se não illuminem as fortalezas nem os outros edificios publicos do Ultramar á custa da Fazenda Publica por occasião das entradas e posses de novos Governadores e prelados — pag. 368.

*Predios urbanos* — V. Decima.

*Prelados* — V. Posses.

*Presas* — Alvará de 16 de Janeiro de 1764, sobre as presas feitas aos corsarios e piratas — pag. 56.

*Presos* — Decreto de 19 de Agosto de 1811, ampliando o de 22 de Outubro de 1810, perdoando aos presos que se acharem nas cadeias dos dominios ultramarinos — pag. 314.

*Prevaricação* — Alvará de 14 de Abril de 1785, occorrendo ás prevaricações de alguns Governadores e Ouvidores do Ultramar — pag. 225.

*Procurador do Ultramar* — Decreto de 1 de Março de 1758, sobre a nomeação do Procurador do Ultramar — pag. 16.

*Provimto* — V. Benefícios — Officiaes Militares.

## R

*Relação de Goa* — V. Goa.

*Reos* — V. Degredo.

*Resíduos* — V. Defuntos e ausentes.

## S

*Sabão* — V. Ilhas de S. Thomé e Principe.

*Secretarias* — V. Expediente.

*Seguro* — V. Macau.

*Sêllo* — Alvará de 17 de Junho de 1809, sujeitando ao imposto do Sêllo no Ultramar os papeis, heranças e legados — pag. 295.

— Decreto de 27 de Novembro de 1812, providenciando á prompta execução do Alvará de 17 de Junho de 1809, sobre o imposto de Sêllo — pag. 324.

*Sêllo* — V. Misericordias.

*Senhoria* — V. Tratamento.

*Serventias de Offícios* — Decreto de 20 de Outubro de 1798, acerca do provimento das serventias dos Offícios de Fazenda no Ultramar e Ilhas, e novos direitos das mesmas serventias — pag. 257.

*Sisa* — Alvará de 3 de Junho de 1809, estabelecendo o direito da sisa nos dominios ultramarinos — pag. 293.

— Alvará de 2 de Outubro de 1811, declarando o de 3 de Junho de 1809, para que a sisa das compras dos bens de raiz no Ultramar se pague a prazos — pag. 322.

*Soldados* — V. Degredo — Força Militar — Soldo — Voluntarios.

*Soldo* — Carta de Lei de 13 de Julho de 1822, regulando o vencimento de soldo dos Officiaes regressados do Ultramar — pag. 360.

*Subsidio litterario* — Lei de 10 de Novembro de 1772, abolindo as antigas consignações para a instrução dos estudos, e estabelecendo o subsidio litterario — pag. 72.

— Instrucções de Regimento, de 7 de Julho de 1787, para a arrecadação da collecta litteraria nas comarcas d'este Reino e Ilhas adjacentes, e Capitánias Ultramarinas — pag. 231.

— Carta Regia de 23 de Agosto de 1805, acerca do subsidio litterario no Ultramar — pag. 278.

*Suspensão* — Carta Regia de 21 de Junho de 1797, approvando a um Capitão General o procedimento que havia praticado com dois Desembargadores, suspendendo-os — pag. 253.

## T

*Tara* — Alvará de 15 de Novembro de 1790, regulando a tara que deverá abater-se ás saccas de algodão, café, cacau e arroz — pag. 245.

*Terra Santa* — Provisão de 10 de Dezembro de 1757, auctorisando as esmolos para os lugares santos de Jerusalem — pag. 6.

— Provisão de 20 de Novembro de 1760, sobre esmolos para a Terra Santa — pag. 29.

— Provisão de 10 de Novembro de 1763, prorogando por mais tres annos a graça de poderem dar as Camaras do Ultramar suas esmolos para os lugares da Terra Santa — pag. 55.

— Provisão de 24 de Agosto de 1790, para as Camaras do Ultramar poderem dar esmolos para a Terra Santa — pag. 244.

*Testamentos* — Provisão de 23 de Dezembro de 1760, sobre testamentos e inventarios — pag. 29.

*Tratado de alliança* — Ratificação do Tratado de alliança com a Hespanha, de 24 de Março de 1778 — pag. 196.

*Tratados* — V. Bonsulô — Escravatura.

*Tratamento* — Alvará de 4 de Setembro de 1759, concedendo o tratamento de Senhoria ao administrador episcopal de Moçambique — pag. 25.

— Provisão de 5 de Setembro de 1799, para se dar o tratamento de Senhoria aos Governadores subalternos nas Capitánias do Ultramar — pag. 258.

*Tratamento* — V. Camara de Macau — Goa.

## U

*Urzella* — Alvará de 12 de Outubro de 1770, impondo ao contrabando da Urzella as penas do contrabando do tabaco — pag. 67.



*Urzella* — Ordem das Côrtes ao Governo, de 30 de Agosto de 1821, ácerca da venda e mercado da *Urzella* das Ilhas de Cabo-Verde — pag. 355.

## V

*Velorio* — Alvará de 7 de Maio de 1761, abolindo o monopolio do velorio em Moçambique — pag. 32.

*Vencimentos* — Decreto de 29 de Julho de 1822, estabelecendo o que se deve abonar aos Governado-

res nomeados para o Ultramar, e Officiaes empregados nas expedições — pag. 363.

*Vencimentos* — *V.* Adiantamento — Gratificações.

*Villa* de Moçambique — *V.* Moçambique.

*Vinagres* — *V.* Commercio.

*Vinhos* — *V.* Commercio.

*Vinhos* do Douro — *V.* Commercio.

*Voluntarios* — Edital de 27 de Fevereiro de 1758, offerecendo gratificações e vantagens aos que voluntariamente forem servir na India — pag. 15.

— Edital de 10 de Junho de 1788, com vantagens aos soldados que voluntariamente forem servir na India — pag. 241.

# BOLETIM

DO

## CONSELHO ULTRAMARINO.

### LEGISLAÇÃO ANTIGA.

#### AVISO REGULANDO A DESCARGA DOS NAVIOS PROCEDENTES DO ULTRAMAR.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor.—Sua Magestade he Servido, que Vossa Excellencia passe logo as ordens necessarias, para que toda a fazenda, encommendas, e fato que vier na Náo de Guerra chegada do Rio de Janeiro, de que é commandante o Capitão de Mar e Guerra Gonçalo Xavier de Barros e Alvim, se descarregue tudo, sem intervenção das partes, para os Armazens da Casa da India, com assistencia do Conselheiro da Fazenda, a que pertencer, o qual receberá as chaves dos Armazens, em que tudo ficar fechado, em quanto o dito Senhor não der providencia da fôrma, com que se ha de entregar a dita fazenda, encommendas, e fato. E outro sim ordena, que a dita descarga se faça desde as nove horas da manhã até ás cinco da tarde, em barcos grandes, para mais facilmente se expedir: e porque nestes dias não ha Conselho, tanto que o houver lhe participará Vossa Excellencia esta ordem, a qual se praticará

inviolavelmente em todas as Náos de Guerra, e Combois, que vierem dos Brazís, India, Mina, e Guiné, em quanto o dito Senhor não mandar o contrario. Deos guarde a Vossa Excellencia. Paço, a 8 de Março de 1755.—Diogo de Mendonça Corte Real.—Senhor Conde de Unhão <sup>(1)</sup>.

#### DECRETO SOBRE A DESCARGA DOS NAVIOS PROCEDENTES DO ULTRAMAR.

Sendo-Me presente que o extravio do Ouro, e pedras preciosas, que vem dos Brazís, India, e outras Conquistas deste Reino, e a introduccão dos generos prohibidos, se tem facilitado pelo descuido da abertura de todos os fardos, e vasilhas, que deixão de fazer, e examinar os Officiaes das Alfandegas, e Casas tributarias desta Corte, e Reino, e pela omisção, com que se costumão haver os Ministros nos exames, que em sua presença devem mandar fazer nas Pontes da Alfandega, e da Casa da India, con-

(1) *Collecção de Delgado*—Vol. 1.º pag. 364.

forme as Ordens, que para este fim se lhes tem passado, pondo-se deste modo sem observancia a disposição dos Foraes, e Regimentos das mesmas Alfandegas, e a execução da Lei de vinte e quatro de Dezembro de mil setecentos e trinta e quatro, e de dezeseis de Agosto de mil setecentos e vinte e dous, e outras mais, pertencentes á mesma arrecadação, com um detrimento grave de Minha Fazenda; para evitar este damno: Sou Servido Ordenar, que em nenhuma das Alfandegas, e Casas tributarias de Meus Reinos, se dê despacho a fazenda alguma, de qualquer pessoa que seja por maior, e mais alta condição que tenha, sem que primeiro se abráo na presença dos Officiaes, a que pertencer, todos os fardos, pacas, caixas, barris, e outra qualquer vasilha, por minima que seja; examinando-se em presença de todos, se as peças, rolos, ou embrulhos constão todos da mesma qualidade de fazenda, que mostrão no exterior: para o que se desembrulharão todas as vezes que for necessario, ainda que as fazendas estejam empacadas, e cozidas. E os Officiaes, que omittirem esta abertura, e exames, ainda que seja em fato uzado, perderão seus officios, ou o valor delles, se forem serventuarios, que se darão em vida aos denunciantes, e ficarão inhabilitados para mais Me servirem, além de pagarem por seus bens o damno anoveado, que sentir Minha fazenda, na fôrma do Regimento della, e Lei do Reino. E quando Eu for Servido mandar dar algumas fazendas livres de direitos, se darão sómente aquellas, que forem expressamente declaradas no Corpo das Ordens, por suas quantidades, qualidades, marcas, e numeros, fazendo-se em todas o mesmo exame, e abertura assim ordenados, sem que se dê credito algum a conhecimento, ou carregações, que se apresentarem de fóra. E pelo que pertence á descarga das Náus de Guerra, e Combois das Frotas, e outros quaesquer Navios mercantes, que vierem dos Brazís, ou de outras algumas

Conquistas d'estes Reinos: Sou Servido que inviolavelmente se observem as ditas Leis de dezeseis de Agosto de mil setecentos e vinte e dous, e vinte e quatro de Dezembro de mil setecentos e trinta e quatro, com todas as Ordens, que se tem passado sobre a sua execução, fazendo-se na Ponte da Alfandega hum rigoroso exame, e busca em todas as pessoas de qualquer qualidade, e condição, que sejam, abrindo-se, e vasando-se todas as vasilhas, em que trouxerem seus fatos, e encomendas, ainda que sejam de farinha de pão, ou de outros generos semelhantes. E como por aviso do Secretario de Estado Diogo de Mendonça Corte-Real, de oito do corrente, tenho ordenado ao Conselho da Fazenda a fôrma com que hão de descarregar para a Casa da India as Náus de Guerra, e Comboios das Frotas, que vierem dos Brazís, e de outras Conquistas: Hei por bem, que o dito aviso se cumpra, como parte deste Decreto; e que, depois de recolhida toda a fazenda no armazem fechado, que dispõem o dito aviso, se mande abrir, e examinar em presença do Conselheiro assistente, e dos dous Ministros, que residirem na Ponte, com o mais rigoroso exame, pelo que pertence ao ouro e pedras preciosas, para se fazer tomadia em tudo o que se achar extraviado, que costuma vir escondido, e misturado com os generos de menos importancia, e no circulo interior das vasilhas em bainhas de couro, ou panno, que fingem arcos, e nos vestidos mais vis dos Escravos, assim vestidos, como entrouxados. E vindo alguns gurrões de prata, ou caixotes, assim pela Casa da India, como pela Alfandega, em que se costumão dar livres, se metterão todos com Guardas das mesmas Casas para a Casa da Moeda, onde se lhes fará a mesma abertura, e exame, em presença do Provedor, Thesoureiro, Escrivão da Mesa, Fiel do Ouro, e primeiro Ensaizador; e achando-se que trazem no centro ouro, ou pedras preciosas descaminhadas, se fará dellas tomadia

na fôrma da dita Lei; e sendo prata simples, se entregará livremente ás partes. E feitos assim os ditos exames, usará o Conselheiro assistente da sua jurisdicção, que lhe tenho concedido, para dar livres aos Militares e Marinheiros das Nãos tudo o que prudentemente arbitrar lhes he necessario para seu uso dos generos permittidos, mandando remetter para a Alfandega tudo o que mais trouxerem para negocio, ou o que pertencer a mercadores particulares; pois huns, e outros devem despachar regularmente, pagando os direitos devidos na estação a que toca. E os Ministros, que não cumprirem, ou forem negligentes na execução deste Decreto, incorrerão na Minha Real indignação, e serão privados de Meu Serviço. O mesmo Conselho da Fazenda o tenha assim entendido, e faça logo executar com todas as Ordens necessarias, em quanto Eu não for Servido dar maior providencia. Lisboa, 10 de Março de 1755.

*Com a Rubrica de Sua Magestade* <sup>(4)</sup>.

DECRETO PARA EVITAR DEMORA DE PAGAMENTO  
DOS DIZIMOS DEVIDOS PELAS ORDENS RELIGIOSAS.

Attendendo ás affectadas demoras, com que se tem embaraçado as Causas, que correm, sobre a obrigação, que tem, as ordens Religiosas situadas nas Minhas Conquistas de pagarem Dizimos dos fructos das terras, e fazendas, de que usão, e que hum dos modos com que se retardão, he o de entreporem multiplicados recursos á Coroa, praticando-se calumniosamente, e em prejuizo da Minha Real Fazenda, o mesmo meio, que só se introduzio para evitar violencias e semelhantes desordens: Sou Servido Ordenar, que daqui em diante se não tome conhecimento no Juizo dos Feitos de Coroa de recurso algum, que se entreponha de Despacho, que se der nas ditas Causas sobre qualquer incidente dellas

e em qualquer Instancia, em que correrem. O Duque Regedor o tenha assim entendido, e faça executar. Lisboa a 3 de Abril de 1755.

*Com a Rubrica de Sua Magestade* <sup>(4)</sup>.

ALVARÁ TORNANDO LIVRE O COMMERCIO  
DE MOÇAMBIQUE A TODOS OS MORADORES  
DA ASIA PORTUGUEZA.

Eu ElRei Faço saber aos que este Meu Alvará em fôrma de Lei virem, que tendo consideração a que os meios, e differentes administrações, com que até aqui se tem procurado adiantar o Commercio de Moçambique, e mais terras da Africa Oriental, sujeitas ao Meu Real Dominio, não tem sido bastantes a conseguir hum fim tão importante ao Meu Serviço, e ao bein dos Meus Vassallos, especialmente dos moradores da India; desejando evitar este prejuizo, e remover os embaraços, que tem no methodo presente impedido o progresso, e adiantamento deste negocio: Hei por bem extinguir a fôrma, por que actualmente se faz este Commercio, e administração, que se tinha concedido ao Conselho da Fazenda do Estado da India; e ordenar, que da publicação deste em diante fique o Commercio sobredito de Moçambique, e dos mais portos, e lugares da sua dependencia, livre para todos os moradores de Goa, e das mais partes, e terras da Asia Portuguesa, para o poderem fazer como lhes parecer, e lhes for mais util com todos os generos, que se costumão navegar para aquella Costa, pagando os direitos devidos nas Alfandegas, em que entrarem.

Desta generalidade exceptuo sómente o Vellorio; porque, por ser assim conveniente ao Meu Serviço: Hei por bem Mandar se estanque a favor da Minha Real Fazenda, para que da chegada da Náo, que fôr para Moçambique na monção do anno de mil setecehtos e cincoenta e seis a hum mez, se não possa mais ven-

<sup>(4)</sup> Collecção de Delgado—Vol. 1.º pag. 365.

<sup>(4)</sup> Collecção de Delgado—Vol. 1.º pag. 567.

der naquella Praça, e em todas as mais terras sujeitas, e dependentes da jurisdicção daquella Governo, por pessoa alguma de qualquer qualidade, e condição que seja, senão nos Estancos Reaes, e pelas pessoas que o Governador para esse effeito nomear, debaixo da pena de perdimento de todo o Vellorio, que se achar fóra dos Estanques, passado o dito termo; e as pessoas, a quem for achado ou se provar concorrêrão para a sua introdução, serão castigadas com as penas, que pelo Foral da Alfandega desta Cidade se impoem aos que introduzem generos de contrabando.

E para que este Estanque se pratique de fôrma, que não seja de encargo, e pezo aos povos, mas antes lhes sirva de utilidade, e conveniencia: Sou Servido Ordenar, que o Governador, todos os annos á chegada das Nãos, examinando o estado da terra, e a falta, ou abundancia deste genero, arbitre hum preço, que seja moderadamente conveniente á Fazenda Real; e util ao povo, ao qual se venderá o Vellorio ou por junto, ou por miudo, como quizer o comprador; e para fazer estas vendas nomeará o Governador de Moçambique os lugares, e as pessoas, que lhe parecer, passando-lhes provimentos annuaes com as seguranças, e cautelas necessarias, attendendo mais que tudo, nesta materia á commodidade dos moradores daquella Conquista. Pelo que: Mando ao Vice-Rei, e Capitão General da India, ao Governador, e Capitão General de Moçambique, e aos mais Governadores, e Ministros, a quem o conhecimento deste mesmo Alvará de Lei pertencer, o cumprão, e guardem, e fação inteiramente cumprir, e guardar como nelle se contém, o qual valerá como Carta, posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno; e para que chegue á noticia de todos o que por elle Ordeno, e se não possa allegar ignorancia, se registará, e publicará em Minha Chancellaria Mór da Corte, e Reino, e nas terras do dito Estado da India, e Mo-

çambique, como tambem nas dos Meus Reaes Dominios, onde convier; e da mesma sorte será registado na Relação de Goa, e nas mais partes, em que semelhantes Alvarás se costumão registrar, e o proprio se lançará na Torre do Tombo. Lisboa, 10 de Junho de 1755.—Com a Assignatura de ElRei, e do Marquez de Penalva Presidente <sup>(1)</sup>.

CARTA REGIA REGULANDO O GOVERNO DAS ILHAS DE S. THOMÉ E DO PRINCEPE.

Dom José &. Faço saber a vós D. José Caetano Souto Maior, Governador, e Capitão General da Ilha de S. Thomé, e do Principe, que se vio a vossa Carta, em que insinuaveis, que pelo Alvará de 15 de Novembro de 1753 sobre a mudança desse Governo para a Ilha do Principe, vos ordeno a fôrma do Governo, que deveis deixar na Ilha de S. Thomé encarregando-o ao Official de maior Patente que alli houver, pelo que toca ao governo das Tropas, e ao Civil e Politico á Camara; porém como nesta parte se vos offerecião algumas duvidas m'as fazieis presentes para Eu dar nellas a Providencia necessaria. E sendo neste particular ouvido o Procurador da Minha Real Fazenda: Fui Servido determinar por Resolução de 22 do corrente, tomada em Consulta do Meu Conselho Ultramarino, que tanto que estabelecerdes a vossa residencia na Ilha do Principe, fica cessando o cargo de Capitão Mór, que governava esta Ilha; e que se deva estabelecer semelhante Cargo de Capitão Mór, que governe a Ilha de S. Thomé por tempo de tres annos, não estando Governador presente nella; e em falta deste Capitão Mór deve governar o Official de maior patente, que nella assistir na fôrma que no dito Alvará se ordena: O que assim tereis entendido para o fazerdes observar; e em quanto não fôr Capitão Mór triennial provido por Mim, podereis nomea-lo, mas nunca por mais

(1) Collecção de Delgado — Vol. 1.º pag. 394.

tempo do que de tres annos, pelos inconvenientes que ha, de se encarregar a hum Official hum governo perpetuo. E pelo que toca ao Civil das mesmas Ilhas: Hei por bem se não faça novidade alguma, porque se devem governar na fórma da ordenação. ElRei Nosso Senhor o mandou pelos seus Conselheiros do seu Conselho Ultramarino abaixo assignados, e se passou por duas vias. Theodoro de Abreu Bernardes a fez em Lisboa a 30 de Agosto de 1755.—Secretario Miguel Joaquim Lopes do Lavre a fez escrever.—Luiz Borges de Carvalho.—Francisco Pereira da Costa <sup>(1)</sup>.

DECRETO PARA OCCORRER Á GUARNIÇÃO DA INDIA.

Para o soccorro, que hade ir na monção de Março proximo futuro para o Estado da India se necessita de gente, e para que esta se possa ir fazendo commodamente: Hei por bem, que nesta Corte, e seu Termo se principie logo a dispôr, e executar prisões, não se prendendo sómente as pessoas, que vivem com prejuizo, e escandalo da Republica, commettendo delictos, mas tambem os que vivem ociosamente, havendo a advertencia de que os presos sejam de idade e robustez, que depois de huma viagem tão dilatada, possam servir de Soldados naquelle Estado, os quaes serão sentenciados na Relação conforme o seu merecimento na forma que se praticava nos annos antecedentes. O Duque Regedor o tenha assim entendido, e o faça executar, recommendando da Minha parte aos Ministros desta Corte fação as ditas prisões de sorte, que fiquem entendendo Me darei por mal servido tanto de ficarem por prender os vadios, e culpados, como dos que forem presos sem o merecerem. Belem, 24 de Fevereiro de 1756.

*Com a Rubrica de Sua Magestade* <sup>(2)</sup>.

<sup>(1)</sup> Collecção de Delgado—Suppl. 1750-1762, pag. 346.

<sup>(2)</sup> Collecção de Delgado—Suppl. 1750-1762, pag. 368.

DECRETO MANDANDO COMMUTAR A PENA DE TRABALHOS PUBLICOS EM DEGREDO PARA A INDIA.

Sendo-Me presente a falta, que ha de gente para Me ir servir no Estado da India, não cabendo no tempo o poder-se buscar: Sou servido, de que as pessoas, que se achão condemnadas para os serviços publicos se lhes commute esta pena na de irem servir no Estado da India, não se comprehendendo nestes os Estrangeiros, casados, e de mais de quarenta annos, proporcionando-lhe o tempo de serviço na India ao que forão condemnados ao dito serviço publico, para cujo effeito se abrirá a Relação. O Duque Regedor, ou quem o seu cargo servir o tenha assim entendido, e o mande executar com toda a brevidade. Belem, quinze de Abril de mil setecentos cincoenta e seis.

*Com a Rubrica de Sua Magestade* <sup>(1)</sup>.

ALVARÁ EM QUE SE EXTINGUE A THESOURARIA DO JUIZO DA INDIA E MINA.

Eu ElRei Faço saber aos que este Alvará virem, que o Conselho da Minha Real Fazenda Me representou em Consultas de doze de Abril de mil setecentos e cincoenta e dous; doze de Janeiro, e vinte e sete de Abril de mil setecentos e cincoenta e quatro, a urgente necessidade, que havia de que Eu desse providencia a respeito dos Thesoureiros publicos, que não tem recebimento da Minha Real Fazenda, mas tão sómente das partes; pelo prejuizo, que estas haviam experimentado em todo o tempo, e muito proximamente com as frequentes quebras de semelhantes Thesoureiros em grave damno do bem commum: Quaes erão os Depositarios do Juizo de India e Mina, da Ouvidoria da Alfandega, da Sacca da Moeda, da Conservatoria da mesma Moeda, das Capellas da Coroa, dos Direitos Reaes das sete Casas, das Capellas particulares dos Residuos, da Aposentadoria Mór: E tendo conside-

<sup>(1)</sup> Collecção de Delgado—Suppl. 1750-1762, pag. 386.

ração ao muito, que convém ao Meu Real serviço, e ao interesse commum dos Meus fieis Vassallos, consolidar nos Meus Reinos a fé publica, e evitar-lhes tão repetidas, e intoleraveis perdas: Sou Servido abolir todas as sobreditas Thesourarias com as dos Juizes dos Orfãos desta Corté, e seu Termo como se nunca houvessem existido, Ordenando, que tudo o que por ellas se recebeo, e pagou até agora, seja daqui em diante recebido, e pago pelo Deposito publico, que Eu houve por bem estabelecer pelo Meu Alvará de vinte e hum de Maio de mil setecentos e cinquenta e hum: Fazendo-se no mesmo Deposito separadas receitas, e despezas de cada hum das referidas Thesourarias, que ficão cessando na sobredita fôrma, em virtude deste Alvará, que se cumprirá, como nelle se contém.

Pelo que: Mando ao Presidente da Meza do Desembargo do Paço, Vedores da minha Real Fazenda, Presidentes do Conselho Ultramarino, e da Meza da Consciencia e Ordens, Regedor da Casa da Supplicação, Presidente do Senado da Camara, Desembargadores, Ministros, Officiaes, e mais Pessoas a quem o conhecimento delle pertencer, o cumprão, e guardem e o fação inteiramente cumprir, e guardar, sem falta, nem duvida alguma: E valerá como Carta passada pela Chancellaria, ainda que por ella não passe, e o seu effeito haja de durar mais de hum anno, não obstante as Ordenações, que dispõem o contrario, e sem embargo de quaesquer outras Leis, ou disposições, que se oppõem ao conteúdo neste; as quaes Hei tambem por derogadas para este effeito somente, ficando aliás sempre em seu vigor: Registrando-se em todos os lugares, onde se costumão registrar semelhantes Leis: E mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Dado em Belem aos 13 dias do mez de Janeiro de 1757.—Com a Assinatura de ElRei, e a do Ministro <sup>(1)</sup>.

PORTARIA SOBRE O QUE SE DEVEIA PRATICAR  
EM CASOS DE ARRIBADA DE NAVIOS ESTRANGEIROS.

Sendo presente a Sua Magestade em Consulta do Conselho Ultramarino a conta, que deo o Governador e Capitão General do Reino de Angola a respeito de cinco Navios Francezes, que arribarão áquelle porto: Foi o mesmo Senhor servido por sua Real Resolução de 30 de Julho de 1757 mandar responder ao dito Governador, que elle devia dar conta declarando em que pagarão estes Mestres dos Navios os provimentos, que fizerão para elles, se foi em dinheiro, ou fazendas, ou em Letras, e a quem forão estas remettidas na fôrma do Alvará de 1715.—Com a Rubrica de Sua Magestade. E se expedio Ordem ao Governador e Capitão General do Reino de Angola em 11 de Julho de 1758.—O Secretario Joaquim Miguel Lopes do Lavre a fez escrever.—Diogo Rangel de Almeida Castello-Branco.—Francisco Lopes de Carvalho <sup>(1)</sup>.

AUCTORISANDO AS ESMOLAS PARA OS LOGARES SANTOS  
DE JERUSALEM.

Dom José por Graça de Deos Rei de Portugal, e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar, em Africa Senhor de Guiné, &c. Faço saber aos que esta Minha Provisão virem, que por parte do Commissario Geral da Terra Santa se Me representou, que pela Provisão, que juntava, se via ter-lhe Eu feito mercê de lhe prorogar por mais tres annos a mesma graça, que o Senhor Rei Dom João V Meu Pai, e Senhor, que Santa Gloria haja, lhe havia concedido, para que todas as Camaras das Cidades, e Villas do Ultramar lhe dessem suas esmolos para a conservação dos Santos Lugares da nossa Redempção, e sustento dos Religiosos, que nelles assistem, padecendo em sua defeza grandes trabalhos, e afrontas entre infieis; e porque o referido tempo

<sup>(1)</sup> Collecção de Delgado—Vol. 1.º pag. 484.

<sup>(1)</sup> Collecção de Delgado—Suppl. 4750-4762, pag. 462.

Eu El-Rei Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem, que sen- do-me presentes os monopólios, as vexa- ções, e as desordens, que se tem seguido aos Meus Vassallos, moradores em An- gola, e nas outras partes dos Meus Rei- nos, e Domínios que naquelle Estado fazem o seu commercio, de ser este de muitos annos a esta parte limitado a certas, e determinadas Pessoas, que con- seguião fazello exclusivo em utilidade sua particular, sustentada por meios indirectos, e illicitos, com prejuizo pu- blico: E tomãdo na Minha Real consti- deração muitas queixas, e requerimen- tos, que com aquelles attendíveis motivos subirão a Minha Real Presença: para de- humar vez obviar a tantos, e tão ponde- rosos inconvenientes: Fui Servido (com o parecer de muitas Pessoas do Meu Con- selho, e de outros Ministros doutos, e zelosos do serviço de Deos, e Meu, que Me pareceo ouvir sobre esta materia) determinar, como por este determino, que da publicação delle em diante seja livre, e franco o referido Commercio de Angola, Congo, Loango, e Benguelia, e Rórtos, e Serções adjacentes, a todos, e cada hum dos Meus Vassallos destes Reinos, e seus Domínios, que até agora o fizeram, e pelo tempo futuro o quize- rem fazer, debaixo da protecção das Mi- nhas Leis: Sem que os Governadores, Capitães Móres, Cabos e Officiaes de Guerra, Ministros de Justiça, Fazenda, ou os Officiaes das Camaras, possam im- pedir as Pessoas, que o dito Commercio fizerem, mandarem aos Serções, e Feiras geras, ao resgate dos Escravos com toda a sorte de Fazendas permittidas: E sem que de algumas dellas se possa fazer mo- nopólio, ou estarque a favor de alguma pessoa, de qualquer qualidade, ou con- dição que seja; debaixo das penas abaixo declaradas, e das mais, que merecerem no caso de haverem feito monopólio. E porque tem cessado os motivos, com

estava findo, Me pedia fosse servido con- tinuar-lhe a dita graça por outros tres annos, E sendo visto o seu requerimento, sobre o que forão ouvidos os Procurado- res da Minha Fazenda, e Coroa: Hei por- bem fazer-lhe mercê de lhe prorogar por mais tres annos a mesma graça para que os Officiaes das Camaras de cada hum das Cidades, e Villas das Minhas Con- quistas Ultramarinas, as que tiverem quistados Ultramarinos, as que tiverem quatro mil reis de esmola, e as que tiverem cem mil reis lhe dêem qua- tracentos reis para ajuda do sustento dos Religiosos, que assistem na Terra Santa em conservação dos Lugares San- tos della; e o dito Commissario Geral, ou a Pessoa, que seu poder tiver, que lhes apresentar esta Provisão, dará co- nhecimento em forma do que assim re- cebder a cada hum das ditas Camaras, e ficará assentado nos livros della para os Proveedores das mesmas Camaras lle- levarem em conta, o que assim Hei por bem, ficando esta Provisão trasladada nos ditos livros para não pôrem a isso duvida. Pelo que Mando aos Officiaes das ditas Camaras, e mais Pessoas, a que o conhecimento desta pertencer, a cum- prão, e guardem, e a fação cumprir, e guardar inteiramente como nella se con- têm, sem duvida alguma, a qual valera como Carta sem embargo da Ordenação do Liv. 2.º Título 4.º em contrario, e não pagou novos direitos pelos não dever por ser esmola, como constou por certidão dos Officiaes dos mesmos novos direitos. El-Rei Nosso Senhor o mandou pelos Con- selheiros do seu Conselho Ultramarino abaixo assignados. Pedro José Correa a fez em Lisboa a dez de Dezembro de mil setecentos cincoenta e sete. De feição desta gratis, e de assignaturas oitocentos reis.—O Secretario Joaquim Miguel Lo- pes do Lavre a fez escrever.—Diogo Ran- gel de Almeida Castelbranco.—Antonio Lopes da Costa (1).



que se havia ordenado indistinctamente que os Navios, que vão aos referidos pórtos, não podessem sahir delles, senão pela mesma ordem do tempo, em que houvessem entrado, e não he justo, nem conveniente que aquelles Navios, que primeiro se houverem feito promptos pela vigilancia dos seus carregadores, sejam dilatados nos portos sem outro motivo, que o da negligencia dos que, chegando primeiro, se não expedirem mais cedo: Estabeleço que os Navios, que houverem levado effeitos proprios, e que carregarem Escravos por conta, e risco de seus respectivos Armadores, possam e devão sahir dos referidos portos sem sujeição, ou embargo algum, ao livre arbitrio dos seus carregadores, logo que estiverem carregados; e sem outros despachos, que não sejam os bilhetes ordinarios dos Direitos, que devem pagar na mesma conformidade, em que até agora os pagarão nos referidos portos: cujos Officiaes não poderão dilatar a expedição dos sobreditos bilhetes mais de vinte e quatro horas, depois de se lhes notificar que os Navios se achão promptos para fazer viagem: Sob pena de suspensão de seus officios, em que incorrerão pelo mesmo facto, até Minha mercê, e de pagarem em dobro todas as perdas e damnos, que causarem pelas injustas demoras, que fizerem. E para que tudo se execute na sobredita forma: Prohibo aos Governadores, Officiaes das Camaras, e quaesquer outros Ministros, impedirem a sahida dos ditos Navios, que estiverem aviados por conta, e risco dos seus Armadores, debaixo de qualquer côr, ou pretexto, que seja: sob pena de se lhes dar em culpa grave nas suas Residencias, para Eu fazer com elles as demonstrações, que for servido; além da sobredita pena do dobro de todas as perdas, que causarem. No caso, em que alguns Navios levem Provisões para preferirem, e carregarem logo, desde agora as declaro nullas e de nenhum effeito; e os que as cumprirem por Transgressores desta

Lei, salvo se forem firmadas pela Minha Real Mão. E sendo informado, de que muitas vezes se dilatão os Navios de Commercio nos referidos pórtos com o motivo de não terem completo o número de Escravos, que lhes compete pela Lei das Arqueações: seguindo-se aos Donos delles intoleraveis prejuizos pelas demoras, a que os sujeitão pelo dito motivo: Declarando a sobredita Lei: Estabeleço que a sua disposição se observe ainda a respeito dos Navios de frete, para que os Mestres, delles encarregados, não possam nunca exceder na carregação dos Escravos o número respectivo á Arqueação das Embarcações, que commandarem, sem que de nenhuma sorte se entenda a dita Lei para se lhes impedir que possam sahir com menor número de Cabeças, quando assim lhes convier, ao seu livre arbitrio, e conforme as ordens dos seus Constituintes. Ultimamente: Para que de huma vez cessem todos os pretextos, com que se impedirão as sahdas dos ditos Navios: Ordeno, dehaixo das mesmas penas, que nelles não possa haver repartição de Escravos, nem determinado número delles para os pórtos do Brazil, a que se dirigem: Ficando contrariamente livre a cada Mestre de Navio fazer viagem com os Escravos, que houverem resgatado as Pessoas, a quem pertencerem os ditos Navios, ou seus Constituidos, ou com os que houverem recebido por frete, para os pórtos do Brazil abaixo declarados: Com tanto, que não partão sem despachos, e pagamento dos Direitos, que deverem, na fórmula costumada; nem entrem nos pórtos, a que se dirigem, sem se manifestarem aos Administradores, que nelles tiverem os Contratos de Angola. Pelo que pertence aos ditos Navios, que forem carregar Escravos por frete, se observará porém inviolavelmente a preferencia: De sorte, que aquelles, que chegarem primeiro, serão tambem primeiro expedidos pela ordem do tempo, em que houverem entrado: E que, chegando ao mesmo tempo dous Navios, seja

preferido para sahir aquelle, que for de maior lotação. E para que os Direitos destes Navios de frete se segurem, sabendo sempre os Officiaes; e interessados na arrecadação delles o certo lugar, a que os mesmos Navios se dirigem: Ordeno que nenhum Navio possa despachar para outros portos do Brazil, que não sejam, os do Rio de Janeiro, Bahia, e Pernambuco, sob pena de confiscação do casco, e do valor da sua carga, que se julgarão perdidos pelo facto de ter despachado para outro porto diverso dos tres acima referidos.

Com os Navios da Companhia do Grão Pará, Maranhão, que não são comprehendidos na denominação do Estado do Brazil, por ser diverso d'elle, se ficará praticando o mesmo, que se praticou até agora, assim pelo que toca á liberdade da entrada, e sahida dos seus Navios, como pelo que pertence á isenção dos Direitos, e mais impostos dos Escravos. Os Navios de Lisboa, e Porto, despacharão ou para este Reino, ou para os sobreditos portos do Brazil.

E este se cumprirá como nelle se contém sem embargo de quaesquer Regimentos, Extravagantes, Resoluções, Decretos, Provisões, e outras quaesquer Disposições, e Ordens, que Hei por derogadas sómente no que a este forem contrarias, como se de todas, e cada huma fizesse especial, e expressa menção, sem embargo da Lei, que assim o requer.

Pelo que: Mando ao Presidente da Meza do Desembargo do Paço, Regedor da Casa da Supplicação, Védores da Minha Real Fazenda, Presidente do Conselho Ultramarino, e da Meza da Consciencia e Ordens, Governadores da Casa do Cível, e das Relações da Bahia, e Rio de Janeiro, Presidente do Senado da Câmara, Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios; e bem assim ao Vice-Rei, Capitães Generaes, Governadores do Brazil, Ouvidores geraes, e a todos os Desembargadores, Corregedo-

res, Juizes, Justiça de Meus Reinos, e Senhorios, que assim o cumprão, e guardem, e fação cumprir, e guardar, sem duvida, nem embargo algum, não admittindo requerimento, que impida em tudo, ou em parte o effeito deste. E para que venha á noticia de todos, Mando ao Desembargador Manoel Gomes de Carvalho, do Meu Conselho, e Chanceller Mór destes Reinos, o faça publicar na Chancellaria: e depois de se registrar em todos os lugares, onde se costumão registrar semelhantes Leis, se mandará o Original para a Torre do Tombo. Dado em Pancas, a 11 de Janeiro de 1758.—Com a Assignatura de ElRei, e a do Ministro <sup>(4)</sup>.

ALVARÁ SOBRE OS DIREITOS DOS ESCRAVOS  
E MARFIM DE ANGOLA.

Eu ElRei Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem: Que, havendo occorrido pelo outro Alvará de 11 do corrente aos mōnopólios, e vexações, que padecião os Meus Vassallos, moradores em Angola, e nas outras partes dos Reinos, e Dominios que naquelle Estado fazem o seu Commercio; estabelecendo-lhes para elle huma nova fôrma, com que o possam fazer mais livre e mais franco, sem os discommodos, e prejuizos, que até agora experimentarão: E sendo informado de que huma das maiores vexações, que opprime o referido commercio, e que mais prejudica ao mesmo tempo a Minha Real Fazenda, he a da confusão, com que até agora se arrecadarão os Direitos dos Escravos, que sahem daquelle Reino, e Portos subordinados ao Governo d'elle, por se não haver estabelecido até o presente para a sobredita arrecadação de Direitos huma fôrma clara, certa, e invariavel, mediante a qual os despachantes sejam sempre seguros do que devem; e os Contratadores, e Administradores dos referidos Direitos saibão tambem com toda

(4) Collecção de Delgado — Vol. 1.º pag. 586.

a facilidade, e individuação, o que hão de cobrar; sem que huns possam fraudar, ou embargar os outros com pretextos frivolas, e despachos inutilmente repetidos por diversos principios: Obviando a todos estes inconvenientes: Hei por bem determinar (com parecer de alguns Ministros do Meu Conselho, e de outras Pessoas doulas, e zelosas do serviço de Deps, e Meu, que Me pareceo ouvir sobre esta materia) que desde o dia 5 de Janeiro do anno de 1760, em que ha de principiar o novo Contrato do referido Reino, em diante; em lugar dos direitos Velhos, e Novos, do Novo imposto, e das Preferencias, que actualmente pagão os Escravos, conforme as suas differentes qualidades, se não possam arrecadar para a Minha Real Fazenda mais do que os direitos seguintes. Por cada Escravo, ou seja macho, ou femea, que se embarcar no Reino de Angola, e Portos da sua dependencia, excedendo a altura de quatro palmos craveiros da vara, de que se usa na Cidade de Lisboa, se pagará oito mil e setecentos réis em huma só, e unica addicção, e por um só, e unico despacho, sem que para isso se pratique outra alguma avaliação, ou diligencia, que não seja a referida medida, que para esse effeito está sempre na Provedoria da Minha Real Fazenda, e na Camara da Cidade de Loanda, afferida com toda a exactidão. Por cada cria de pé, que tenha de quatro palmos para baixo, se pagará na sobredita forma ametade dos referidos Direitos, ou quatro mil e trezentos e cincoenta réis. Sendo as crias de pelto, serão livres de todo, e qualquer imposto, fazendo uma só cabeça com suas respectivas mãis, para por despacho destas se cobrarem somente os oito mil e setecentos réis acima referidos. E porque os dous mil réis das Preferencias, que actualmente estão a cargo dos Navios, para os perceberem de mais no frete dos Escravos, levando por isso oito mil réis de frete, e Preferencia, por cada hum Escravo, ficão comprehendidos na im-

portancia dos oito mil e setecentos réis acima declarados: Ordeno, que desde o sobredito dia 5 de Janeiro do anno de 1760 em diante, não possa levar cada Navio mais do que seis mil réis por cabeça, ou cria de pé; nem delles se possam pertender as ditas Preferencias, debaixo de qualquer côr, ou pretexto, por mais palliado que seja; sob pena de perdimento dos Officios, sendo Proprietarios os que taes Direitos extorquirem; e do valor dos mesmos Officios, sendo Serventuarios; além de pagarem anoveado aos donos dos Navios a perda, que lhes houverem causado, ou pela pertença da sobredita preferencia, ou pelo excesso dos maiores Direitos, que lhes levarem; ou pela repetição, e demora dos despachos, que lhes devem expedir promptamente em um só, e unico contexto. Pelo que pertence ao marfim, se cobrará o Direito de Quarto, e Vintena, por sahida, na fôrma em que se cobrou até agora; com tanto, que os despachos se expeção tambem com a mesma brevidade, e em hum só, e unico bilhete. E para que se possa segurar a arrecadação dos sobreditos Direitos, devidos á Minha Real Fazenda, que tem applicações tão justas, e tão indispensaveis: Estabeleço, que os Navios, que sahirem destes Reinos, e seus Dominios para Angola, e Portos da sua dependencia, sem se manifestarem, os do Reino á Junta do Commercio, e os dos Dominios Ultramarinos ás respectivas Casas de Inspeccção; declarando os Portos para onde navegação, com aquelles para os quaes hão de depois dirigir as suas descargas, levando Guias nesta conformidade; e trazendo depois Certidões, pelas quaes fação constar haverem cumprido o que tiverem declarado, incorrão na pena da confiscação das Embarcações, e no valor de ametade dellas, os respectivos Mestres, não sendo os donos do mesmo Navio. A fim de que tudo assim se observe inviolavelmente: Ordeno, que na referida Junta do Commercio, e nas Casas de Inspeccção, se estabeleção logo



mais proprio: outro no sitio de Nossa Senhora da Guia ou no mesmo lugar, onde antes o houve, ou em qualquer outro, que mais accommodado seja: outro na Fortaleza de S. Lourenço: outro na de S. Julião da Barra: outro na costa adjacente á Barra da Cidade do Porto, onde mais util for: e outro em fim na altura da Villa de Vianna: Os quaes todos serão erigidos, e acabados com a maior brevidade, que couber no possivel, para ficarem nas noites perpetuamente accesos com fogos taes, que sempre do alto mar, e de longe se possam distinguir, em soccorro dos referidos Navegantes. Pelo que toca á fôrma do despacho dos Navios, estabeleço: Que, conservando-se por ora o estilo de se tirarem as verbas da Casa da Descarga da Alfandega, para com ellas se pagar na Casa do Marco, como tambem o de se tirarem. Certidões do Cosmografo Mór do Reino, e do Cirurgião Mór da Armada, (os quaes as terão feitas em papeis estampados com os claros precisos, para nelles escreverem sómente os nomes dos Despachantes, e Navios despachados sem maior dilação) todos os mais despachos se reduzão a hum só livro, e nelle a hum só Termo, e a única somma, que em si inclua cumulativamente todos os emolumentos, e todas as contribuições, que até agora forão pagas por differentes Repartições; para que totalmente da referida somma seja depois distribuida com a devida proporção pelas pessoas, a quem tocarem as sobreditas contribuições, e emolumentos; na mesma fôrma, que Fui Servido determinar para o despacho do Tabaco pelo Regimento de 16 de Janeiro de 1751. Porque os Exames pessoas do Patrão Mór, do Escrivão da Provedoria, e do Meirinho dos Armazens, não podem ser suppridos na referida fôrma; e he preciso evitar aos Mestres dos Navios, e Embarcações mercantes, o embarço, que lhes resulta da demora destas Vistorias, para as quaes os ditos Officiaes não podem sempre es-

tar promptos, principalmente nas occasiões de Frótas, pelas muitas incumbencias, com que hoje se achão gravados os seus officios: Hei por bem alliviallos dos sobreditos Exames, e Vistorias; salvos com tudo os salarios, que por ellas lhe são devidos; os quaes serão cobrados na sobredita fôrma. E Mando, que a obrigação das mesmas Vistorias, e Exames passe para a Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios, e que esta nomeie annualmente os dous Deputados, que julgar mais idoneos, ou da sua mesma Corporação, ou de fóra della, para examinar o estado dos cascos, e os appparelhos, e sobrecellentes dos Navios, e Embarcações mercantes, na fôrma do Regimento dos Armazens, que Sou Servido, que sómente se observe daqui em diante, nesta parte, na referida fôrma; revogando-o no que a ella for contrario; e ordenando, que os ditos despachos se reduzão aos precisos termos do papel, que baixa assignado pelo Secretario de Estado Sebastião José de Carvalho e Mello. E pelo que pertence ao referido Troço; Annullando, e cassando o Alvará que o estabeleceo: Ordeno, que da publicação deste em diante, se não proceda mais por elle, para se obrigarem os Marinheiros, e mais Homens do Mar dos Navios mercantes, a servirem no referido Troço, pelo modo que se praticou até agora, nem se lhes possam embargar as suas soldadas nas mãos dos Mestres dos Navios, nem tão pouco receber-se destes, ou dos ditos Marinheiros, Grumetes, e Moços, qualquer gratificação em dinheiro, ou generos, por mais moderada que seja: Sob pena de que os Officiaes, que os constrangerem, sem especial ordem Minha, firmada pela Minha Real Mão, ou delles receberem a titulo de presente, gratificação, ou qualquer outro, por mais especioso que seja, cousa que exceda o valor de hum tostão, percão os officios, se forem Proprietarios, ou o valor delles sendo Serventuarios, e fiquem inhabilitados para en-

trarem em qualquer outro officio de Justiça, ou fazenda. Para que o serviço, que até agora se fez na Ribeira das Nãos pelo ministerio do referido Troço, se possa continuar como he conveniente: Ordeno, que nelle se pratique o mesmo, que se observava antes do sobredito Alvará revogado: Recebendo o Provedor dos Armazens, por jornaes, e soldadas, os Marinheiros, e Homens de trabalho, que necessarios forem para apparelhar, e desapparelhar, crenar, e consertar as Nãos; assim como se pratica com os Artifices, e Homens de trabalho, que se empregão na construcção dellas: Tendo sempre com tudo hum numero de Homens competente ao trabalho, que he indispensavel quotidianamente, addidos ao referido serviço, com o vencimento de jornaes nos Domingos, e Dias Santos: Acrescentando, e diminuindo o numero dos outros, que as conjuncturas do tempo fizerem ou necessarios, ou superfluos, conforme a exigencia das mesmas conjuncturas: E observando tudo o referido em tal fôrma, que os jornaes, e soldadas destes Marinheiros, e Homens destinados á conservação, e apparelho, e desapparelho das Nãos, e embarcações da Minha Real Coroa, sejam pagos indispensavelmente nos Sabbados de cada semana, com indisputavel preferencia a toda, e qualquer outra despeza, em quanto Eu não for Servido dar sobre esta materia outra mais ampla providencia. E para que não faltem os meios que se fazem precisos para a erecção, e conservação dos sobreditos Faróes, dos Officiaes, que os hão de governar, e dos fôgos, que nelles se devem accender em todas as noites perpetuamente pelo tempo futuro, em occasião, na qual a Minha Real Fazenda tem tantas, e tão urgentes applicações: Estabeleço, que todos os Navios, e embarcações, que entrarem nos pórtos destes Reinos, em cada vez, que nelles entrarem, paguem por cada huma das respectivas tonelladas, que constituirem a sua lotação, duzentos

réis, sendo os ditos Navios arqueados pela medida de Lisboa, que se deve comunicar para este effeito a todos os outros pórtos dos referidos Reinos; cobrando-se esta contribuição ao tempo, em que os sobreditos Navios despacharem nas respectivas Alfandegas, pelos Commissarios, que nellas tiver a Junta do Commercio; e remettendo-se o producto della com huma inteira separação ao Deposito publico da Corte, e Cidade de Lisboa, para delle se applicar em geral beneficio dos Navegantes, e da Navegação, na fôrma assima declarada.

Pelo que: Mando ao Presidente da Meza do Desembargo do Paço, Regedor da Casa da Supplicação, Vedores da Minha Real Fazenda, Presidente do Conselho Ultramarino, da Meza da Consciencia e Ordens, e do Senado da Camara, Chanceller da Relação, e Casa do Porto, Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios, Desembargadores, Corregedores, Juizes, e Justiças, e Officiaes dellas, a quem o conhecimento deste pertencer, o cumprão, e guardem, e o fação cumprir, e guardar tão inteiramente, como nelle se contém, sem embargo de quaesquer Leis, Alvarás, Regimentos, Decretos, ou Resoluções em contrario, que Hei por bem derogar para este effeito sómente, ficando aliás sempre em seu vigor. E para que venha á noticia de todos: Mando ao Desembargador do Paço Manoel Gomes de Carvalho, do Meu Conselho, e Chanceller Mór do Reino que o faça publicar na Chancellaria, e enviar por cópias impressas, sob Meu Sello, e seu signal, a todos os Tribunaes, Ministros, e mais Pessoas, que o devem executar; registando-se em todos os lugares, onde se costumão registar semelhantes Leis; e mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Dado em Salvaterra de Magos ao 1.º de Fevereiro de 1758.— Com a Assignatura de ElRei, e a do Ministro.

**Fôrma que Sua Magestade ordena  
que se pratique no despacho de todos os navios  
das carreiras da Africa da America, e Asia**

Todos, e cada hum dos Mestres dos Navios Mercantes, que se acharem para fazer viagem, se manifestarão perante o Secretario da Junta do Commercio, a fim de que esta mande a bordo os Deputados, que devêm fazer o exame, e vistoria nos apparelhos, e sobrecellentes. E achando os referidos Deputados tudo no bom estado, que convém, darão ao respectivo Mestre despacho, como até agora se praticou nos Armazens, para se lavrar o Passaporte da Secretaria de Estado, e passar livremente pelas Torres.

No mesmo acto farão os sobreditos Deputados a visita da Artilharia, de que até agora se tirou Bilhete da Tenencia.

Depois das referidas diligencias, passarão os sobreditos Mestres a tirar as verbas da Alfandega, que nella lhe serão expedidas com preferencia a todo, e qualquer outro despacho, pelo favor de que se faz digna a Navegação do Reino, para com ellas irem á Casa do Marco; á qual, para maior facilidade, ordena Sua Magestade, que seja estabelecida junto da mesma Alfandega; e para na referida Casa pagarem não só o direito da Cidade pela lotação do Navio, trazendo carga; e nada, no caso em que a não tragão; mas tambem todos os outros emolumentos, ou esportulas, que até agora pagarão: Fazendo-se de tudo huma só Receita, para depois se entregar a quem toca, por quarteis, de tres em tres mezes cada um.

A sobredita Receita será de quatorze mil e vinte réis para se repartirem na maneira seguinte: Pelo Bilhete da Tenencia quatrocentos e oitenta réis: Para o Escrivão da Conservatoria do Tabaco duzentos e quarenta réis: Para a Junta do Commercio mil e quinhentos réis: Para o Patrão Mór, Escrivão da Provedoria, e Meirinho dos Armazens, quatro mil e oitocentos réis: Para a Irmandade de S. Roque na Igreja do Carmo, quatro

mil e oitocentos réis: Para o Guarda Mór do lastro, trazendo-o, dez tostões: Para o Escrivão do Guarda Mór da Casa da India, duzentos e quarenta réis: Para o Escrivão da Executoria do Conselho Ultramarino, quatrocentos e oitenta réis: Para o Escrivão, que fizer o Termo na Casa do Marco, quatrocentos e oitenta réis.

Ao mesmo tempo apresentarão os sobreditos Mestres na referida Meza o Termo da lotação, que se lhes houver feito para por ella pagarem a contribuição do Marinheiro da India: Declarando tambem o numero das pessoas da sua Equipagem, para pagarem na mesma receita geral a esmola da Igreja de Nossa Senhora da Piedade das Chagas.

Juntamente apresentarão na mesma Meza os Despachantes dos Navios a Certidão feita, e jurada pelo Capellão, e assignada pelo Mestre, pela qual conste ser o dito Capellão o mesmo que vai no Navio; outra Certidão do Cirurgião Mór da Armada, para fazerem constar, que o Cirurgião do Navio he o mesmo, que foi por elle approvedo; e huma Certidão do Cosmografo Mór, para fazerem constar, que he examinado o Piloto, que deve navegar: Fazendo-se de todos os sobreditos despachos hum Termo, o qual para maior facilidade deve estar impresso na maneira seguinte.

«Aos                      de                      de  
«F. Mestre do Navio                      que vai  
«para                      fornecido com os appa-  
«relhos                      , e com  
«os sobrecellentes de  
«despachou, e pagou as contribuições, e  
«emolumentos; e declarou, que não he  
«devedor nos Armazens de Sua Mage-  
«stade de Enxarcia alguma; nem trouxe  
«fazenda para a Casa da India, e se obri-  
«goti por Termo a não trazer Tabaco al-  
«gum fóra do seu Manifesto, e a dar as  
«buscas necessarias no seu Navio, na  
«fôrma das ordens do mesmo Senhor,  
«como tambem a que o Padre Capellão  
«                      que vai no mesmo

«Navio, e também assignou este Termo «debaixo das obrigações costumadas, «haja de voltar nelle para este porto de «Lisboa, ou em falta a pagar a quantia «de cem mil reis: E não constou de im- «pedimento algum por parte do Thesou- «reiro do Conselho Ultramarino, nem do «Escrivão dos Degradados, nem do Con- «tratador do Sal; De que tudo fiz este «Termo, que o mesmo Mestre assignou. «E eu Fuão &c.»

Para o mesmo fim da brevidade, e maior expedição dos Despachantes, ha- «verá na referida Meza hum livro de Re- «gisto dos sobreditos Termos, no qual se «achem as formulas delles assima indi- «cadas, também impressas com letra de «estampa, somente com os claros, que «constão da referida formula, para se «encherem com as datas do dia, mez, e «ano do despacho, com as declarações dosapparelhos, e sobrecellentes, e com- «gados no seu Real Serviço, que volun- «tariamente o irão continuar no Estado da India, para nelle buscarem a gloria, que he inseparavel das acções, que na- «quelle Estado se obrão em Serviço de Deos, e do mesmo Senhor; Manda de- «clarar, que os Soldados, e Officiaes de Infantaria, que, sem serem constrangi- dos, se embarcarem na presente monção, serão premiados com as gratificações se- «guintes.

I. «Não serão obrigadas a servir na «India mais que seis annos: e, acabados «elles, não necessitarão de licença al- «guma para dar baixa: nem poderá o «Vice-Rei, ou Governadores daquelle Es- «tado, retellos por mais tempo no ser- «viço contra suas vontades, por qual- «quer causa, ou pretexto que seja.

II. «A volta da India se lhes fará o «transporte nas Naos de Sua Magestade, «a custa da Real Fazenda: e no caso, «que escolhão outra commodidade para «se recolherem, não lhes será posto im- «pedimento algum.

III. «Acabando o dito tempo, se lhes «será livre tornar para o Reino, ou ficar

«Navio, e também assignou este Termo «debaixo das obrigações costumadas, «haja de voltar nelle para este porto de «Lisboa, ou em falta a pagar a quantia «de cem mil reis: E não constou de im- «pedimento algum por parte do Thesou- «reiro do Conselho Ultramarino, nem do «Escrivão dos Degradados, nem do Con- «tratador do Sal; De que tudo fiz este «Termo, que o mesmo Mestre assignou. «E eu Fuão &c.»

Para o mesmo fim da brevidade, e maior expedição dos Despachantes, ha- «verá na referida Meza hum livro de Re- «gisto dos sobreditos Termos, no qual se «achem as formulas delles assima indi- «cadas, também impressas com letra de «estampa, somente com os claros, que «constão da referida formula, para se «encherem com as datas do dia, mez, e «ano do despacho, com as declarações dosapparelhos, e sobrecellentes, e com- «gados no seu Real Serviço, que volun- «tariamente o irão continuar no Estado da India, para nelle buscarem a gloria, que he inseparavel das acções, que na- «quelle Estado se obrão em Serviço de Deos, e do mesmo Senhor; Manda de- «clarar, que os Soldados, e Officiaes de Infantaria, que, sem serem constrangi- dos, se embarcarem na presente monção, serão premiados com as gratificações se- «guintes.

I. «Não serão obrigadas a servir na «India mais que seis annos: e, acabados «elles, não necessitarão de licença al- «guma para dar baixa: nem poderá o «Vice-Rei, ou Governadores daquelle Es- «tado, retellos por mais tempo no ser- «viço contra suas vontades, por qual- «quer causa, ou pretexto que seja.

II. «A volta da India se lhes fará o «transporte nas Naos de Sua Magestade, «a custa da Real Fazenda: e no caso, «que escolhão outra commodidade para «se recolherem, não lhes será posto im- «pedimento algum.

III. «Acabando o dito tempo, se lhes «será livre tornar para o Reino, ou ficar

OFFERECENDO GRATIFICAÇÕES E VANTAGENS  
AOS QUE VOLUNTARIAMENTE FOHEM SERVIR NA INDIA

REAL

Mello (4).

de 1758.—Sebastião José de Carvalho e  
Salvaterra de Magos, o 1.º de Fevereiro

lhes são applicaveis.  
a mesma formalidade nas partes que  
Sua Magestade Servido, que se pratique  
garem para os portos da Europa, he  
No despacho dos Navios, que nave-  
tes lotações do referido genero.

sua obrigação. O mesmo impedimento  
Termo, sem terem cumprido com as  
não entregue aos Mestres o sobreredito  
poderá oppor o Contratador do Sal na  
sobredita Meza, quando os navios hou-  
verem faltado em receber as competen-  
tes lotações do referido genero.



«na India, ou no Brazil, ou passar ás «Minas, ou a qualquer outra parte dos «Dominios de Sua Magestade, conforme «mais lhes agradar.

IV. «Em qualquer das ditas partes «ficará a seu arbitrio tornar a incorpo- «rar-se nas Tropas, ou não; sem que mais «possão ser obrigados ao Serviço contra «a sua vontade: E, querendo incorpo- «rar-se, entrarão na mesma graduação, «que houverem tido no serviço da India. «e nos Postos, quando houver cabimento.

V. «Concorrendo a pertender Postos, «serão preferidos em igual graduação a «quaesquer outros, que não tenham ser- «vido na India.

VI. «Antes do embarque se dará a «cada hum cinco mezes de Soldo do- «brado, e por ajuda de custo quatro «mezes de Soldo singelo.»

E todo o Militar, que tomar tão lou- vavel resolução, se apresente na Sala dos Generaes das Provincias da Extrema- dura, e Além-Têjo, para serem alistados, e se remetterem as Listas á Real Pre- sença de Sua Magestade. Dado em Belém, aos 27 de Fevereiro de 1758.—Thomé Joaquim da Costa Corte Real <sup>(1)</sup>.

DECRETO SOBRE A NOMEAÇÃO DO PROCURADOR DO ULTRAMAR.

Tomando na Minha Real Consideração os inconvenientes, que se podem seguir ao Meu Real Serviço, e á boa adminis- tração da Justiça, de serem consultati- vos, e regulados por antiguidade os Lu- gares de Chanceller da Casa da Suppli- cação, e de Procuradores da Coroa, da Fazenda, e do Ultramar: Sou Servido reservar os sobreditos quatro Lugares á Minha Real e immediata Nomeação, para nelles prover os Ministros, que bem Me parecer; attendendo mais ao bom Ser- viço dos mesmos Lugares, do que á an- tiquidade e graduação dos que forem nelles providos; os quaes sahindo da Casa da Supplicação para quaesquer Tri- bunaes, não poderão conservar os ditos

<sup>(1)</sup> Collecção de Delgado — Vol. 1.º pag. 598.

Lugares, sem nova mercê Minha. O Du- que Regedor o tenha assim entendido. Belém, o 1.º de Março de 1758.

*Com a Rubrica de Sua Magestade <sup>(1)</sup>.*

CARTA REGIA DECLARANDO QUE NÃO PÓDE O BISPO DE MACÁU PROHIBIR A ENTRADA DE MULHERES TIMORES NA MESMA CIDADE.

Reverendo Bispo de Macáu do Meu Conselho. Amigo. Eu ElRei vos envio muito saudar. Sendo-Me presente a in- formação, que Me dirigistes pelo Meu Conselho Ultramarino em 15 de Novem- bro de 1755, com o motivo da Pastoral, que havieis publicado sobre o captiveiro dos Chins, e tomando na Minha Real consideração esta importante materia: Fui servido dar nella a providencia con- teúda na Carta firmada pela Minha Real Mão cuja copia será com esta, pela qual declaro barbara, e nulla a referida es- cravidão, como justamente vos tinha parecido; porem pelo que pertence á prohibição que fizestes para que sem licença, e approvação vossa se não possa trazer Timores para essa Cidade, Me pa- recéo significar-vos, como por esta si- gnifico, que não cabe na vossa Juris- dicção Espiritual prohibir, que na dita Cidade entrem as sobreditas mulheres, nem violar assim o Direito da Hospitali- dade, e do commercio humano, os quaes contribuem tanto para a conservação do Estado, e bem da Religião, que pelo meio da communicação, e atracção dos Gen- tios se dilatou sempre nessas Regiões a beneficio do Santo Evangelho; mas que vos deveis reduzir a emendar aquellas mulheres da referida Nação, que o me- recerem por suas culpas, observando no castigo dellas os termos de Direito. Be- lem, a 20 de Março de 1758.—REI <sup>(2)</sup>.

CARTA REGIA PROHIBINDO A ESCRAVIDÃO DOS CHINS.

Conde da Ega, Vice-Rei, e Capitão General do Estado da India. Amigo. Eu

<sup>(1)</sup> Collecção de Delgado — Vol. 1.º pag. 599.

<sup>(2)</sup> Collecção de Delgado — Suppl. 1750-1762, pag. 507.

ElRei vos Envio muito saudar como aquelle, que Amo. Por Lei de 19 de Fevereiro de 1624, publicada em Goa no mez de Abril de 1625, e logo participada ao Ouvidor de Macáu, foi determinado, que os Chins não podião, nem devião, ser Escravos; E porque tive certa informação de que para se subterfugir á observancia da referida Lei, e das disposições do Direito Natural, e Divino, pelas quaes os mesmos Chins sendo livres por sua natureza não podião, nem devião de alguma sorte tomar-se por Escravos, se tem excogitado os differentes pretextos; por huma parte de que ficarião as creanças expostas ao perigo de as matarem os ladrões Chins, que as levão a vender á dita Cidade de Macáu, para não os apanharem com os furtos nas mãos, no caso de não acharem compradores, como se não fosse mais pio, e mais solido o discurso, de que os mesmos Chins não farião os roubos das ditas creanças, se não achassem quem as comprasse; e pela outra parte, de que os mesmos pais matarião as filhas para evitar a despeza de as criar, segundo querem persuadir, que elles costumão praticar frequentemente; como tambem se não fosse manifesta a notoria, e antiquissima Policia, com que aquelle Imperio tem ha muitos seculos estabelecido em todas as grandes Terras casas de Engeitados, nas quaes até se paga hum certo premio, a quem leva as creanças, para se evitar este segundo perigo, ou como se a culpa alheia, e particular dos que commettessem semelhante barbaridade podesse bastar para escusa do peccado proprio, e igualmente barbaro dos que debaixo de semelhante pretexto introduzirão, e estão sustentando huma escravidão geral, que ainda sendo de quarenta annos, como se está praticando, e convencionando ao tempo dos Baptismos pelos chamados *Pais dos Christãos*, que assim o faz declarar no assento dos Baptismos conforme a vontade de quem o requer, e isto com ab-

surdo abominavel, que não póde deixar de fazer a Religião Christãa odiosa naquellas Regiões, vendo-se que o mesmo Sacramento do Baptismo, pelo qual Christo Senhor Nosso nos remio do captiveiro da culpa, se chega a fazer porta para entrarem na escravidão os Mouros Baptisados, que devendo como hospedes na Religião achar na caridade dos Fieis mais honra, e suavidade, encontrão pelo contrario a barbãra tirania de servir de titulo para serem Escravos o mesmo identico assento do Baptismo, com que devem justificar, que são Christãos. Para arrancar por huma vez pelas raizes hum absurdo tão inaudito, e de tão funestas, e perniciosas consequencias para a propagação do Evangelho: Sou servido, que da publicação desta em diante não haja mais escravidão de Chins, nem ainda temporal de certos annos, antes pelo contrario todos os referidos Chins de hum, e de outro sexo são livres, e por taes reputados, sem que para se reterem como captivõs possa haver titulo, ou posse alguma, pois como contrarios a Direito Natural, e Divino, Declaro por de nenhum effeito, para não serem allegados em Juizo, ou fóra delle, ordenando debaixo das penas, que por Minhas Leis se achão estabelecidas contra os que fazem carcerees privados, e roubão o alheio, que nenhuma pessoa de qualquer estado, ou condição que seja possa reter os referidos Chins como escravos mais de vinte e quatro horas, contadas da mesma publicação desta, annullando, e cassando toda a Jurisdicção temporal, que até agora teve o sobredito intitulado *Pai dos Christãos*, e seus constituídos, para que seja exercitada pelos Meus Governadores, Ministros, e Officiaes cada hum na parte, que por seus Regimentos lhe pertence, permittindo sómente, que os Gentios que se baptisarem da dita Nação possam servir como livres o tempo de dez annos com as condições, que determina o Regimento dos Juizes dos Orfãos deste Reino, cuja Jurisdicção exer-

citarão os Ministros, e Officiaes, que julgardes mais habeis, e que entenderdes, que com mais caridade podem exercer a este respeito a Minha Regia, e Indefectivel Protecção, que Hei por bem conceder aos sobreditos, tambem para o effeito de os haver por habilitados para todos os Empregos, Officios, e Honras, de que gosão os Meus Vassallos, cada hum conforme a graduacão em que o constituir o seu merecimento. E fareis intimar a todos os sobreditos, que de não o executarem assim, cada hum na sua Jurisdicção, permittindo a menor falta de observancia em materia tão grave, e tão escrupulosa, Me darei por muito mal servido, e mandarei proceder contra elles com as severas demonstraçoẽs, que reservo ao Meu Real Arbitrio, e immediato conhecimento. Para inteiro cumprimento desta: Sou outro sim servido revogar, todos e quaesquer Regimentos, Leis, Disposições, ou Ordens em contrario. E para que ninguem possa allegar ignorancia, a fareis publicar na Cidade de Goa, e afixa-la por Edital nos lugares publicos da mesma Cidade, e de Macáu vigiando sobre a sua observancia, com o cuidado, e zello com que vos empregaes no Meu Real Serviço. Escripta em Belem, a 20 de Março de 1758. —*REI.*— Para o Conde da Ega, Vice-Rei, e Capitão General do Estado da India <sup>(4)</sup>.

DECRETO APPROVANDO AS INSTRUÇÕES  
PARA DESPACHO DOS NAVIOS DAS CARREIRAS  
DA ASIA, AFRICA E AMERICA.

Sou Servido confirmar os Capitulos das Instruções geraes, e commuas para os Officiaes das Mezas da Arrecadação da contribuição dos Faróes, e Lotadores dos Navios, formadas pela Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios para o despacho dos Navios Portuguezes, que vão para os Portos da Europa; para os da carreira da America, Asia, e Africa;

<sup>(4)</sup> *Collecção de Delgado—Suppl. 1750-1762, pag. 508.*

e para o despacho dos Navios Extrangeiros, que baixão escriptas em quatro meias folhas de papel; rubricadas por Sebastião José de Carvalho e Mello, do Meu Conselho, e Secretario de Estado dos Negocios do Reino: E Mando, que por ellas se proceda em Juizo, e fóra delle sem embargo de quaesquer Leis, Regimentos, ou Disposições contrarias. Belém, a 24 de Abril de 1758.

*Com a Rubrica de Sua Magestade.*

INSTRUÇÕES GERAES, e COMMUNES para os Officiaes  
das Mezas da Arrecadação das contribuições  
dos Faróes, e para os Lotadores dos Navios.

Todas as Embarcações, que houverem entrado no porto, em que pedem o despacho, antes do dia dous de Março proximo passado, devem ser isentas da contribuição dos Faróes, e pagar os mais emolumentos devidos, fazendo-se declaração na Receita de que não pagou a contribuição pelo referido motivo, que devem fazer constar por certidão na devida fórma.

Aos Navios, que sahirem com carga de frutos destes Reinos, e das suas Conquistas, para Reinos Extrangeiros; se lhes abaterão tres partes da contribuição respectiva das suas lotações. Levando metade até tres partes da carga, se lhes abaterá metade da mesma contribuição; e levando huma quarta parte, ou dahi para cima, com pouca differença, se lhes abaterá huma quarta parte.

Os Lotadores farão exame nos Navios, que pedirem despacho; passando-lhes as certidões necessarias para apresentar na Meza destas contribuições; e nesta se fará declaração, á margem da Receita, da razão, porque se fez este abatimento.

Porque póde acontecer, que alguns Navios hajão de sahir em lastro para outros pórtos do Reino, e carregar dos referidos frutos; e seria inutil este abatimento, havendo já contribuido no porto, donde sahirão para esse em que hão de carregar, poderão os Mestres dar fiança na Meza respectiva do porto donde sa-

hem, pela qual se obriguem a remetter certidão dentro de dous mezes, de como carregarão em todo, ou em parte, em outro porto do Reino, ficando assim em suspenso o pagamento das tres quartas partes da sua lotação, e cobrando-se sómente a quarta parte, que em todo o caso he devida.

**Instrucção para o Despacho dos Navios Extrangeiros.**

Logo que o Navio se apresentar, pedindo despacho, deve mostrar a certidão do Marco e deve pagar os 200 réis por tonelada, fazendo-se a conta pela certidão dos Officiaes nomeados pela Junta, sahindo fóra com a quantia. Deve pagar 1\$980 das contribuições, a saber, 1\$500 da contribuição da Junta, e 480 réis dos Officiaes desta arrecadação. Para o Guarda Mór do lastro, levando-o, deve pagar 1\$000 réis, e não o levando, 400 réis.

Feita assim a Receita, se lhe deve dar a certidão para com as verbas da Alfandega pedir o Passaporte.

**Instrucção para o Despacho dos Navios Portuguezes, que vão para os Portos da Europa.**

Logo que se apresentar qualquer Navio, ou Hiate a despacho, se lhe pedirá certidão do Marco, e a da sua lotação, passada pelos Officiaes nomeados pela Junta do Commercio, para as lotações dos Navios; declarando esta tambem, que o Navio vai aparelhado. Pela certidão da sua lotação se lhe fará a conta a duzentos réis por tonelada, sahindo fóra com a conta no Livro da Receita. Depois se fará a averiguação do lastro pelo bilhete do Marco; e levando-o, se lhe carregarão mil réis para o Guarda Mór, sahindo fóra com esta addição debaixo do seu titulo; e não o levando, com quatrocentos réis. Deve pagar mais oito mil e quatrocentos e sessenta réis, a saber, quatro mil e oitocentos para o Patrão Mór, Escrivão da Provedoria, e Meirinho dos Armazens. Quatrocentos

e oitenta réis mais para o dito Escrivão. Quatrocentos e oitenta réis para o Secretario do Mestre de Campo General. Quatrocentos e oitenta réis para a Repartição da Tenencia. Duzentos e quarenta réis para o Escrivão da Casa da India. Mil e quinhentos réis para a Junta do Commercio, e quatrocentos e oitenta réis para os dous Officiaes desta arrecadação, sahindo fóra com esta sobredita quantia de oito mil quatrocentos e sessenta réis no Livro de Receita debaixo do titulo de *Emolumentos*. Deve apresentar certidão da lotação do Marinheiro da India, ou de como o tem já satisfeito; e multiplicando as toneladas a cento e vinte réis, se deve sair fóra com esta quantia debaixo do seu titulo.

Feita assim a Receita, se lhe fará assignar o termo respectivo, e depois se lhe entregará a sua certidão para com as verbas da Alfandega requerer o seu passaporte.

Nos Barcos, e Lanchas ha a differença de que sómente pagão a sua lotação pela referida certidão, e de emolumentos mil novecentos e oitenta réis, a saber mil e quinhentos réis para a Junta, quatrocentos e oitenta réis para os Officiaes. Quanto ao lastro, deve-se fazer a referida differença, e satisfeito, se lhe entrega a certidão.

**Instrucção para o Despacho dos Navios da carreira da America, Asia, e Africa.**

Logo que se apresentar qualquer Embarcação a despacho, se lhe pedirá a certidão feita, e jurada pelo Padre Capellão, e assignada pelo Mestre, pela qual conste ser o dito Padre Capellão o mesmo que vai no Navio: Outra certidão do Cirurgião Mór da Armada para constar, que o cirurgião do Navio he o mesmo que vai, e foi por elle approvedo: Outra certidão do Cosmografo Mór para constar, que o Piloto he examinado; e sendo por esta parte corrente, se passará a pedir certidão do Marco, e a da sua lotação, que deve ser assignada pelos Officiaes no-

meados pela Junta para as lotações dos Navios, como também o bilhete dos mesmos Officiaes, por que conste, que o Navio está aparelhado, e nos termos de fazer viagem.

Pela certidão da lotação, que se fez, se ha de formar a conta a duzentos réis por cada uma tonelada, com a qual se ha de sahir no Livro da Receita.

Depois se deve averiguar se o Navio leva lastro, o que consta do bilhete do Marco; e levando-o se devem cobrar mil réis para o Guarda Mór, enchendo assim o cifrao, que está debaixo do titulo *Lastro*, no mesmo Livro de Receita; e quando o não leve, pagará quatrocentos réis sómente, para o mesmo Guarda Mór, declarando-o assim no referido Livro. Deve pagar mais treze mil e vinte réis dos emolumentos, com a qual quantia se ha de sahir no Livro da Receita, debaixo deste titulo *Emolumentos*. Deve mais apresentar a certidão do Escrivão das Lotações para a contribuição do Marinheiro da India, e multiplicar-se o numero das toneladas por cento e vinte réis, sahindo com a quantia, que der, debaixo de titulo *Marinheiros da India*. Também se deve averiguar a esmola da Igreja das Chagas, pela qual deve pagar o Capitão oitocentos réis, o Mestre quatrocentos réis, e o mesmo o Piloto, e outro tanto o Contra-Mestre. Os Marinheiros a duzentos réis, e os Moços a cem réis; do que tudo se ha de fazer huma somma, com que se sahe no Livro debaixo do titulo *Esmola da Igreja de Nossa Senhora da Piedade das Chagas*.

Feita assim a Receita, se lhe fará assignar o termo no Livro delles, e depois se lhe entregará a sua certidão para com as verbas da Alfandega requerer o Passaporte, ficando todas as certidões em linhas separadas, exceptuando as do Marco, que se darão aos Mestres; e havendo qualquer impedimento por ordem do Conselho Ultramarino, Escrivão dos Degradados, ou Officiaes da Enxarcia

velha, se não dará este despacho. Lisboa a 29 de Março de 1758 <sup>(1)</sup>.

DECRETO PERMITTINDO QUE A COMPANHIA DO GRÃO PARÁ E MARANHÃO MANDE UM NAVIO SEU DE LISBOA A MACAU.

Attendendo aos justos motivos, que Me forão presentes por parte do Provedor, e Deputados da Companhia Geral do Grão Pará, e Maranhão: Hei por bem fazer-lhes mercê, de que na monção do presente anno possão mandar do porto de Lisboa para o de Macáo a Náo da mesma Companhia por invocação Nossa Senhora da Atalaia, com as condições que baixão inclusas, assignadas por Thomé Joaquim da Costa Corte Real, do Meu Conselho, e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, e Dominios Ultramarinos. O Conselho da Fazenda o tenha assim entendido, e faça executar. Belem, a 5 de Janeiro de 1759.

*Com a Rubrica de Sua Magestade.*

Condições de que trata o Decreto desta data.

Sua Magestade por Decreto de 5 de Janeiro do presente anno concede licença ao Provedor, e Deputados da Companhia Geral do Grão Pará, e Maranhão, para mandarem a Macáo a Náo da mesma Companhia por invocação Nossa Senhora da Atalaia, partindo na monção do presente anno em direitura para a dita Cidade, com as condições seguintes.

I. Que elles Provedor, e Deputados separando esta negociação do Corpo da Companhia Geral, formarão della huma Sociedade distincta, para a qual aceitarão com preferencia as acções, com que os da mesma Companhia se quizerem interessar, determinando-lhes tempo

(4) As primeiras duas Instrucções são communs a todas as Mezas de despacho de Navios, e contribuições dos Farões assim n'esta Cidade, como em todos os mais Portos do Reino.

As mais Instrucções são em parte particulares para a Meza do despacho dos Navios, e contribuições dos Farões desta Cidade, e se devem também observar em todos os mais Portos do Reino, na parte sómente, em que lhes forem applicaveis.

*Collecção de Delgado—Vol. 1.º pag. 601.*

certo para fazerem as suas entradas; e findo elle poderão admittir todas as mais acções, com que outras quaesquer pessoas se quizerem interessar, até se perfazer o fundo, que julgarem competente para o referido negocio, e a todos os interessados passarão elles Provedor, e Deputados as suas Apolices, para que na volta da Náo, e depois de venderem em leilão publico as fazendas, e generos, que nella vierem, possam dar a conta final a cada hum delles do principal, e avanços que lhe competir, no preciso termo de seis mezes.

II. Que possa a dita Náo arribar á Ilha de Santa Catharina, e na volta á Cidade da Bahia, bem entendido, que não devem fazer negociação alguma n'estes portos, debaixo das penas em que incorrem os que commerceão nos portos do Brasil, sem licença de Sua Magestade.

III. Que dos generos, que a dita Náo conduzir a este Reino pagarão na Casa da India os mesmos direitos; que até agora pagarão as Náos concedidas a Feliciano Velho, e gosarão dos mesmos privilegios, e isempções, que ao mesmo forão concedidas.

IV. Que sendo a dita Náo huma das de Guerra da dita Companhia, se lhe permite, que com ella se pratique na Cidade de Lisboa, e mais portos do Reino, e Dominios, onde aportar, os mesmos privilegios, que se concederão a Feliciano Velho, e que a mesma Companhia do Pará possa nomear para ella os Officiaes competentes, e fazer os assentos da sua equipagem. Belem, a 5 de Janeiro de 1759.—Thomé Joaquim da Costa Corte Real <sup>(1)</sup>.

DECRETO ORDENANDO QUE DOS DINHEIROS DA BULLA DA CRUZADA VINDOS DO ULTRAMAR, SE NÃO PAGUE O UM POR CENTO NA CASA DA MOEDA.

Por justos motivos, que me forão presentes: Sou Servido, que na Casa da Moeda da Cidade de Lisboa senão pague

<sup>(1)</sup> *Collecção de Delgado—Suppl. 1750-1762, pag. 603.*

o Direito de hum por cento de todos os Cabedaes pertencentes á Thesouraria Geral da Bulla da Cruzada, que vierem remettidos dos Dominios Ultramarinos nos Cofres das Náus de Guerra. O Conselho da Fazenda o tenha assim entendido e faça executar. Belem, 7 de Abril de 1759.

*Com a Rubrica de Sua Magestade* <sup>(1)</sup>.

TRATADO DE PAZ ENTRE O ESTADO DA INDIA E O POTENTADO SARDE SAY QUEMA SAUNTO BONSLÓ.

I. Havendo o Illustrissimo, e Excelentissimo Senhor Manoel de Saldanha e Albuquerque, Conde da Ega, Vice-Rei, e Capitão General da India attendido ás supplicas, e instantes promessas de arrendimento que lhe representou o grandioso Sarde Say Quema Saunto Bonsuló, pela Pessoa de seu Enviado Ragunauta Chama Rao, foi servido esquecer-se das infracções repetidas dos antigos Tratados das Pazes, admittindo novamente ao Grandioso Sarde Say na amizade do Magestoso Estado, concedendo-lhe a protecção, que experimentarão sempre os seus Antepassados debaixo das condições seguintes.

II. Pelo presente Tratado se renova, e ratifica o que foi celebrado pelo Senhor Vice-Rei Conde de Alva em 25 de Outubro de 1754; e o Grandioso Sarde Rama Chandra Saunto Bonsuló, promettendo reciprocamente a sua inteira e effectiva observancia em tudo o mais que respeita nesta Capitulação, não for alterado, ou declarado, e quando nella, ou em qualquer antecedente haja alguma duvida sobre a intelligencia do seu contexto, e execução, se tractará amigavelmente a respeito do modo da interpretação antes do outro procedimento turbativo da amizade perpetua, que novamente se estabelece pelo Magestoso Estado, com o Grandioso Sarde Say.

III. Que da publicação deste Tratado em diante se restituirão fiel, e mutua-

<sup>(1)</sup> *Collecção de Delgado—Vol. 1.º pag. 652.*

mente os prisioneiros, e desertores de qualquer qualidade que sejam, aos que por este modo forem entregues, serão relevados de pena alguma, pela referida culpa, da qual por este fião perdoados, e da mesma sorte serão livres, e desembaraçadas as communicações, commercios, contrantos, e quaesquer das jurisdicções, e em tudo o mais como se acha estipulado no sobredito Tratado de 25 de Outubro de 1754.

IV. Attendendo ás qualificadas instancias, e representações do Grandioso Sarde Say se lhe concede o arrendamento das tres Provincias de Pernem, Bicholim, e Sanquelim, que o Magestoso Estado possui na sua jurisdicção, cedidas no artigo quarto do dito Tratado de 25 de Outubro de 1754 com obrigação de satisfazer em cada hum anno 50\$ xarafins livres de qualquer pensão para a Fazenda Real do Magestoso Estado, além das tenças, e pertenças que deve tambem pagar na fórma do seu antigo costume aos demais Vassallos do mesmo Estado moradores d'elle, e para a satisfação mencionada se obriga a dar fiadores abonados nesta Cidade, a contento do Magestoso Estado, sem fazer innovação que altere o estabelecimento, em que se conservavão as ditas Provincias.

V. Principiará a correr o tempo deste arrendamento do dia 15 de Setembro proximo futuro em diante, e os seus pagamentos do preço estipulado de 50\$ xarafins serão feitos em dous quarteis, cada hum de 25\$ xarafins, hum no tempo do colhimento de Batte de Vangana, e outro no de Serodio, a respeito de serem os fructos, que principalmente produzem as ditas Provincias, de sorte, que dentro de hum anno serão feitos os pagamentos dos ditos quarteis.

VI. Não entrará no arrendamento o producto da Alfandega de Calualle, e suas annexas, porque o rendimento dessa será administrado, e cobrado pela Fazenda Real do Magestoso Estado, na fórma que até agora se praticava.

VII. Será tambem exceptuada a Aldeia de Mahim da jurisdicção de Bicholim com todos os seus annexos, por ser da mercê concedida por Sua Magestade Fidelissima a terceira pessoa, igualmente as Vargeas, Mancazana, e Casory, as quaes se conservarão da mesma sorte, que o Magestoso Estado as possuia até o tempo da declaração desta guerra.

VIII. Por ser preciso que nos circuitos das Praças, que o Magestoso Estado possui nas ditas Provincias, haja algum pequeno espaço para a serventia das suas guarnições, se destinará lugar proporcionado, com o prudente arbitrio das pessoas, que serão nomeadas por huma, e outra parte, para a sua demarcação, ficando exceptuado o arrendamento, e sitio de que assentarem, se deve fazer a applicação.

IX. Todas as cobranças da justiça, distribuições, e as administrações que nas ditas Provincias pertencem ás Terras incluídas do dito arrendamento, serão feitas pelo Grandioso Sarde Say em tudo o que lhe respeitar, e a beneficio da execução do mesmo arrendamento.

X. Como o Grandioso Sarde Say Costam Saunto Bonsuló, se faz digno de toda a attenção, por estar actualmente no serviço do Magestoso Estado, por quem he protegido, se obriga o Grandioso Sarde Say Quema Saunto Bonsuló a pagar-lhe a sua pensão annual de duas mil rupias, com toda a pontualidade, em qualquer parte aonde se achar, com declaração porém, que se aquellas forem cobradas pelo Felicissimo Naná, será então desobrigado desta satisfação.

XI. Do presente Tratado se darão copias do mesmo theor assignadas, e selladas, para ficar huma na Secretaria do Magestoso Estado, e remetter-se outra ao Grandioso Sarde Say. E que pela sua reciproca observancia, e perpetuo cumprimento, se extinga totalmente a memoria das discordias, e seja radicado hum indefectivel estabelecimento de Paz. Goa, 26 de Julho de 1759.—Belchior

José Vaz de Carvalho. — Ragunauta Chamo Rao. — Belchior José Vaz de Carvalho <sup>(1)</sup>.

ALVARÁ SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DOS BENS  
DOS DEFUNTOS E AUSENTES.

Eu ElRei Faço saber aos que este Alvará virem, que sendo-Me presentes em Consultas da Meza do Desembargo do Paço, do Conselho da Fazenda; e do Senado da Camara de Lisboa, as successivas, e incorrigiveis quebras, com que, apesar de todas as Leis penaes estabelecidas sobre esta materia, havião faltado de credito todos os Thesoureiros, que recebião os cabedaes de Partes, com escandalo geral, e prejuizo publico: Houve por bem extinguir os Officios de Thesoureiros dos Depositos da Corte, e Cidade; do Juizo de India, e Mina; da Ouvidoria da Alfandega; da Sacca da Moeda; da Conservatoria da mesma Moeda; das Capellas da Coroa; dos Direitos das Sete Casas; das Capellas particulares dos Residuos; e da Aposentadoria Mór; reduzindo, todas as referidas Thesourarias ao Deposito Publico da Corte, e Cidade; e á segura, e permanente fórma, que para elle estabeleci pelos Meus Alvarás de vinte e hum de Maio de mil setecentos e cincoenta e hum, treze de Janeiro, e quatro de Maio de mil setecentos e cincoenta e sete. E porque entre as referidas Thesourarias publicas, destinadas á Arrecadação de cabedaes de Partes, se faz tão digna de huma especial consideração a dos Defuntos, e Ausentes, pelas grandes sommas, que no Cofre della se costumão guardar: Sou Servido comprehender a mesma Thesouraria na disposição de todos os referidos Alvarás, e das mais Ordens, e providencias, que até agora dei, e houver de dar sobre o referido Deposito Publico, sem restricção alguma, qualquer que ella seja: Havendo desde a hora da publicação deste por extincta a sobredita Thesouraria:

E ordenando mais á respeito della o seguinte:

I. A Meza da Consciência, e Ordens ordenará, que os Conhecimentos de todo o dinheiro, buro, gêneros, e todas as letras, que forem dirigidas pelos Provedores dos Dominios Ultramarinos para serem entregues, e pagas ao Cofre geral dos Defuntos e Ausentes; logo que forem lançadas no Livro da Ementa da sua Secretaria, avise o Secretário, a quem pertence, o Ministro Presidente do Deposito Publico com a Relação dos referidos dinheiros, letras, e conhecimentos, escrita com toda a distincção, para que a Junta da Administração do referido Deposito nomeie dous Deputados; que venhão receber á Secretaria do mesmo Tribunal da Meza os effeitos declarados na sobredita Relação; assignando no livro da Ementa como os receberão; na mesma fórma, que se praticava com o Thesoureiro extincto: E transportando logo tudo á mesma Junta do Deposito geral para fazer lançar em Receitas os ditos cabedaes, e effeitos, nos livros competentes.

II. Logo que as ditas Receitas forem assim lançadas nos livros do Deposito geral, nomeará a Junta delle outros dous Deputados para tratarem da Arrecadação do dinheiro, e outro da cobrança das Letras a seus devidos tempos; e de beneficiarem as remessas, que vierem do Ultramar em gêneros: Dos quaes Mandó, que se fação Relações impressas, em que se declarem as suas differentes espécies, quantidades, e qualidades, para informação do Publico; como se pratica na Companhia do Grão Pará e Maranhão: E que com esta prévia, e publica noticia, sejam vendidos á porta da casa onde se fazem as sessões da mesma Junta em publico leilão.

III. Assim que se houver feito o recebimento da Casa da Moeda; e que as letras forem cobradas, e os gêneros vendidos; mandando a Junta do mesmo Deposito geral liquidar toda a importancia,

<sup>(1)</sup> Collecção de Delgado — Suppl. 1750-1762, pag. 667.



que sommar o producto de cada hum das ditas Relações; deduzirá delle a saber: Dous por cento a beneficio dos emolumentos, e despesas da referida Junta; hum por cento, que mandará pagar da remessa da Casa da Moeda para a Minha Real Fazenda; cinco quartos por cento, que mandará entregar ao Escrivão da Camara da Meza da Consciencia, para se repartirem nella na conformidade das Minhas Reaes Ordens; e hum e meio por cento para o Escrivão dos mesmos Defunctos, e Ausentes.

IV. As faltas, que se acharem nas remessas; as misturas do ouro, e differenças do toque; e as letras não aceitas, serão expeditas, e protestadas na fórmula do Regimento, e estilo Mercantil nos nomes particulares dos mesmos Deputados, que o Deposito Publico houver nomeado para estes Recebimentos, na sobredita fórmula; como antes o praticava o Thesoureiro extincto.

V. Na mesma conformidade se expedirão pelo Tribunal da Meza da Consciencia, e Ordens todos os negocios pertencentes ao embolso das Partes interessadas nos cabedaes dos referidos Defunctos, e Ausentes. E porque sou informado, de que nesta materia tem havido grandes fraudes, fingindo-se Pessoas estranhas legitimas herdeiros, e fazendo-se Papeis falsos, e fabricados para se extrahirem cabedaes deste Cofre; Ordeno, que daqui em diante todas as habilitações, que se fizerem no Juizo da India, e Mina, excedendo o interesse dellas a quantia de oitenta mil réis, sejam appelladas, ainda sem requerimento de Parte, para o dito Tribunal da Meza da Consciencia, e Ordens, e nelle examinadas, e julgadas (respondendo sempre como Fiscal o Procurador geral das Ordens) pelo merecimento dos Autos: Nos quaes se não admittirão Papeis, que não sejam Originaes; havendo-se ainda os primeiros traslados delles por nullos, e de nenhum effeito.

VI. Depois que as ditas habilitações forem assim julgadas, e que as Partes

houverem ajuntado Certidões do referido Deposito Publico, por que conste existir nelle o dinheiro, de cujo embolso se tractar: Precedendo resposta do mesmo Procurador geral das Ordens; se mandará por Despacho do sobredito Tribunal, que os papeis sejam entregues á parte habilitada por legitima, para com elles requerer, onde direito for, o pagamento da quantia, que lhe houver sido julgada. E fazendo a mesma Parte Petição á Junta do sobredito Deposito com os referidos papeis originaes; e constando ser a mesma Parte, a cujo favor se expedirão, se lhe lavrará na mesma Junta Conhecimento de recibo pelo Escrivão, a quem toca, para assim haver seu pagamento.

VII. Considerando, que no mesmo Deposito geral ha toda a inteira segurança, que até agora faltou nos Thesouros particulares: Prohibo, que daqui em diante passe para o Cofre dos Cativos o dinheiro, que até agora passava para elle por falta de opportunas habilitações dos herdeiros legitimos: Ordenando, que o Thesoureiro, que o for da Redempção ao tempo, em que se houver de preparar o dinheiro para se fazer o Resgate; requerendo á Junta do Deposito Publico, que lhe faça passar por Certidão authentica a importancia do dinheiro, que se achar empatado por falta de habilitações, e produzindo-a na Meza da Consciencia, e Ordens; se Me consulte por ella o que parecer, para Eu dar a necessaria providencia: de sorte, que nem se falte á Obra Pia dos Resgates; nem fique o mesmo cofre destituido de alguns meios para supprir quaesquer contingentes regressos a favor das Partes, que houverem sido impedidas para requererem no tempo habil os seus respectivos pagamentos.

VIII. Estabeleço, que a Custodia do Cabedal, e Arrumação das Receitas, e Despesas, assim da mesma Thesouraria extincta como do dinheiro, que della costumava até agora passar para a dos

Cativos, sejam feitas em Cofres, e livros separados; na mesma fôrma determinada para os Depósitos da Corte, e Cidade pelo Capitulo terceiro paragrafo oitavo do sobredito Alvará de vinte e hum de Maio de mil setecentos e cincoenta e hum: Escrevendo os Termos, e Verbas de Entradas, e Sahidas o mesmo Escrivão dos Defuntos, e Ausentes, na mesma fôrma, que se acha estabelecido pelo Capitulo quarto do referido Alvará da Fundação do Deposito Publico: e indo a elle o dito Escrivão dous dias em cada semana para este effeito: sob pena de que faltando nestes dias, não parará por isso o Expediente das Partes; mas antes substituirá o seu lugar qualquer dos dous Escrivães assistentes, vencendo o emolumento dos Conhecimentos, que expedir, e Verbas, que lançar.

IX. Tudo o que tenho assim ordenado, militará igualmente na Thesouraria dos Defuntos, e Ausentes do Estado da India Oriental. A qual Thesouraria Hei tambem por extincta, unindo-a ao mesmo Deposito geral na sobredita fôrma.

X. Attendendo ao muito, que importa, que na Capital dos Meus Reinos não se falte aos Habitantes della a commodidade de terem (nas occasiões de jornadas, e ainda nas mesmas residencias, que depois do Terremoto do primeiro de Novembro do anno de mil setecentos e cincoenta e cinco ficarão tão expostas) hum Erario, no qual sem fazerem despesas possam guardar os seus cabedaes com toda a segurança: E havendo respeito, a que pela união das duas Thesourarias dos bens dos Defuntos, e Ausentes, accrescem os salarios dellas a favor dos emolumentos, e despesas do dito Deposito Publico, para se dividirem na fôrma das Minhas Reaes Ordens; e que fica assim a Junta do mesmo Deposito com mais esta utilidade: Ordeno, que todo o Dinheiro, Ouro, Joias, e Prata, que voluntariamente for levado pelos Habitantes da mesma Cidade de Lisboa,

e Pessoas nella residentes, para ser guardado; não só seja no mesmo Deposito gratuitamente recebido, sem o menor emolumento; mas que seja em hum inviolavel segredo recolhido em Cofre, e livros separados, com Arrecadação distincta em commum beneficio dos Meus fieis Vassallos.

Pelo que: Mando á Meza do Desembargo do Paço, aos Conselhos da Minha Real Fazenda, e dos Meus Dominios Ultramarinos, Meza da Consciencia, e Ordens, Casa da Supplicação, Senado da Camara, Junta da Administração do Deposito Publico, Desembargadores, Corregedores, Juizes, Justiças, e mais Officiaes dellas a quem o conhecimento deste pertencer, o cumprão e guardem, e o fação cumprir e guardar tão inteiramente, como nelle se contém, sem duvida, ou embargo algum, não obstante quaesquer Leis, Regimentos, Alvarás, Disposições, e estilos contrarios: Porque todos, e todas Hei por derogadas para este effeito sómente, ficando aliás sempre em seu vigor. E valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não ha de passar, e o seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo das Ordenações em contrario: E registando-se em todos os lugares, onde se costumão registrar semelhantes Leis, se mandará o Original para a Torre do Tombo. Dado em Nossa Senhora da Ajuda, aos 9 dias do mez de Agosto de 1759.— Com a Assignatura de ElRei, e a do Ministro <sup>(4)</sup>.

ALVARÁ CONCEDENDO O TRATAMENTO DE SENHORIA  
AO ADMINISTRADOR EPISCOPAL DE MOÇAMBIQUE.

Eu ElRei. Faço saber aos que este Alvará de declaração, e ampliação virem, que sendo-Me presente em Consulta do Conselho Ultramarino, ser muito conveniente determinar o tratamento, que devia competir á pessoa que exercitasse o encargo de Administrador Episcopal de Moçambique, para maior decoro, e

<sup>(4)</sup> *Collecção de Delgado*— Vol. 1.º pag. 689.

decencia delle: Hei por bem declarar, e ampliar a ultima Lei promulgada por ElRei meu Senhor e Pai, que Santa Gloria haja, sobre esta materia, e o Alvará de declaração a ella, de quinze de Janeiro do presente anno, ordenando que ao dito Administrador Episcopal de Moçambique se dê o tratamento de Senhoria, assim de palavra, como por escripto; e que nos altos dos papeis, petições, e sobrescriptos de cartas se lhe ponha o de Reverendissimo Senhor. E este se cumprirá como nelle se contém, e valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não ha de passar, e que o seu effeito haja de durar mais de hum anno; sem embargo das Ordenações, e de quaesquer outras Leis, Regimentos, ou Disposições, que sejam em contrario. Pelo que Mando que assim se observe em tudo, e por tudo, e se registre em todos os lugares que necessario for. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, aos 4 de Setembro de 1759.—*REI*.—Thomé Joaquim da Costa Corte Real <sup>(1)</sup>.

AVISO SOBRE O SOLDADO DOS SOLDADOS CONDEMNADOS A DEGREDO PARA A INDIA.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor. Fazendo presente a Sua Magestade a conta de V. Ex.<sup>a</sup>, que trouxe a data de 3 do presente mez: He o mesmo Senhor servido mandar-me declarar a V. Ex.<sup>a</sup>, que o Vedor Geral desta Côrte e Provincia se enganou na sua informação, que V. Ex.<sup>a</sup> diz lhe dera; por quanto os Soldados, e Officiaes a quem o mesmo Senhor manda satisfazer os seus soldos quando passam ao Estado da India, são aquelles, que sem crimes vão mandados em soccorro do mesmo Estado, e não os que depois de terem estado prezos por crimes, pelos mesmos são condemnados a irem servir naquelle Estado; porque se aos militares prezos por crimes, nem ainda quando se mostrão por Sentença livres dos mesmos crimes, porque forão prezos, se não pode

<sup>(1)</sup> *Collecção de Delgado—Suppl. 1750-1762, pag. 675.*

fazer bom o pagamento, sem huma Resolução de Sua Magestade, para a qual o Conselho de Guerra Consulta ao mesmo Senhor, como sem formalidade alguma destas se pode, ou deve fazer pagamento dos Soldos, a quem por Sentença degradado se mostra estar convencido dos crimes, porque foi accusado, prezo, e sentenciado. O que tudo considerado por Sua Magestade, entendo o mesmo Senhor não ser necessario dar providencia alguma neste particular, em que se devem praticar as Ordens geraes, que ha a respeito dos degradados na Casa da India: E assim o manda participar a V. Ex.<sup>a</sup> Deos Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Paço, 4 de Abril de 1760.—D. Luiz da Cunha.—Senhor Marquez de Tancos <sup>(4)</sup>.

PORTARIA SOBRE O SOLDADO DOS SOLDADOS CONDEMNADOS A DEGREDO PARA A INDIA.

Sendo presente a Sua Magestade passarem-se a Vm.<sup>es</sup> ordens pela Junta dos Tres Estados para serem pagos de seus soldos os Soldados sentenciados ao degredo da India, tanto pelo Juizo Geral, como pela Auditoria: He o Mesmo Senhor servido, que não obstante as ditas ordens Vm.<sup>es</sup> suspenda a execução dellas, não satisfazendo aos ditos Soldados soldos alguns mais, do que aquelles, que pelas ordens antecedentes se costumão pagar aos Soldados, que por crimes vão á Cadêa, e della sahem com Sentença de cúmplices dos mesmos crimes. Deos Guarde a Vm.<sup>es</sup> Paço, a 5 de Abril de 1760.—D. Luiz da Cunha.—Senhor Gonçalo Luiz Xavier de Carvalho <sup>(2)</sup>.

ALVARÁ SOBRE CONTRABANDO.

Eu ElRei Faço saber aos que este Meu Alvará com força de Lei virem, que havendo sido da Minha Real Intenção, que as disposições, e penas prescriptas, e de-

<sup>(4)</sup> *Collecção de Delgado—Suppl. 1750-1762, pag. 742.*

<sup>(2)</sup> *Collecção de Delgado—Suppl. 1750-1762, pag. 742.*

claradas nos paragrafos sexto e setimo dos Estatutos da Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios, para se sentenciarem, e castigarem os descaminhos das fazendas, e os contrabandos, fossem igualmente observadas, e executadas, assim nestes Reinos, como em todos os Meus Dominios Ultramarinos: Me foi representado pela mesma Junta, que nas Provedorias da Fazenda Real do Brazil, se sentencião os referidos delictos, pelo modo, e com as penas, sómente, que se achavão determinadas antes da publicação dos sobreditos Estatutos, resultando desta desigualdade, que os Réos de hum mesmo crime sejam mais favorecidos, ou menos castigados no Brazil, que no Reino; porque perdendo sómente a fazenda apprehendida, ou sendo-lhes imposta a pena do tresdobra nos casos, em que ella se incorre, não ficão inhabilitados para servirem officios de Justiça, ou de Fazenda, e para mais negociarem por si, ou por interposta pessoa, nem contra os mesmos Réos tem a Minha Real Fazenda a sua intenção fundada, como, para arrancar as raizes de tão prejudicial delicto, foi por Mim determinado nos mesmos Estatutos. E porque a Minha Real Providencia, á qual tem recorrido a mesma Junta por parte dos communs interesses do Commercio, não deve permittir, que se continue o abuso, com que até agora se tem procedido em tão importante materia: Sou Servido, em confirmação, e declaração dos referidos Estatutos, e de todas as Leis, e Foraes, até agora promulgados a este mesmo respeito, ordenar o seguinte.

A Disposição do Capitulo dezesete, paragrafo quinto dos Estatutos da Junta do Commercio, que concede a jurisdição privativa ao Desembargador Conservador geral da mesma Junta para se sentenciar os delictos dos descaminhos dos Meus Reaes Direitos, e dos Contrabandos, promovendo nas mesmas causas o Desembargador Procurador Fiscal, se deve entender comprehensiva de todos

e quaesquer descaminhos, e contrabandos, apprehendidos, ou denunciados, não só em Lisboa, e seu Termo, como por affectada, ou indisculpavel ignorancia, se tem algumas vezes entendido, mas tambem em todas, e quaesquer jurisdicções deste Reino; com a distincção sómente, de que o processo verbal, que consiste no Auto da Tomadia, e da Denuncia será ordenado em Lisboa pelo Desembargador Conservador geral, excepto o caso de serem as apprehensões, ou Denuncias feitas pelos Officiaes da Alfandega, como se determina no referido paragrafo; e em todas as mais Cidades, e Villas, ou Lugares do Reino, serão os sobreditos processos ordenados pelos Ministros de Letras do lugar mais visinho, e remettidos com as fazendas, e os Réos ao referido Desembargador Conservador geral da Junta, para serem sentenciados na fórma ordenada pelos Estatutos da mesma Junta, de cujo respectivo cofre, serão pagas todas as despesas, que se houverem feito com as referidas remessas, como tambem os terços aos Denunciantes.

E porque se não poderia observar a Disposição do referido paragrafo, pelo que pertence ás denuncias, e apprehensões feitas nos Meus Dominios Ultramarinos: Sou Servido, que nas Provedorias da Minha Real Fazenda, ou em falta, perante os Ministros de Letras do lugar mais visinho sejam dadas, e recebidas as denuncias destes delictos, e nas mesmas Provedorias, ou Auditorios, se formem os processos verbaes assima referidos, os quaes serão remettidos ao Desembargador Ouvidor geral do Crime do respectivo districto para que, como Juiz privativo, os sentencie em Relação com dous Adjuntos, procedendo em tudo na fórma ordenada nos paragrafos sexto, e setimo dos referidos Estatutos, assim a respeito dos Réos, como das Fazendas: Bem entendido, que sómente devem ser queimadas as que forem de contrabando, quaes são as que pelas Minhas Leis, e

Pragmaticas estão prohibidas na sua entrada, e não as que sendo admittidas a despachos e achão descaminhadas, como, declarando os mesmos Estatutos, Fui Servido determinar por Alvará de vinte e seis de Outubro de mil setecentos e cincoenta e sete; e que as fazendas de contrabando extrahidas dos Navios Estrangeiros, a que nos sobreditos Meus Dominios Ultramarinos se houver concedido a hospitalidade, não devem ser queimadas, mas remettidas ao Juiz Conservador geral do Commercio, não obstante o que foi ordenado por Resolução de cinco de Outubro de mil setecentos e quinze.

As fazendas apprehendidas serão em todos os casos entregues na Provedoria respectiva, a cujo cargo ficará a diligencia de mandar queimar na Praça do Commercio as que forem assim sentenciadas; e nas mesmas Provedorias se estabelecerão cofres com tres chaves diversas, nos quaes se arrecadem os productos das tomadias, que não houverem de ser queimadas, como tambem os dobros, e tresdobros das mesmas tomadias, as quaes hão de ser arrematadas com assistencia do Provedor, e do seu Escrivão, sem prejuizo dos seus emolumentos; e em todos os annos ao tempo da partida da respectiva Frota, se farão exames nos mesmos cofres, dando-Me os Provedores conta pela Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios das importancias, que nelles entrárão, e de como forão despendidas, ou do que se acha em deposito, para Eu determinar o que for Servido.

Deste cofre se pagarão as despesas necessarias, e tambem, as extraordinarias, que se mandarem fazer para o fim de evitar os contrabandos; e se pagarão os terços aos Denunciantes, os quaes sempre devem ser remettidos com o referido prémio, ainda que as fazendas denunciadas, e apprehendidas hajão de ser queimadas, ou remettidas para este Reino, a cujo fim se fará avaliação de

todas as tomadias, ou as fazendas sejam de descaminho, no qual caso a avaliação fica servindo de governo para as arrematações, ou sejam de contrabando, para se vir no conhecimento do terço, que pertence aos Denunciantes, como tambem foi por Mim declarado no referido Alvará de vinte e seis de Outubro de mil setecentos cincoenta e sete.

E por quanto Me foi presente, que nos casos, em que os Réos destes delictos, sendo condemnados em penas pecuniarias, se achão destituídos dos meios para as satisfazerem, não ha determinação de outra alguma pena, em que sejam commutadas as que lhe estão impostas: Sou outro sim Servido, que na mesma sentença condemnatoria se declare, que passado seis mezes depois da publicação da sentença, e não estando paga a condemnação, sejam os Réos degradados por tempo determinado, e para estes, ou aquelles lugares, a arbitrio do Desembargador Conservador geral, e dos Ministros Adjunctos em Lisboa, e do Desembargador Ouvidor geral do Crime, e Ministros Adjuntos na America; regulando assim os tempos, como os lugares para os degredos, conforme a maior, ou menor gravidade do Crime.

Pelo que: Mando á Meza do Desembargo do Paço, Regedor da Casa da Supplicação, Conselho da Minha Real Fazenda, e do Ultramar, Meza da Consciencia, e Ordens, Senado da Camara, Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios, Vice-Rei do Estado do Brazil, Governador, e Capitães Generaes, Desembargadores, Corregedores, Juizes, Justiças, e Pessoas de Meus Reinos, e Senhorios, a quem o conhecimento deste pertencer, que assim o cumprão, e guardem, e fação inteiramente cumprir, e guardar, como nelle se contém, sem embargo de quaesquer Leis, ou costumes em contrario: que todos, e todas Hei por derogadas, como se de cada huma, e de cada hum delles fizesse expressa e individual menção: Valendo este Alvará

como Carta passada pela Chancellaria, ainda que por ella não tenha passado; e que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo das Ordenações do livro segundo, titulo trinta e nove, e quarenta em contrario. Registrando-se em todos os lugares, onde se costumão registrar semelhantes Leis, e mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, aos 15 de Outubro de 1760.—Com a Assignatura de ElRei, e a do Ministro <sup>(1)</sup>.

PROVISÃO SOBRE ESMOLAS PARA A TERRA SANTA.

Dom José por Graça de Deos Rei de Portugal, e dos Algarves d'áquem e d'alem mar, em Africa Senhor de Guiné &. Faço saber aos que esta Minha Provisão virem, que por parte do Commissario Geral da Terra Santa se Me representou, que pela Provisão, que juntava, lhe tinha Eu concedido por mais tres annos a antiga mercê, de que todas as Camaras de cada humas das Cidades, e Villas das Minhas Conquistas podessem dar suas esmolas para ajuda do sustento dos Religiosos, que assistem nos lugares, em que Christo deo por nós a vida, e porque o referido tempo estava findo, Me pedia fosse servido continuar-lhe a dita graça por outros tres annos; e attendendo ao seu requerimento, sobre que forão ouvidos os Procuradores de Minha Fazenda e Corôa: Hei por bem fazer-lhe mercê de prorogar por mais tres annos a mesma graça, para que os Officiaes das Camaras de cada humas das Cidades, e Villas de Minhas Conquistas Ultramarinas, querendo, as que tiverem quatrocentos mil réis de renda, lhes possão dar quatro mil réis de esmola, e as que tiverem cem mil réis lhes possão dar quatrocentos réis para ajuda do sustento dos Religiosos, que assistem na Terra Santa em conservação dos Lugares San-

tos della; e o dito Commissario Geral, ou a pessoa que seu poder tiver, que lhes apresentará esta Provisão, dará conhecimento em fórma do que assim receber a cada humas das ditas Camaras, e ficará assentado nos livros della, para os Provedores das mesmas Camaras lhos levarem em conta, o que assim Hei por bem, ficando esta Provisão trasladada nos ditos livros para não pôrem a isso duvida. Pelo que: Mando aos Officiaes das ditas Camaras, e mais pessoas, a que o conhecimento desta pertencer a cumprão, e a guardem, e a fação cumprir, e guardar inteiramente como nella se contém sem duvida alguma, a qual valerá como Carta sem embargo da Ordenação do Liv. 2.º Tit. 40 em contrario, e não pagou novos Direitos por ser esmola, como constou por certidão dos Officiaes dos mesmos novos Direitos. ElRei Nosso Senhor o mandou pelos Conselheiros do seu Conselho Ultramarino abaixo assignados. Pedro José Corrêa a fez em Lisboa a 20 de Novembro de 1760, de feitio desta nada, e de assignaturas. O Conselheiro Manoel Antonio da Cunha de Souto Maior a fez escrever.—João Soares Tavares.—Manoel Gomes de Carvalho <sup>(1)</sup>.

PROVISÃO SOBRE TESTAMENTOS E INVENTARIOS.

Dom José por Graça de Deos Rei de Portugal, e dos Algarves d'áquem, e d'além mar, em Africa Senhor de Guiné &. Faço saber a vós Ouvidor das Ilhas do Principe, e S. Thomé, que sendo-Me presente, que o Vigario Geral desse Bispado, com excesso de sua Jurisdicção, e usurpação da secular, se intro-mettia nas aberturas dos Testamentos, sem fazer Inventario dos defuntos leigos: Sou servido mandar recommendar ao Cabido, Sede vacante, fazer observar naquelle Juizo, o que se lhe acha expressamente determinado por Decretos, Concordatas, e commua opinião dos Dou-

<sup>(1)</sup> Collecção de Delgado — Vol. 1.º pag. 752.

<sup>(1)</sup> Collecção de Delgado — Suppl. 1750-1762, pag. 779.

tores, que inconcussamente assentão pertencer a abertura dos Testamentos dos fallecidos, assim seculares, como Clerigos ao Juizo secular, e que no mesmo Juizo se devem fazer seus Inventarios dos bens dos testadores leigos, que instituem herdeiros seculares ou Clerigos, por não poderem estes valer-se do privilegio do foro, em quanto não estão de posse dos bens da herança, e que sómente para a execução dos Testamentos se deve observar a alternativa; e que espero que nesta conformidade o faça assim executar para que se não exceda aos termos, que o Direito prescreve á Jurisdicção Ecclesiastica em grave damno, e oppressão desses moradores. O que Me pareceo participar-vos, ordenando-vos que no caso de se praticar o contrario no Juizo Ecclesiastico, façaes observar o que a Lei determina para remedio das violencias do Juizo Ecclesiastico. ElRei Nosso Senhor o mandou pelos Conselheiros de seu Conselho Ultramarino abaixo assignados, e se passou por duas vias. Verissimo Manoel de Almeida a fez em Lisboa a 23 de Dezembro de 1760.—Miguel Lopes do Lavre a fez escrever.—Antonio Lopes da Costa.—Manoel Antonio da Cunha Souto Maior <sup>(1)</sup>.

ALVARÁ DECLARANDO OS CHRISTÃOS  
DA INDIA PORTUGUEZA SÃO EM TUDO IGUAES  
AOS PORTUGUEZES.

Eu ElRei Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem: Que havendo tido certa informação, de que depois que a influencia dos Regulares da Companhia chamada de Jesus contaminou a Policia, e Economia do Estado da India; empregando nelle o espirito de sedição, e de discordia, com que por principio costumou sempre aquella infesta Sociedade alienar, não só os Estados destes Reinos huns dos outros; e não só dentro em cada hum dos mesmos Estados as Corporações, que o consti-

tuem; mas até as mesmas familias particulares: Para que interpondo as suas artificiosas maquinações no meio destas geraes discordias; E enfraquecendo com ellas (debaixo da apparencia de as pacificarem) as forças naturaes dos mesmos Estados, Corporações, e Familias, engroçassem assim o desmedido poder, que chegarão a arrogar-se nestes Reinos, e todos seus Dominios: De sorte, que servindo-se os sobreditos Regulares daquelle pernicioso artificio, vierão a conseguir que entre os Meus Vassallos naturaes destes Reinos e entre os que são nascidos no Estado da India, se viessem a introduzir differenças, aversões, despezos, e até inhabilidades dos segundos dos mesmos Vassallos, com affectado esquecimento, e manifesta transgressão das pias Leis, e louvaveis costumes, que tiverão unidos desde a primeira idade todos os Meus Vassallos daquelle Estado, com os que a elle passam deste Reino, em huma causa commua de honras, consanguinidades, e interesses; sem que nelle para os empregos, Matrimonios, e civilidades se fizessem outras algumas differenças, que não fossem aquellas, com que as Virtudes, as Letras, as Acções recommendaveis, e os cabedaes licitamente adquiridos pelo decurso dos tempos, vão constituindo as diversas Classes, que dentro na mesma identica Nação, distinguem os diferentes Estados; e dentro em cada hum delles as diferentes Classes; os diferentes Gremios, de que se compõem as bem ordenadas Monarchias. E tendo ouvido sobre este importante negocio muitos Ministros do Meu Conselho, e Desembargo, com cujos pareceres Me conformei, em ordem aos fins, de obviar a tão perniciosas transgressões; e de extinguir todos os abusos, que dellas resultarem: Sou Servido excitar efficazmente a observancia de todas as sobreditas Leis, e de todos os sobreditos usos, e costumes louvaveis: Ordenando, que todos os Meus Vassallos nascidos na India Oriental, e

<sup>(1)</sup> Collecção de Delgado—Suppl. 4750-4762, pag. 782.

Domínios que tenho na Asia Portuguesa; as partes, que lhe são applicaveis, seja até se Me dar conta, para Eu determinar suspenso do uso do Habito, que tiver, sendo Christãos baptizados; e não tendo outra inhabilidade de Direito, gozem das mesmas honras, preeminencias, prerogativas, e privilegios, de que gozão os naturaes destes Reinos, sem a menor differença; havendo-os desde logo, não só por habilitados para todas as Honras, Dignidades, Empregos, Postos, Offícios, e Jurisdicções delles; mas recommen- dando muito seriamente aos Vice-Reis do mesmo Estado, e Ministros, e Officiaes delles, que para as sobreditas Honras, Dignidades, Empregos, Postos, e Offícios attendão sempre nos concursos com preferencia aos Naturaes das respectivas terras, mostrando-se capazes; sob pena de que do contrario Me darei por muito mal servido, e lhe estranharei, como achar justo, conforme a exigencia dos casos. Item: Estabeleço que qualquer pessoa de qualquer estado, ou condição que seja, que desprezar, ou distinguir no trato, e na civilidade os sobreditos Naturaes da India, ou seus filhos, ou descendentes; chamando-lhes Negros, ou Mistigos; ou applicando-lhes outras semelhantes antonomasias odiosas, e de ludibrio; ou perturbando com aquelles pretextos inhabilitaços para as Honras, Dignidades, Empregos, Postos, Offícios, e Jurisdicções, a que conforme as suas diferentes graduacões, serviços, e pres- timo estiverem a caber: Sendo pessoas que tenha o Fôro de Fidalgo da Minha Casa perca o Fôro, que nella tiver, além das mais penas, que reserve a Meu Real arbitrio: Sendo Nobre perdeva a Nobreza, que tiver, ficando reduzido á ordem dos peões, com a multa de duzentos pardãos para a parte offendida, e quatro mezes de prisão debaixo de chave na Cadeia publica, dobrando, e triplicando todas as referidas penas cumulativamente á proporção das reincidencias da sobre dita culpa: Sendo Cavalleiro de qualquer das Ordens Militares, Mando, (como Grao Mestre, e perpétuo Governador dellas) que além das sobreditas penas em todas

as partes, que lhe são applicaveis, seja até se Me dar conta, para Eu determinar suspenso do uso do Habito, que tiver, sendo Christãos baptizados; e não tendo outra inhabilidade de Direito, gozem das mesmas honras, preeminencias, prerogativas, e privilegios, de que gozão os naturaes destes Reinos, e de prisão, da qual irá degra- dado para Moçambique por tempo de cinco annos pela primeira vez; e se lhe aggravarão as penas pelas outras reincidencias na sobre dita forma. Item: Pro- hibio, que aos Naturaes da mesma India, que forem Christãos baptizados, se não conservem contra suas vontades, os Cognomes das Familias, donde houverem sahido, ou dos Offícios e Ministerios delles: Ordenando que a todos os sobre- ditos se conceda o uso dos sobrenomes, e Appellidos, de que usão as Familias destes Reinos, como nelles se está pra- ticando sem differença alguma.—E este se cumprirá tão inteiramente como nelle se contém, sem divida, ou embargo al- gum. Pelo que: Mando ao Vice-Rei, e Ca- pitão General do Estado da India; Chan- celler, Desembargadores da Relação delles; Ouvidores, Juizes, Justiças, e mais pes- soas, a quem o conhecimento deste per- tencer, o cumprão, guardem, e fação cumprir, e guardar inteiramente, como nelle se contém, não obstante quaesquer Leis, Regimentos, Extravagantes, Pro- visões, Opiniões, e Ciozas, de Doutores, que seião em contrario, que todas, e to- dos hei por derogados para este effeito somente, ficando alias sempre em seu vigor: hei outro sim por bem, que este Alvará se Registre nos Livros das Comar- cas de Gôa, Bardez, Salsete, Diu, Damão, e mais logares aonde pertencer, depois de haver sido publicado, e afixado nos lugares publicos da mesma Cidade de Gôa, Diu, e Damão: E Mando, que valha como Carta feita em Meu Nome, passada pela Chancellaria, e Sellada com os Sellos pendentes das Minhas Armas, posto que pela dita Chancellaria não ha de fazer transito; e ainda que o seu effeito haja de durar mais de hum, e muitos annos; e isto tudo sem embargo das Ordenações,



que determinão o contrario, as quaes derogo tambem nesta parte. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, aos 2 de Abril de 1761.<sup>(1)</sup> — Com a Assignatura de Sua Magestade, e a do Ministro<sup>(2)</sup>.

AVISO SOBRE OS MISSIONARIOS  
DAS ILHAS DE S. THOMÉ E PRINCEPE.

Sua Magestade he servido, que V. Senhoria não permitta aos Regulares, que assistem nessas ilhas o embarcarem para a Bahia, ou outro qualquer porto do Brasil, sem expressa ordem expedida por esta Secretaria de Estado; obrigando aos Capitães das Embarcações, que ahi forem a commerciar, assignem Termo de não trazer nenhum, debaixo da comminação de se proceder contra elles com as penas, que o mesmo Senhor for servido. Deos Guarde a V. Senhoria. Nossa Senhora da Ajuda, a 18 de Abril de 1761.—Francisco Xavier de Mendonça Furtado.—Senhor Luiz Henriques, Governador das Ilhas de S. Thomé<sup>(3)</sup>.

ALVARÁ ABOLINDO O MONOPOLIO DO VELORIO  
EM MOÇAMBIQUE.

Eu ElRei Faço saber aos que este Alvará virem, que tendo consideração aos inconvenientes que resultão ao Commercio, que os Meus Vassallos fazem no Porto de Moçambique, do Estanque, ou monopolio do Vellorio, ou Missanga que nelle se acha estabelecido: E desejando promover as utilidades do mesmo Commercio a favor dos que nelle se empregão em commum beneficio: Hei por bem abolir o sobredito Estanque, ou monopolio com todos os Administradores, e Officiaes que para elle se tinham nomeado como se nunca houvesse existido: Reservando sómente para a Minha Real Fazenda os Direitos de vinte por cento

de entrada do referido genero computados pelo commum preço das primeiras vendas, e os Direitos que delle se devem pagar por sahida como actualmente pagão as fazendas que de Moçambique se navegão para os Pórtos da Costa Oriental de Africa, e Ilhas adjacentes. Observando-se em tudo o mais os Direitos de entrada, e sahida da Alfandega de Moçambique o que actualinente se pratica, em quanto Eu não estabelecer nova Pauta sobre as informações que tenho mandado fazer sobre esta materia. No caso de existir algum Vellorio ou Missanga pertencente á Minha Real Fazenda daquelles sortimentos para o sobredito Estanque: Determino que em quanto o mesmo Vellorio, ou Missanga existente não for exportado, se suspenda a liberdade que por este Alvará tenho estabelecido a favor dos particulares em commum. Querendo porém estes dividir entre si o referido Vellorio existente comprando-o pelo seu justo, e costumado preço; se repartirá entre elles por um igual rateio, e sem monopolio a favor de alguns com prejuizo do Commercio commum dos referidos particulares: Os quaes ficarão neste cazogozando desde logo da plena liberdade de commercia-rem no referido genero sem restricção alguma.

E este se cumprirá tão inteiramente como nelle se contém, sem duvida, ou embargo algum, e valerá como Carta passada pela Chancellaria posto que por ella não ha de passar, e ainda que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, ou muitos annos, não obstantes as Ordenações, e todas as mais Leis, Alvarás, Provisões, Disposições, ou costumes contrarios. Pelo que: Mando ao Conselho Ultramarino, Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios, Vice-Reis, e Capitães Generaes dos Estados da India, e Brazil, Governadores, e Capitães Generaes do Rio de Janeiro, Pernambuco, Grão Pará, e Maranhão, Angola, e Moçambique; Relações dos mesmos Estados

(1) Vid. a Carta Regia de 15 de Janeiro de 1774.

(2) *Collecção de Delgado* — Vol. 1.º pag. 793.

(3) *Collecção de Delgado* — Suppl. 4750-4762, pag. 805.

da India, e Brazil, Governadores, Capitães Mores, e mais Ministros, e Officiaes de Justiça, e Guerra, a que o conhecimento deste Meu Alvará pertencer, que o cumprão, e guardem, e que o fação cumprir, e guardar como nelle se contém; registando-se nas sobreditas Relações, e mais lugares onde se costumão registrar semelhantes Leis. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, a 7 de Maio de 1761.

*Com a Assignatura de Sua Magestade* <sup>(4)</sup>.

ALVARÁ SOBRE O COMMERCIO DE ANGOLA  
E DE MOÇAMBIQUE.

Eu ElRei. Faço saber aos que este Alvará virem, que havendo-Me feito presente os interessados na Navegação da Costa de Africa, que não obstante ser esta permittida aos moradores neste Reino, Ilhas adjacentes, e Estado do Brasil, e da India por Provisão de 9 de Março de 1672, pelo Alvará de 24 de Março de 1680, pelo Decreto de 29 de Março de 1755, que abolio a Administração do Conselho da Fazenda do Estado da India no que pertencia ao Commercio de Moçambique, pelo Alvará de 10 de Junho do mesmo anno de 1755, e pela Minha Real Resolução de 5 de Março de 1756; com tudo em razão de haver Eu determinado na sobredita Resolução, que as Embarcações, que navegassem para a Costa de Africa não excedessem o porte de tres mil rolos de tabaco, se havia pertendido estender aquella disposição a comprehender os Navios, que fazem as suas viagens para Angola, e Moçambique, sendo certo, que para as ditas Capitánias não podem navegar embarcações de tão pequeno porte: E para obviar os inconvenientes, que se tem seguido das duvidas, que se moverão sobre esta materia: Sou servido declarar a sobredita Resolução na maneira seguinte. Ficando sempre em seu vigor a

sobredita prohibição a respeito de todos os outros portos da Costa Occidental de Africa: Hei por bem, que nella não sejam comprehendidas as Navegações de Angola, e Moçambique, mas que antes pelo contrario seja permittido aos seus respectivos interessados servirem-se de todos os Navios, que acharem que são mais proprios para as sobreditas Navegações: o que porém se entende nos termos habeis de irem via recta a Moçambique, e Angola, e de voltarem daquelles portos para outros donde sahirão, sem tocarem outros alguns portos da Africa Oriental, ou Occidental, quaesquer que elles sejam: E tudo debaixo das penas de confiscação dos mesmos Navios, e commulativamente de todas as fazendas, e generos, que não forem, a saber, na ida legitimados pelas carregações que levarem authenticadas pelas Mesas da Inspecção dos portos donde sahirem, para com ellas se apresentarem nos referidos portos de Moçambique, e Angola, e na volta pelas outras semelhantes guias, com que manifestarem serem os retornos, que trouxerem das produções das terras, e do Commercio de Angola, Moçambique, Rios de Sena, Soffala, Inhambane, e Ilhas de Quiremba, sem outra excepção, que não seja a dos pannos, que dos portos da India vem aó de Moçambique, e delle se extrahem para o Commercio de Angola, e mais portos da Costa Occidental de Africa, que jazem ao Norte do Reino de Angola. Em ambos os referidos casos serão obrigados os Mestres, e Officiaes dos ditos Navios a apresentarem nas Casas de Inspecção, e onde não as houver nas Alfandegas, as sobreditas guias, e arrecadações para se lhes darem Despachos de descarga, sem os quaes se não poderá esta fazer, debaixo das mesmas penas acima declaradas, de suspensão até nova mercê Minha dos Officiaes das Inspecções, ou das Alfandegas, que taes clandestinas descargas permittirem. A referida geral prohibição se estenderá aos portos da Ilha de S. Lourenço, a res-

<sup>(4)</sup> *Collecção de Delgado—Vol. 1.º, pag. 797.*

peito de todos os Navios, que forem do Brasil, posto que aliás não he da Minha Real Intenção prohibir o Commercio, que de Moçambique se faz via recta, para a sobredita Ilha de S. Lourenço, levando-se a ella Quinquilharias para os retornos dellas virem em mantimentos, e em gados. Os Pilotos, Marinheiros, e mais pessoas das Equipagens, que entrarem nos portos acima prohibidos, serão obrigados a denunciar os Mestres Capitães dos Navios dentro no termo de tres dias continuos, e successivos, e contados da hora em que desembarcarem, ou perante os Ministros das Mesas de Inspecção, e na falta delles ante os Provedores, ou Juizes das Alfandegas, sob pena de açoutes, e de dez annos de degredo para o Reino de Angola; declarando as transgressões, que se houverem feito, assim pelo que pertence á entrada dos portos prohibidos, como pelo que toca ao Commercio, que nelles se fizer, e aos generos que delles se extrahirem, dos quaes Hei por bem, que se adjudique a metade aos denunciantes, para entre elles se repartir por hum igual rateio. E porque a experiencia tem mostrado as fraudes, que a semelhantes prohibições se costumão fazer debaixo dos pretextos da necessidade de *agoa aberta*, e outros da mesma natureza: Determino, que os sobreditos pretextos não relevem aos culpados das penas, que contra elles deixo estabelecidas, senão nos casos de avaria maior, e de ruina total, que manifestamente conste sem a menor tergiversação, que a embarcação de que se tratar foi constituida na estrema impossibilidade de continuar a sua viagem legalmente: Incumbindo sempre o encargo da prova exclusiva da culpa aos que houverem feito as ditas transgressões. Para que tudo o referido tenha a sua devidã observancia: Ordeno, que as transgressões deste Meu Alvará de Lei, sejam casos de devassas, que estarão sempre abertas nos portos do Brasil ante os Ministros Letrados da Casa da Inspec-

ção, e em Angola, e Moçambique ante os respectivos Ouvidores, os quaes sem attenção a limitado tempo, ou a determinado numero de testemunhas, logo que tiverem as provas necessarias para constar dos delictos, procederão contra os culpados summaria, e verbalmente, remettendo os processos verbaes que elles formarem ás respectivas Relações da Bahia, e Rio de Janeiro, sómente com os traslados daquelles ditos de testemunhas, e documentos, em que consistir a prova, que houver contra cada hum dos transgressores, sem poderem fazer trasladar mais cousa alguma das devassas geraes, que devem ficar sempre ante elles abertas, e em segredo de Justiça; para que nas sobreditas Relações sejam sentenciados a final os referidos culpados, pelos Inspectores Letrados, com os adjuntos que lhes nomearem os Governadores das sobreditas Relações, ou os Ministros, que seus cargos servirem.

E este se cumprirá tão inteiramente como nelle se contém sem duvida ou embargo algum, e valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não hade passar, e ainda que o seu effeito haja de durar mais de hum, ou muitos annos não obstante as Ordenações, e todas as mais Leis, Alvarás, Provisões, Disposições, ou Costumes contrarios, que todas, e todos Hei por derogados para os effeitos neste Alvará declarados, ficando aliás em seu vigor nas partes, que a elle não forem contrarios. Pelo que: Mando ao Conselho Ultramarino; Junta do Commercio deste Reino, e seus Dominios; Vice-Reis, e Capitães Generaes do Rio de Janeiro, Pernambuco, Grão Pará e Maranhão, Angola, e Moçambique; Relações dos mesmos Estados da India, e Brasil; Governadores; Capitães Móres; e mais Ministros, e Officiaes de Justiça, e Guerra a que o conhecimento deste Meu Alvará de Lei pertencer, que o cumprão, guardem, e que o fação cumprir, e guardar tão inteiramente como nelle se contém,

registando-se nas sobreditas Relações, e nos lugares onde se costumão registrar semelhantes Leis. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, a 7 de Maio de 1761.

*Com a Assignatura de ElRei, e a do Ministro* <sup>(1)</sup>.

ALVARÁ A FAVOR DA LIBERDADE DOS ESCRAVOS.

Eu ElRei. Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem, que sendo informado dos muitos, e grandes inconvenientes que resultão do excesso, e devassidão, com que contra as Leis, e costumes de outras Cortes polidas se transporta annualmente da Africa, America, e Asia, para estes Reinos hum tão extraordinario numero de Escravos Pretos, que fazendo nos meus Dominios Ultramarinos huma sensivel falta para a cultura das Terras, e das Minas, só vem a este Continente occupar os lugares dos moços de servir, que ficando sem commodo, se entregão á ociosidade, e se precipitão nos vicios, que della são naturaes consequencias: E havendo mandado conferir os referidos inconvenientes, e outros dignos da Minha Real providencia, com muitos Ministros do Meu Conselho, e Desembargo, doutos, timoratos, e zelosos do serviço de Deos, e Meu, e do Bem Commum, com cujos pareceres Me conformei: Estabeleço, que do dia da publicação desta Lei portos nos da America, Africa, e Asia, e depois de haverem passado seis mezes a respeito dos primeiros, e segundos dos referidos portos, e hum anno a respeito dos terceiros, se não possão em algum delles carregar, nem descarregar nestes Reinos de Portugal, e dos Algarves, Preto, ou Preta alguma: Ordenando, que todos os que chegarem aos sobreditos Reinos, depois de haverem passado os referidos Termos, contados do dia da publicação desta, fiquem pelo beneficio della libertos, e forros, sem necessitarem de outra al-

guma Carta de manumissão, ou Alforria, nem de outro algum despacho, além das Certidões dos Administradores, e Officiaes das Alfandegas dos lugares onde aportarem, as quaes Mando que se lhes passem logo com as declarações dos lugares donde houverem sahido, dos Navios em que vierem, e do dia, mez, e anno em que desembarcarem; vencendo os sobreditos Administradores, e Officiaes os emolumentos das mesmas Certidões, quáatropeadas á custa dos Donos dos referidos Pretos, ou das Pessoas, que os trouxerem na sua companhia. Dilatando-se-lhes porém as mesmas Certidões por mais de quarenta e oito horas, continuas, e successivas contadas da em que derem entrada os Navios, incorrerão os Officiaes, que as dilatarem, na pena de suspensão até Minha mercê; e neste caso recorrerão os que se acharem gravados aos Juizes, e Justiças das respectivas Terras, que nellas tiverem jurisdição ordinaria, para que qualquer delles lhes passe as ditas Certidões com os mesmos emolumentos, e com a declaração das duvidas, ou negligencias dos sobreditos Administradores, ou Officiaes das Alfandegas; a fim de que, queixando-se delles as Partes aos Regedores, Governadores das Justiças das respectivas Relações, e Jurisdicções, fação logo executar esta de plano, e sem figura de Juizo, e declarar da mesma sorte as penas assim ordenadas. Além dellas Mando, que a todas, e quaesquer Pessoas, de qualquer estado, e condição que sejam, que venderem, comprarem, ou retiverem na sua sujeição, e serviço, contra suas vontades, como Escravos, os Pretos, ou Pretas, que chegarem a estes Reinos, depois de serem passados os referidos Termos, se imponhão as penas, que por Direito se achão estabelecidas, contra os que fazem carceres privados, e sujeitão a Cativoiro os Homens, que são livres. Não he porém da Minha Real intenção, nem que a respeito dos Pretos, e Pretas, que já se achão nestes Reinos, e a elles vierem

<sup>(1)</sup> Collecção de Delgado — Suppl. 1750-1762, pag. 809.

dentro dos referidos Termos, se innove cousa alguma, com o motivo desta Lei; nem que com o pretexto della desertem dos Meus Dominios Ultramarinos os Escravos, que nelles se achão, ou acharem; antes pelo contrario Ordeno, que todos os Pretos, e Pretas livres, que vierem para estes Reinos viver, negociar, ou servir, usando da plena liberdade, que para isso lhes compete, tragão indispensavelmente Guias das respectivas Camaras dos lugares donde sahirem, e pelas quaes conste o seu sexo, idade, e figura; de sorte, que concluão a sua identidade, e manifestem, que são os mesmos Pretos, forros, e livres: E que vindo alguns sem as sobreditas Guias na referida fórma, sejam prezos, e alimentados, e remettidos aos lugares donde houverem sahido, á custa das Pessoas em cujas companhias ou Embarcações vierem, ou se acharem.

E este se cumprirá tão inteiramente como nelle se contém. Pelo que: Mando á Meza do Desembargo do Paço, Conselhos da Minha Real Fazenda, e do Ultramar, Casa da Supplicação, Meza da Consciencia, e Ordens, Senado da Camara, Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios, Governadores da Relação, e Casa do Porto, e das Relações, da Bahia, e Rio de Janeiro, Vice-Reis dos Estados da India, e Brazil, Governadores, e Capitães Generaes, e quaesquer outros Governadores dos mesmos Estados, e mais Ministros, Officiaes, e Pessoas delles, e destes Reinos, que cumprão, e guardem, e fação inteiramente cumprir, e guardar este Meu Alvará, sem embargo de quaesquer outras Leis, ou Disposições, que se opponhão ao seu conteúdo, as quaes Hei tambem por derogadas para este effeito sómente, ficando aliás sempre em seu vigor; E Mando ao Doutor Manoel Gomes de Carvalho, do Meu Conselho, e Chanceller Mór destes Reinos, e Senhorios, o faça publicar, e registar na Chancellaria Mór do Reino: E da mesma sorte será publicada nos Meus Reinos, e Dominios, e em cada

humas das Comarcas delles, para que venha á noticia de todos, e se não possa allegar ignorancia: Registrando-se em todas as Relações dos Meus Reinos, e Dominios, e nas mais partes onde semelhantes Leis se còstumão registrar, e lançando-se este mesmo Alvará na Torre do Tombo. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, a 19 de Setembro de 1761.—Com a Assignatura de ElRei, e a do Ministro <sup>(4)</sup>.

CARTA REGIA SOBRE A ADMINISTRAÇÃO  
DE JUSTIÇA CRIMINAL EM ANGOLA.

Antonio de Vasconcellos, Governador, e Capitão General do Reino de Angola. Amigo. Eu ElRei vos envio muito saudar. Attendendo á devassidão, em que se achão os vícios mais atrozes nas terras desse Reino habitadas por tantos facinorosos degradados, e corrompidos por tantos, e tão abominaveis abusos: E considerando, que para todas as relaxações, que nas ditas terras se tem introduzido concorreo até agora a impunidade dos delictos, fomentados pelas delongas, e tergiversação dos meios ordinarios: Sou Servido, que os Réos dos crimes de homicidio voluntario, roubo nas ruas da Cidade, ou nas Casas della com coacção, ou com arrombamento, infestação das estradas publicas, ou caminhos dos certões, com violencia feita aos viandantes ou nas suas pessoas com qualquer ferida, posto que seja leve, ou nos seus bens, retendo-os aos mesmos viandantes contra suas vontades, ou prejudicando-lhos em valor, que exceda a dois tostões, sejam presos, e verbal, e summariamente ouvidos, e sentenciado em fórma militar em Junta, a que deveis presidir, composta do Ouvidor, Juiz de Fóra, Coronel, Tenente Coronel, e Sargento Mór do Regimento da Guarnição dessa Capital, ou das pessoas, que os ditos cargos servirem, proferindo-se as sentenças pela pluralidade de votos, sendo o vosso de qua-

(4) Collecção de Delgado — Vol. 1.º, pag. 844.

lidade, e decisivo nos casos de empate: executando-se as ditas sentenças no mesmo dia, em que se proferirem até á de morte natural inclusivé. A todos, e qualquer do povo offendido por tão enormes e nocivos delictos: Hei por bem conceder a jurisdicção de prenderem os delinquentes, com tanto que depois de presos os conduzão ou fação conduzir *via recta* á presença do Ouvidor, ou quem seu cargo servir nessa Capital: O que tudo fareis executar com a exactidão, e zelo, que de vós confio, não obstante quaesquer Leis, Alvarás, Disposições, Ordens, Regimentos, ou estilos contrarios, porque todos, e todas Hei por bem derogar do Meu Moto proprio, certa Sciencia, Poder Real, Pleno, e Supremo, para os referidos effeitos sómente. Escripta no Palacio de Nossa Senhora de Ajuda, a 14 de Novembro de 1761.—REI.—Para Antonio de Vasconcellos, Governador e Capitão General do Reino de Angola <sup>(1)</sup>.

DECRETO MANDANDO FAZER ESCALA EM ANGOLA  
AS NÁOS, E MAIS EMBARCAÇÕES,  
QUE VOLTAREM DA INDIA.

Tendo tomado na Minha Real consideração que a escala mais propria, que podem fazer as Nãos, e mais embarcações, que voltarem da India Oriental, he a do porto da Cidade de S. Paulo da Assumpção, Capital do Reino de Angola, assim para se concertarem, como para se proverem de tudo o necessario: Fui servido determinar que todas as Nãos, que na monção de Março do anno proximo seguinte, e nas mais futuras partirem para o Estado da India, venhão ao dito porto: Permittindo, em beneficio do Commercio geral dos Meus Vassallos, que os Officiaes das sobreditas Nãos, e as mais pessoas interessadas nas carregações, que ellas transportarem, possão descarregar, e vender na referida Cidade de S. Paulo da Assumpção todas as fa-

zendas, que lhes parecer; pagando na Alfandega, que Mando estabelecer na mesma Cidade, dez por cento dos preços, em que forem avaliadas; e dando fiança pelos Direitos, que devem pagar na Casa da India da Cidade de Lisboa, na fôrma do Regimento della: para o que Tenho mandado expedir as ordens necessarias. A Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios o tenha assim entendido; e faça publicar esta Minha Real determinação, mandando affixar Editaes, para que chegue á noticia de todos. Nossa Senhora da Ajuda, a 17 de Novembro de 1761.

*Com a Rubrica de Sua Magestade* <sup>(1)</sup>.

CARTA DE LEI DE 22 DE DEZEMBRO DE 1761 DECLARANDO  
A JURISDICÇÃO DO CONSELHO DA FAZENDA.

Dom José, por Graça de Deos Rei de Portugal, e dos Algarves, d'aquem e d'além Mar, em Africa Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Faço saber aos que esta Minha Carta de Lei virem, que por quanto por outra Lei dada no mesmo dia de hoje, obviando com os indispensaveis motivos nella expressos aos inconvenientes, que tinham resultado de serem os bens, e rendas da Minha Real Coroa, arrecadados pelas muitas repartições, em que até agora andárão divididos; estabeleci hum Thesouro Geral, reduzindo nelle a hum só, e unico Cofre todos os recebimentos, e pagamentos do Meu Real Erario: porque os mesmos motivos de interesse commum, e utilidade publica fazem coherente, justo e necessario, que assim como as receitas, e despesas dos sobreditos bens, e rendas pelo que toca aos cálculos, e procedimentos de facto, forão reduzidas a hum só, e unico Thesouro; da mesma sorte as materias concernentes á administração, e arrecadação do Meu Real Patrimonio, que necessitão do exercicio das jurisdicções vo-

<sup>(1)</sup> Collecção de Delgado—Suppl. 1750-1762, pag. 833.

<sup>(1)</sup> Collecção de Delgado—Vol. 1.º pag. 813.

luntaria, ou contenciosa, e que por isso não podem ser determinadas senão por Ministros professores de Letras, se reduzão também a huma só, e unica jurisdicção privativa, certa e invariavel; que fazendo cessar todos os conflictos de jurisdicções distinctas, determine, e sentencie os casos pertencentes ás sobreditas duas jurisdicções, cumprindo com o Meu Real serviço, guardando ás partes seu direito; e tudo por termos, que, sendo em si simplicies, claros, e superiores a toda a justa dúvida, sejam ao mesmo tempo tão breves, que a decisão dos negocios desta natureza se faça compativel com as urgencias publicas, que em semelhantes negocios não admittem dilações, que não sejam de muito perniciosas consequencias: E havendo também ouvido sobre esta importante materia muitos Ministros de sã consciencia, de consumada literatura, e experiencia, e de conhecido zelo, com cujos pareceres Me conformei: Sou servido reduzir a huma só, e unica jurisdicção todos os requerimentos, causas, e dependencias pertencentes á cobrança, e arrecadação, e pagamento das rendas dos bens da Minha Coroa, que forem dependentes das sobreditas jurisdicções, voluntaria, ou contenciosa, com total exclusiva de todas as outras jurisdicções, que até agora se exercitárão; e tudo isto na maneira abaixo declarada.

#### TITULO I.

##### **Do Conselho da Fazenda, e sua Jurisdicção exclusiva.**

1. Estabeleço que todos os requerimentos, causas, e dependencias, que verterem sobre a arrecadação das vendas de todos os direitos, e bens da Minha Coroa, de qualquer natureza que sejam, fiquem da publicação desta em diante pertencendo privativamente ao Conselho da Minha Real Fazenda, com total exclusiva de todos, e quaesquer outros Tribunaes,

e Magistrados; para de tudo conhecer o mesmo Conselho em huma só instancia; e para tudo determinar definitivamente sem outro recurso que não seja o de consulta á Minha Real Pessoa, nos casos que o mesmo Conselho achar que são dignos de se Me consultarem.

2. E attendendo aos grandes inconvenientes, e extraordinarios prejuizos, que ao Meu Real Erario, e ao Bem commum dos Meus Vassallos, resultarão de andar separada do mesmo Conselho a jurisdicção contenciosa: Mando que d'aqui em diante use della, da mesma sorte que até agora usou da jurisdicção voluntaria; unindo n'elle ambas as sobreditas jurisdicções na fórma acima ordenada.

3. Tudo o que forem requerimentos, e negocios pertencentes á mesma jurisdicção voluntaria, serão expedidos pelos Escrivães da Fazenda; e pelos Officiaes a que tocárão até o presente. Porém tudo o que for concernente á jurisdicção contenciosa, se autuará, e processará pelos dous Escrivães dos Feitos do Juizo da Coroa, e Fazenda como se praticou até agora.

4. E porque accrescendo aos Ministros do mesmo Conselho o encargo de sentenciarem as referidas causas no Foro contencioso, he justo que tenham alguma compensação deste trabalho: Hei por bem que nas causas desta natureza, que julgarem, levem as mesmas assignaturas, e emolumentos, que actualmente estão por Mim concedidas aos Desembargadores dos Aggravos, e Juizes da Coroa da Casa Supplicação.

5. Para que os negocios pertencentes a cada huma das sobreditas jurisdicções se possam expedir com regularidade: Mando que os que forem pertencentes á jurisdicção voluntaria, sejam expedidos nas segundas, quartas e sextas feiras; e os que pertencerem á jurisdicção contenciosa, se despachem nas terças, quintas, e sabbados de cada semana inalteravelmente.

TITULO II.

Do que se observará no mesmo Conselho para o despacho dos negocios pertencentes á Jurisdicção voluntaria.

HABILITAÇÕES.

1. Sendo tão importante entre os negocios, de que até agora se achou encarregado o Conselho, o das habilitações das pessoas, que se pretendem legitimar com sentenças de justificação; ou para succederem a outras pessoas que tem Mercês da Minha Coroa de juro, e herdade, ou em vidas; ou para Me requererem a satisfação de serviços de terceiros; ou para outros effeitos de attendiveis consequências: E havendo mostrado uma longa, e qualificada experiencia, que tantos, e tão importantes negocios daquella gravidade, quantos são os que a multiplicação das Gentes, e a multiplicidade das Mercês da Coroa, e dos outros interesses particulares tem accumulado depois de alguns annos a esta parte, se não podem despachar opportuna, e competentemente pelo expediente de hum só Ministro, que sendo o mais antigo do Conselho, era preciso que fosse o mais gravado de annos, e de occupaões: Sou Servido abolir, e Hei desde logo por abolido o emprego de Juiz das Justificações do Reino com o ordenado que lhe pertencia: E Mando que os papeis que até agora se despacharão *in solidum* pelo dito Juiz, sejam daqui em diante repartidos por huma igual, e rigorosa distribuição entre todos os Ministros do Mesmo Conselho: No qual aquelle, em que cahir o turno servirá de Relator para propôr os papeis, e escrever o que for vencido pela pluralidade dos votos dos Ministros, que se acharem presentes, com tanto que sempre haja tres votos conformes; recolhendo-se em hum Cofre os emolumentos que o Juiz das Justificações extincto levou até agora das partes; para que no fim de cada quartel sejam repartidos por todos os sobreditos Ministros, levando cada hum delles huma igual porção.

ANTIGUIDADES, GRADUAÇÕES DAS TENÇAS, E SEUS ASSENTAMENTOS.

2. Para desterrar os abusos, que Fui informado de que se tem introduzido nas antiguidades, e graduações das Tenças assentadas nos Almojarifados da Minha Real Fazenda, em grave prejuizo della, e dos filhos das respectivas folhas; humas vezes conservando-se nas mesmas folhas Tencionarios fallecidos por dilatados annos, depois dos seus fallecimentos; outras vezes impondo-se aos filhos, netos, e bisnetos de outros Tencionarios os mesmos nomes delles para se simular debaixo da identidade dos nomes, a outra identidade das pessoas, sendo em si diversas: Ordeno que o Conselho da Minha Real Fazenda reparta igualmente as differentes Estações, em que se achão as referidas Tenças assentadas, pelos Ministros, que constituem o dito Tribunal; para examinarem o que nellas passa ao dito respeito: Que ao mesmo tempo Mande pôr Editaes nos lugares publicos da Cidade de Lisboa, e nas Cabeças de Comarca de todos estes Reinos, e seus Dominios, para que todas as pessoas que houverem assentado Tenças nas sobreditas Estações, fação exhibir os seus Padrões Originaes ante os respectivos Conselheiros a quem tocar, com as suas certidões de baptismo, para nelles se examinarem as verbas dos seus assentamentos: Que os termos dos referidos Editaes sejam de trinta dias para os que estiverem nesta Corte, e na distancia de vinte leguas della; de sessenta dias para os que viverem dentro no Continente destes Reinos, fóra da referida distancia de vinte leguas; de seis mezes para os que viverem nas Ilhas dos Açores, Madeira, e Cabo Verde; e de dous annos para os que viverem na Africa, America, e Asia; comminando-se a todos a pena de perderem as Tenças que tiverem, e de se tirarem os seus nomes das folhas no caso de não haverem comparecido nos referidos termos; porque assim o Mando: Que assim como forem chegando os referidos Padrões, se dê huma



resalva gratuita aos que os apresentarem para sua defeza, e os vá combinando em sua casa o Conselheiro a quem tocar com os seus respectivos assentamentos: Que de tudo o que resultar destas combinações vá fazendo cada hum dos sobreditos Conselheiros huma relação assignada por elle, pelo Escrivão da Fazenda a quem tocar, e pelo official do Assentamento a que pertencer: Que as sobreditas relações com os papeis, e livros donde forem extrahidas, sejam depois propostas em pleno Conselho, e sendo nelle qualificadas, e approvadas por pluralidade de votos, se rubriquem por dous Ministros em cada huma das suas folhas, e se lancem no fim dellas despachos assignados por todos os Conselheiros, nos quaes, reprovando-se individualmente cada hum dos Tencionarios, que se acharem em termos de serem excluidos, se mandem fazer novos assentamentos aos que estiverem nesses termos: Que se fação livros novos para os referidos assentamentos, nos quaes indispensavelmente se exprimão o nome, e todos os cognomes que tiverem os Tencionarios, as suas idades, e Freguezias onde houverem sido baptizados, e os nomes, e cognomes dos pais, e mães de cada hum delles: E que finalmente assim se fique observando em todo o tempo futuro; não se podendo fazer assentamento algum sem precederem a exhibição da dita Certidão de baptismo, ante o Conselho da Minha Real Fazenda, e despacho d'elle para se lavrarem os assentamentos com todas as sobreditas declarações; debaixo das penas de nullidade dos assentos que forem lavrados em outra fôrma, e de perdimento dos officios dos Officiaes que os lavrarem, sendo proprietarios, ou do valor delles sendo serventuarios.

3. Estabeleço que as sobreditas folhas novas, e todas as mais que pelo tempo futuro se lavrarem sejam lavradas pela rigorosa ordem chronologica das antiguidades dos juros, e das antiguidades das tenças, sem jámais se poderem escrever

antes os nomes dos proprietarios de juros, e Tencionarios, que forem mais modernos, para depois delles virem escriptos os mais antigos, com huma inversão, e preposterção de ordem das quaes resultão confusões na graduação dos cabimentos, e prejuizos das partes: E Mando que a sobredita ordem regular se observe pelos Officiaes a que pertencer debaixo da mesma pena de perdimento assima declarada.

4. Attendendo a algumas justas razões, de que fui informado: Estabeleço, que os Livros do assentamento (que sempre se devem conservar na custodia do Conselho, sem della poderem sahir em caso algum para as casas dos respectivos Officiaes) posto que sejam, e devão ser sempre de segredo para todas as pessoas estranhas, o não fiquem sendo daqui em diante para os filhos das respectivas folhas; antes os officiaes a quem pertencer ficarão obrigados a exhibir aos Tencionarios, que não tiverem cabimento, os referidos Livros todas as vezes que os quizerem ver para combinarem nelles as suas antiguidades com as dos outros Tencionarios, que estiverem preferindo; e a dar-lhes as Certidões, que dos mesmos Livros requererem do que nelles apontarem a bem da sua justiça, pagando aos referidos Officiaes na fôrma dos Regimentos as Certidões, que passarem na sobredita fôrma.

5. Item: Estabeleço que nos requerimentos, que se fizerem para as justificações, com que as Tenças assentadas na Minha Real Fazenda houverem de passar de pessoa a pessoa, sejam sempre indispensavelmente insertas as Certidões dos assentamentos dos seus immediatos antecessores, extrahidas pelo Official, a que pertencer, sob pena de nullidade dos processos da justificação; das sentenças que nelles se proferirem; e dos assentamentos que por effeito dellas se fizerem.

6. Sendo certo que nem no Thesouro Geral se devem pagar ordenados, juros, ou tenças por mandados, ou quaesquer

outros papéis de fora com irregularidade que perverteria toda a harmonia de huma tão importante arrecadação; nem os interessados nas referidas folhas devem padecer o prejuizo de se lhes dilatarem os seus pagamentos, além dos termos, que para elles tenho estabelecido na Lei que Mando promulgar na mesma data desta; nem os Officiaes, que fazem as referidas folhas as devem reservar para serem lavradas no fim do anno com prejuizo do Meu Real Serviço, e bem commum das partes: Determino, debaixo das mesmas penas assima declaradas, que cada hum dos sobreditos Officiaes na sua repartição seja obrigado a ter promptas para subirem á Minha Real Presença até o fim do mez de Setembro de cada hum anno as folhas que houverem de servir no anno proximo seguinte, para baixarem por Mim assignadas até ao fim do anno em que subirem.

7. E para que as referidas folhas não sejam embarçadas com os novos assentamentos, e obitos, que accrescerem desde que se principiarem até se acabarem de lavar na sobredita forma: Ordeno que todos os ordenados, juros, e tenças, que accrescerem, ou vagarem depois do dia ultimo do mez de Junho de cada hum anno, fiquem reservados para se lançar nas folhas do anno proximo successivo, sem prejuizo da expedição das folhas, e dos pagamentos, e arrecadações do Thesouro Geral nos annos occorrentes.

8. Em ordem aos mesmos fins, Esta-beleço que todas as despesas ordinarias ou extraordinarias, que por conta da Minha Real Fazenda se costumão fazer até agora pelos referidos mandados, e papéis de fora, se fação daqui em diante por folhas lavradas, de sorte que só venhão na folha de cada anno as despesas que se houverem feito até o ultimo de Junho do mesmo anno: Reservando-se as dos outros seis ultimos mezes para a folha do anno proximo seguinte na sobredita forma. E quando as referidas despesas forem de tanta urgencia que não admittam

ADMINISTRAÇÕES E RENDAS, EM QUE SE DEVEEM PRATICAR.

casos.

9. Por justos motivos, que me forão

presentes, Prohibo, que em tempo algum sejam contratados, ou arrendados daqui em diante os Direitos da Casa da India, e das Alfandegas do Assucar, e Tabaco; como todas as mais Alfandegas destes Reinos, e suas Conquistas; o hum por cento do ouro que vem á Casa da Moeda; os Novos Direitos da Chancellaria Mor da Corte; os Direitos da casa dos cinco de Lisboa; as sizas que se pagão na casa das herdades da Cidade de Lisboa; o rendimento da Tabola Real de Setubal; os Direitos do Sal da mesma Villa; as sizas singelas, que por cabegões Me pagão as Camaras destes Reinos; o dobro das mesmas sizas destinadas ao pagamento das Tropas; e as terças dos mesmos Reinos destinadas para as fortificações delle: Ordenando que todas as sobreditas rendas se arrecadem pelos Administradores e Thesoureiros, que Eu for servido nomear: E que estes passem ao Thesoureiro Geral os seus recebimentos na forma abaixo declarada.

10. Os Thesoureiros da Casa da India, e Alfandegas do Assucar, e do Tabaco mandarão nos primeiros cinco dias de cada mez ao Thesoureiro Geral (com guia dos Provedores, e do Administrador, e Certidão do que as referidas casas de Despacho tiverem rendido no mez proximo precedente) todo o recebimento que nelle houverem feito, tanto em dinheiro liquido, como em escritos, ou creditos a vencer onde ate agora os houve.

11. Os Direitos da casa dos cinco, que, constituindo huma parte integrante dos que são pertencentes á Alfandega do Assucar, e arrecadando-se por isso dentro

nella, se conservarão até agora com manifesto abuso em huma Repartição diversa com Almoxarife, e Officiaes diferentes: Determino que daqui em diante sejam arrecadados debaixo da Inspecção do Administrador da mesma Alfandega, e seus Officiaes; e sejam recebidos pelo mesmo Thesoureiro della; sem outras diferenças que não sejam: Primeira, a de serem lançados os referidos Direitos em Livro separado, no qual se conservem no estado de pagarem o que pagão presentemente, não obstante serem despachados na mesa grande: Segunda, a de se lavrar para elles huma distincta folha: Para o que Hei desde logo por abolida a sobredita Casa chamada dos cinco, com todos os Officios a ella concernentes, da mesma sorte, que se nunca houvessem existido: E Mando que o sobredito Thesoureiro da Alfandega faça entrar tambem todos os mezes estes Direitos no Thesouro Geral em conta separada, observando em quanto ao mais o que Tenho assim ordenado sobre os outros pagamentos que deve fazer no Thesouro Geral o mesmo Thesoureiro.

12. Item: Mando que os outros Thesoueiros das Alfandegas das Provincias destes Reinos sejam obrigados a fazer entrar no Thesouro Geral aos quarteis os seus respectivos recebimentos com a espera de trinta dias continuos, successivos, e improrogaveis, de tal sorte que passados elles, ficarão pelo mesmo facto do lapso do tempo incursos nas penas abaixo declaradas: E para que as suas remessas se não possam retardar com o motivo de falta de Letras, ou de portadores seguros: Ordeno que todas sejam feitas pelos Correios das Cabeças das Comarcas ao Correio Mór desta Côrte, pagando-se-lhe hum por cento do seu transporte pelo perigo delle; pagando os respectivos Correios do referido premio as Guardas de Militares, que Mando lhe sejam dadas pelos Officiaes a quem as pedirem; e vencendo nellas oito vintens por dia cada soldado de cavallo; e hum tostão

se forem auxiliares, ou das ordenanças.

13. Item: Mando que os Thesoueiros de todas as Alfandegas de Meus Dominios Ultramarinos observem tudo o referido nas partes, em que lhe for applicavel, entregando todos os mezes os productos dos seus recebimentos na sobredita fórma nos Thesouros publicos, que em cada huma das Capitaes dos mesmos Dominios Ultramarinos Tenho mandado estabelecer para estes effeitos.

14. Item: Mando que o Administrador da Casa das Herdades (que nella servirá tambem de Thesoureiro, para o que Hei por extincto o Officio que até agora houve de Thesoureiro desta Gabella); e os Thesoueiros do hum por cento do ouro, que vem á Casa da Moeda; dos Novos Direitos da Chancellaria Mór; da Taboia Real de Setubal; dos Direitos do Sal; e da Alfandega da mesma Villa; observem o mesmo que deixo estabelecido a respeito dos Thesoueiros da Casa da India, e das Alfandegas, do Assucar, e Tabaco.

15. Havendo mostrado a experiencia, que todos os meios que até agora se applicarão á cobrança das sizas das Comarcas destes Reinos, forão invalidados pelas negligencias, e dolos, com que a referida cobrança se illudio em consideraveissomas: E attendendo á grande importancia de que he para o Meu Erario, e bem commum dos interessados nelle, que esta porção do Meu Real Patrimonio se faça exigivel, e prompta a seus devidos tempos: Determino, que do primeiro de Janeiro proximo futuro em diante, fique a cargo dos Corregedores das Comarcas destes Reinos, ou dos Ministros que seus cargos servirem, a cobrança das referidas sizas: Concedendo para as execuções a ella concernentes a cada hum dos ditos Corregedores nas suas respectivas Comarcas toda a necessaria, e cumprida jurisdicção: Ordenando que com ella procedão á effectiva arrecadação das ditas sizas, na conformidade dos parafos qua-

tro, cinco, seis, e sete do Alvará de cinco de Junho de mil setecentos cincoenta e dous, em que aboli todos os Almozarifes, e Executores particulares; e Dei a fôrma com que se devia fazer nas Cidades, e Villas destes Reinos, e Cabeças das Comarcas delles, a sobredita cobrança pelos Provedores, cuja jurisdição Hei por extincta para este effeito sómente.

16. Ordeno, que os mesmos Corregedores sem permittirem que parcella alguma de dinheiro pare nas mãos dos Recebedores particulares das Cidades, e Villas das suas Comarcas, ou que nelles haja negligencia em receberem as sizas, como devem, sejam obrigados a fazer entrar até o fim de Janeiro de cada hum anno, nos Cofres das Cabeças das suas Comarcas toda a importancia dos Cabeções das Cidades, e Villas dellas, que se houverem vencido no anno proximo precedente: Fazendo inteirar summaria, verbalmente, e de plano pelos Vereadores das respectivas Camaras, o que por omisão, ou commissão faltar nos opportunos, e integraes pagamentos dos Recebedores, que pelas mesmas Camaras são nomeados, e affiançados na conformidade do sobredito Alvará.

17. Consequentemente Mando, que os mesmos Corregedores tenham a obrigação indispensavel de fazerem passar para o Thesouro Geral desta Côrte (e não para o Thesoureiro a quem até agora se remetterão, o qual Sou Servido extinguir com o seu Escrivão) as sobreditas sommas até o fim do mez de Fevereiro. proximo seguinte ao mez de Janeiro em que na referida fôrma devem ter prompto o dinheiro nos Cofres das Cabeças das suas respectivas Comarcas, fazendo as remessas na conformidade do paragrafo dezesete do sobredito Alvará de cinco de Junho de mil setecentos cincoenta e dous, e do outro Alvará de declaração do referido paragrafo, dado em trinta de Março de mil setecentos cincoenta e tres; só com a differença de que devendo agora ser todo o dinheiro remettido, sem ex-

cepção alguma de pessoas, ao dito Thesouro Geral; de todo se deve pagar o premio de hum por cento ao Correio Mór quando as remessas forem aos seus Officiaes encarregadas.

18. Derogando em tudo o mais o sobredito Alvará de cinco de Junho de mil setecentos cincoenta e dous: Estabeleço que sendo passado o mez de Fevereiro de cada hum anno, sem que os sobreditos Corregedores, ou Ministros que seus cargos servirem, tenham feito entrar no Thesouro Geral na fôrma assima ordenada a total importancia das Sizas das suas respectivas Comarcas, se lhe expção pelo Inspector do mesmo Thesouro as ordens necessarias para se lhes declararem as suspensões em que desde agora os Hei por incursos nesse caso por esta mesma Lei; para se fazer sequestro, e execução nos proprios bens delles Corregedores, deixando-se-lhe com tudo regresso para haverem executivamente pelos Vereadores, ou Recebedores das Camaras o que por elles houverem pago; e para ficarem inhabilitados para tornarem a entrar no Meu Real serviço em quanto se não mostrarem inteiramente quites das sommas, que não houverem entrado no sobredito Thesouro: no qual Ordeno que annualmente se lhes passem gratuitamente as suas Cartas de quitação pelos Contadores Geraes a que tocar; e que indo por elles assignadas, e legalizadas com a vista do Inspector Geral, lhes valhão em juizo, e fóra delle para todos, e quaesquer effeitos, sem a isso se lhes pôr duvida, ou embargo algum.

19. Aos mesmos Corregedores encarrego a cobrança, e arrecadação dos dobros das sizas, que são destinados ao pagamento das Tropas: Os quaes Mando que sejam cobrados pelas Camaras, e seus Recebedores na mesma fôrma em que cobrão as sizas singelas: Que sejam tambem do mesmo modo remettidos, assim pelas referidas Camaras, e seus Recebedores aos Cofres das Cabeças das Comarcas, como delles para o Thesouro Geral de-

baixo da inspecção dos sobreditos Corregedores: Praticando-se a respeito dos referidos dobros todos os procedimentos, e penas que deixo assima estabelecidas, para a arrecadação das sizas singelas; só com duas differenças, a saber: Primeira, que os Recebedores das Cidades, e Villas vencerão de seus ordenados meia parte mais do que até agora vencerão pela cobrança das sizas singelas: Segunda, que as remessas dos sobreditos dobros se farão sempre ao Thesouro Geral em contas separadas, e Relações differentes das que devem acompanhar os productos das outras Sizas, que tem applicações diversas.

20. Havendo-Me sido presente, que as Terças dos bens dos Concelhos, as quaes já quando se compillarão as Ordenações destes Reinos se achavão de tempo então muito antigo applicadas ao reparo dos muros, e Castellos; e que por Mim, e pelos Senhores Reis Meus Predecessores forão sempre consignadas para as fortificações, a que pertencem por sua natureza, se tem distrahido com extraordinarios excessos; já por conflictos de jurisdições differentes; já por fallencias de Rendeiros; já por quebras de Depositarios; de sorte que pouco tem sido, a respeito da totalidade dos productos annuaes das mesmas Terças, o que dellas tem entrado no Cofre das referidas fortificações: Havendo, como Hei por extinctas a Thesouraria, e Executoria das referidas Terças do Reino, Mando que os Provedores das Comarcas a quem pelo seu Regimento pertence a cobrança das mesmas Terças, em todos, e cada hum dos logares onde forem tomando ás Camaras as contas das suas rendas, e antes de sahirem das Villas onde as taes contas tomarem; vão fazendo remetter as Terças dellas ao Cofre publico, que Sou Servido crear em cada Cabeça de Comarca para estes recebimentos: E isto em tal fôrma que quando os sobreditos Provedores acabarem de fazer as Correições das suas respectivas Comarcas se achem nos Cofres

das Cabeças dellas recolhidas todas as Terças, sem diminuição, ou quebra alguma qualquer que ella seja; para serem pelos mesmos Provedores remettidas ao Thesouro Geral na conformidade, e nos termos que deixo assima ordenados para as remessas das Sizas do Reino, e suas quitações pelos Corregedores; e debaixo das mesmas penas que a respeito delles Tenho estabelecido nesta Lei.

21. Para que nos sobreditos Cofres das Cabeças das Comarcas haja sempre a arrecadação, e segurança que convem: Mando que as Camaras nomeiem para elles Recebedores pelos quaes fiquem obrigadas, na conformidade do que Tenho determinado a respeito dos Recebedores das Sizas; vencendo os que tiverem a seu cargo o récebimento das Terças nas Cabeças das Comarcas emolumentos iguaes aos que vencem os sobreditos Recebedores das Sizas: E guardando o dinheiro em Cofres de tres chaves; das quaes terão huma os mesmos Recebedores; outra os Juizes de fóra, ou quem seus cargos servir; e a terceira os Escrivães da Camara, que o serão da Receita, e Despeza dos mesmos Recebedores, as quaes se farão sempre á boca dos referidos Cofres indispensavelmente.

22. Attendendo a que todas as providencias estabelecidas no Regimento, e todas as que depois d'elle estabelecêrão os Senhores Reis Meus Predecessores, para a opportuna cobrança dos quatro e meio por cento, que forão offerecidos pelos Meus Vassallos para o pagamento das Tropas, que constituem a defeza do Reino, não bastarão até agora para que huma tão necessaria contribuição deixasse de padecer atrazos, e fallencias incompatíveis com as applicações, que fizerão os seus objectos: Determino que o Superintendente Geral desta Côrte, e seu termo estabeleça logo em sua casa hum Cofre de duas chaves, do qual elle tenha huma, e outra o Escrivão do seu cargo: Que no referido Cofre faça entrar pelos Thesoureiros das respectivas Freguezias

todos os rendimentos dellás na fôrma do Regimento em duas pagas iguaes; das quaes huma se faça até o fim de Junho, e a outra até o fim de Dezembro de cada hum anno: Que na mesma conformidade vá expedindo aos sobreditos Thesoureiros conhecimentos de recibo por elle assignados, e lavrados pelo seu Escrivão do que metterem no Cofre, os quaes lhe ficarão servindo de descarga e quitação plenaria, sem a dependencia de outra alguma formalidade: Que os sobreditos Superintendentes sejam obrigados a fazer entrar no Thesouro Geral os referidos dous pagamentos; a saber: o que for vencido no mez de Junho, até o fim de Julho do mesmo anno; e o que se vencer no mez de Dezembro até o fim de Janeiro do anno proximo seguinte: Que havendo demora nos referidos pagamentos, e fôrma delles assim ordenada pela omissão dos Ministros, e Officiaes que os tem a seu cargo, proceda o dito Superintendente Geral contra elles verbal, e executivamente para haver por seus bens as faltas, ou diminuições em que se acharem: Que não o fazendo assim os mesmos Superintendentes Geraes, de sorte que o dinheiro entre nos Cofres do Thesouro na fôrma assim declarada, o Inspector Geral mande expedir contra os ditos Superintendentes ordens de execução na mesma conformidade, e com as mesmas penas que deixo assim estabelecidas a respeito dos Corregedores, Provedores, e Recebedores das Comarcas: E que não bastando as referidas ordens executorias para se effectuarem os pagamentos; e vindo a ser necessario conhecimento de causa para estas execuções, se decidão todas ellas, e suas dependencias no Conselho da Minha Real Fazenda com assistencia do Procurador Fiscal da Junta dos tres Estados: O qual a respeito desta, e de todas as outras causas concernentes ás consignações destinadas ao pagamento, e provimentos das Tropas, exercitará sempre o seu Emprego de Procurador da Fazenda

da daquellas causas, como até agora o exercitou na Casa da Supplicação, sem a menor differença.

23. O mesmo ordeno, que se observe em tudo o que for applicavel pelos Superintendentes, e Juntas das Cabeças das Comarcas debaixo das mesmas penas, que serão executadas contra todos em geral, e cada hum em particular dos que forem nesta arrecadação empregados pelos Ministros que constituem as referidas juntas, e contra ellas, como parecer ao Inspector Geral do Thesouro, que mais convem á arrecadação deste subsidio; ficando aos que pagarem pelos outros, regresso contra elles pela mesma via executiva, pela qual houverem satisfeito o dito subsidio.

24. Porém para estas remessas das Cabeças das Comarcas do Reino concedo mais o termo de hum mez peremptorio, continuo, e improrogavel, em cada pagamento: E permitto que as importancias delles possam ser remettidas pelos Correios com o seu competente premio na fôrma assim ordenada: Bem entendido, que os lançamentos se hão de fazer nos mezes, que estão destinados para se evitar a vexação das partes; nas cobranças inesperadas, e repentinas; e nas violencias dos Meirinhos; precavidas no Decreto de El-Rei Meu Senhor e Pai, que Santa gloria haja, expedido a vinte de Janeiro de mil setecentos e vinte e dous, o qual confirmo, e Mando que tenha a sua exacta observancia.

25. E para que o mesmo Decreto se observe mais inviolavelmente; Ordeno que os sobreditos lançamentos (na conformidade de outro Decreto do mesmo Senhor Rei expedido a vinte e nove de Dezembro de mil setecentos e vinte e hum, que tambem confirmo da mesma sorte) se achem feitos até o fim do mez de Fevereiro de cada hum anno: E que delles se remettão annualmente Relações ao Inspector Geral do Thesouro para neste constarem as importancias, que devem entrar nelle.

ARRENDAMENTOS DOS BENS E DIREITOS, QUE DEVEM  
SER ARREMATADOS POR CONTRATOS.

26. Os Recebimentos de todas as outras rendas dos Bens, e Direitos que a Minha Corôa tem nestes Reinos e seus Dominios, serão arrematados (quando Eu por especial ordem Minha não mandar o contrario) pelos mesmos Tribunaes por onde até agora o forão.

27. Não poderão porém ser nelles estipuladas condições relativas de outras condições antecedentes, como se praticou até agora com tão grave prejuizo do Meu Real Erario: Antes se não tornarão a escrever similhantes condições relativas: As quaes no caso em que se escrevão condemnno desde logo por nullas, e de nenhum effeito; e aos Ministros, que as assignarem, e Officiaes que as lavrarem na pena de ficarem privados dos seus empregos, e officios pelo mesmo facto, e inspecção delle sem necessidade de outra alguma prova. E Mando ao Procurador da Minha Real Fazenda promover contra todos os sobreditos.

28. Da mesma sorte prohibo, que nos sobreditos Contratos de arrematação se escrevão palavras susceptiveis de interpretações scientificas, e de intelligencias de Doutores; das quaes palavras resultem questões e duvidas Forenses, e como taes incompativeis com a simplicidade dos termos a todos claros, e perceptíveis, que em similhantes Contratos requer, e costuma praticar a boa fé das Côrtes polidas, e dos que com ellas contratão ao dito respeito: Reprovando, e condemnando como nullas as sobreditas interpretações, e intelligencias: E ordenando que os referidos Contratos se concebão em termos tão claros, e perceptíveis, que aos Arrematantes não fique duvida alguma sobre o que estipularem; e que as clausulas das sobreditas arrematações se entendão sempre no sentido literal, e as palavras dellas na significação vulgar, pratica, e commua; e não de outra fôrma, ou de qualquer outro modo, ou maneira: De sorte que escreven-

do-se nas arrematações, ou interpretando-se nas Sentenças as sobreditas clausulas, e palavras em outra fôrma que não seja a que Tenho assim ordenado; incorrerão os que as escreverem, ratihabirem, ou interpretarem nas mesmas penas estabelecidas no paragrafo proximo precedente.

29. Item: Prohibo que daqui em diante se arremate Contrato algum da Minha Real Fazenda por virtude de Editaes postos pelo Corretor della sómente nas portas dos differentes Tribunaes por onde se costumão fazer as arrematações. E Ordeno, que o sobredito Corretor seja obrigado a enviar no mez de Janeiro de cada hum anno á Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios o numero de trezentas Relações impressas nas quaes declare especificamente cada hum dos Contratos, que se houverem de arrematar naquelle anno por cada huma das Repartições, por onde os mesmos Contratos houverem de ser arrematados; declarando tambem a respeito de cada hum delles os dias precisos em que se houverem de pôr a lanços, e o em que se houverem de arrematar, que nunca será antes das onze horas da manhã, ou das quatro da tarde; Para que a mesma Junta do Commercio faça repartir as sobreditas Relações pelos Negociantes, que costumão lançar nestes Contratos: Nos quaes Mando, que vá sempre inserta a Certidão do Secretario da referida Junta, em que gratuitamente atteste que nella forão recebidas as ditas Relações; sob pena de insanavel nullidade dos Contratos; de privação dos Officiaes que os lavrarem; e do Corretor da Fazenda no caso de omittir a remessa das ditas Relações no tempo assim declarado.

30. Item: Prohibo que daqui em diante se arrematem os referidos Contratos a pessoas, que nelles lancem para terceiros, vulgarmente chamadas: Testas de ferro; obviando assim aos muitos inconvenientes, que tem resultado de similhantes arrematações feitas a homens

desconhecidos, e sem credito proprio que os legitimasse. E Mando que todos os Langos, e Contratos feitos por similhan-tes homens, sejam nulos, e elles casti- gados com as penas estabelecidas contra os que fazem collusões nos Contratos da Minha Real Fazenda.

31. Item: Attendendo á impossibili-

dade, que ha de que possa segurar por Cabedades de Fiaidores particulares as Ren-

das dos Bens, e Direitos do Meu Real

Erario; e aos embaragos que dos sobre-

ditos Fiaidores se tem seguido tanto nas

armematações dos Contratos como nas

execuções para os pagamentos dos preços

delles: Prohibo que daqui em diante se

estipulem os sobreditos Contratos com

fiangas: Ordenando que sem ellas se fa-

gaõ: Consistindo a segurança da Minha

Real Fazenda em primeiro lugar nas qua-

lidades dos Arrematantes, ou de serem

todos pessoas conhecidas, abonadas, e de

notorio credito: Em segundo lugar em

ficarem todos os seus Socios presentes,

e futuros, e os que com elles tiverem

interesse obrigados cada hum *in solidum*

á Minha Real Fazenda, posto que não as-

signem os Contratos, porque a qualida-

de de Interessados os constituirá sem-

pre fiadores legaes na sobre dita forma:

E em terceiro, e ultimo lugar em se lhe

regularem, e pedirem os pagamentos de

sorte que nem se vexem os Contratos do-

res, nem parem nas suas mãos quantias

tão grossas que excedão as suas faculda-

des na forma que abaixo sera determi-

nada: E Hei desde logo por nulos, e de

nenhum effeito todos os Contratos ce-

lebrados contra o que Tenho disposto assi-

ma ao dito respeito.

32. Item: Considerando, que aos Mi-

nistros, e pessoas, que houverem de fa-

zer as ditas arrematações pôde causar

justo reparo tomarem sobre si a appro-

vagão dos Arrematantes sem fianças: Pro-

hibo da mesma sorte, que da publicação

desta em diante, sob pena de nullidade,

se faça arrematação alguma de rendas

dos Bens, e Direitos da Minha Corôa, que

que Tenho ordenado.

gar mais idoneo.

33. Item: Tendo consideração ao fa-

vor, que merecem os que arrematão Con-

tratos da Minha Real Fazenda para que

dem possam cumprir com os pagamentos

dos preços em que os arrematão, sem que

nas sollições delles padegão vexação: Pro-

hibo que da publicação desta em diante

se estipule nos sobre ditos Contratos ou-

tra forma de pagamentos, que não se-

jaõ, a saber: para os Contratos, que, ten-

do recebimento diario, he este arrecar-

gado pelos Thesoureiros, ou Recebedo-

res das suas repartições (quaes são os

que vão descriptos na Relação que sera

com esta Lei debaixo do Numero Pri-

meiro) se estipulará que os mesmos Re-

cebadores levem ao Thesouro Geral to-

dos os mezes na forma que Tenho orde-

nado tudo o que cobrarem, até inteira-

satisfação do que o Contratador se hou-

ver obrigado a pagar: Para os outros

Contratos em que os Contratadores re-

cebem na sua casa o dinheiro (quaes são

os que vão descriptos na outra Relação,

que vai também junta a esta Lei de-

baixo do Numero Segundo) se estipula-

ra que paguem hum quartel sobre outro:

E para os outros Contratos, que se cele-

brarem sobre fructos da terra, em que

as colheitas, e vendas delles são sempre

annuas (quaes são os descriptos na ou-

tra Relação que também vai junta de-

baixo do Numero Terceiro) se estipula-

ção os pagamentos divididos em duas

iguaes porções, humas pelo São João, ou-

tra pelo Natal; dando-se aos Contrata-

dores para cada hum dos sobre ditos dou-

pagamentos sessenta dias de espera, con-

tinuos, successivos, e improporaveis, e

no fim dos quaes se procederá contra

elles a remoção, e execução na forma

que Tenho ordenado.



34. Item: Attendendo a que os atrazos, e distracções dos pagamentos das Rendas da Minha Real Corôa pelas maliciosas allegações, com que muitos Contratadores dellas procurarão illudir as suas obrigações, debaixo dos pretextos de perdas, e de casos fortuitos, erão já escandalosos ao tempo em que se publicarão; o Capitulo cento e cincoenta e quatro das Ordenações da Fazenda dadas em dezesete de Outubro de mil quinhentos e dezeseis, que só permittio as encampações nos dous casos nelle expressos; o Alvará de quatorze de Julho de mil quinhentos e vinte e quatro, que, confirmando o mesmo Capitulo cento e cincoenta e quatro, extendeo os dous casos nelle declarados á remissão, ou quita; e outro Alvará de vinte e seis de Março de mil quinhentos e oitenta e dous, que, defendendo geralmente as encampações, e remissões, com clausulas mais exuberantes, determinou que em nenhum caso fortuito, ordinario, ou extraordinario; sólito, ou insólito, nem ainda naquelles dous casos que havião exceptuado os Senhores Reis D. Manoel, e D. João III; não só se não admitisse encampação ou remissão aos Rendeiros, e Contratadores das Rendas Reaes; mas antes estes se entendesse sempre haverem contratado com renunciação de todos os sobreditos casos para ainda nelles ficarem obrigados, e os não poderem allegar, como escusa para retardarem as execuções que contra elles fizessem: E sendo informado com a mesma certeza de que todas as referidas Leis forão, e se acham ainda frustradas por interpretações de Direito commum, que o não he, nem deve ser contra os casos expressos nas Disposições das Leis particulares desta Monarquia: Para que de huma vez cesse hum abuso de tão perniciosas consequencias: Prohibo da mesma sorte, que da publicação desta Lei em diante se possa fazer arrematação, ou Contrato algum sobre Rendas dos Bens, e Direitos da Minha Coroa sem que es-

tipule por clausula literalmente expressa, que os sobreditos Rendeiros, e Contratadores renuncião todos os casos, fortuitos, ordinarios, ou extraordinarios, e todos os casos sólitos, ou insólitos; cogitados, ou não cogitados; e que em todoz, e cada hum delles ficarão sempre obrigados sem delles se poderem valer, nem os poderem allegar em tempo algum, e para algum effeito qualquer que elle seja: A qual clausula convencional se cumprirá sempre na sobredita forma literalmente assim como for estipulada, sem que jámais se possa converter em Juizo, ou fóra delle a sua validade; não obstante quaesquer Disposições de Direito commum; Decisões; ou Opiniões de Doutores, assim Reíniculas, como estranhos, que todas Hei por derogadas, e invalidas ao dito respeito.

35. Porque porém póde haver entre os sobreditos casos alguns que se fação dignos da Minha Religiosa, e indefectivel clemencia; reservo para o Meu immediato conhecimento a decisão dos casos em que concorrem aquellas circumstancias; para nelles mandar proceder como achar que he mais justo; sem que com tudo este remedio extraordinario possa servir de impedimento aos meios ordinarios, com que na fórmula desta Lei se proseguirem as execuções; em quanto não houver immediata, e especial Ordem Minha para nellas se obstar, em todo, ou em parte.

### TITULO III.

**Do que se deve observar no mesmo Conselho para o despacho dos negocios pertencentes á Jurisdicção contenciosa.**

1. A Jurisdicção contenciosa, que por esta Lei fica pertencendo privativa, e exclusivamente ao Conselho de Minha Real Fazenda para processar, e decidir as execuções, que do Thesouro Geral lhe forem remettidas, será exercitada na maneira seguinte.

2. Logo que as contas correntes com

os alcanços que ellas fizerem líquidos, e som os papéis que as acompanharem, forem recebidas pelos respectivos Procuradores da Minha Fazenda cada hum na Repartição, que lhe tocar; as mandará ao Escrivão do Juizo dos Feitos da Coroa, e Fazenda, a quem pertencerem, para as autuar, e fazer conclusas ao sobredito Conselho da Minha Real Fazenda no termo de tres dias continuos, successivos, e improrogaveis, debaixo das penas, de privação do Officio, e de seis mezes de cadeia, em que incorrerão pelo lapso do referido termo os ditos Escrivães, se por mais tempo dilatarem as sobreditas continuacões, e conclusões. Nas mesmas penas incorrerão pelas mortas, que fizerem nos mais termos abaixo declarados.

3. E para que conste quando os referidos termos tem principio, e fim: Mandamos que cada hum dos sobreditos Meus Procuradores tenha hum livro, ou protocolo, no qual fação lançar os dias em que os papéis, e Autos forem para os ditos Escrivães, e os em que elles os fizessem conclusos ao Conselho: Mandando cada hum dos Meus ditos procuradores a Minha Real presença nos mezes de Junho, e Dezembro de cada anno huma Relação especifica das Execucões, que por elles correrem; do tempo em que principiaarem; e do estado em que se acharem.

4. Em todas as causas das referidas execucões se procederá verbal, e mercantilmente, de plano, e pela verdade sabida; assim pelo que pertence a Minha Real Fazenda, como pelo que toca a defeza das partes; na forma abaixo declarada.

5. Com as contas correntes, que forem extrahidas do Thesouro Geral (na sobredita forma) entrará sempre a Minha Real Fazenda com a sua intençaõ fundada, e liquidada, assim de facto, como de Direito, sem necessitar de outra alguma prova.

6. Nesta certeza assim como as referidas

ridas Contas correntes, e papéis a ellas concernentes, se propozerem no Conselho, se assignarão por despacho do Juiz Relator dez dias continuos, successivos, e peremptorios, que serão logo intimados aos Executados nas suas pessoas, ou na de qualquer dos seus Socios, ou Procuradores; ou por Editaes de dez dias, não estando na Corte, nem tendo nella Procurador, ou Socio; para no termo dos sobreditos dez dias assignados ajuntarem os documentos, que tiverem para a sua defeza: E cobrando o Escrivão os autos com os referidos documentos, e declaracões do que nelles se convier, e do que com elles se pertencer provar; os continuará ao mesmo Juiz Relator. O qual achando que para isso concorre justa causa, poderá ainda conceder aos mesmos Executados os dias que lhe parecerem competentes (com tanto que não excedão de dez) para sustentarem os referidos documentos, e allegarem o que fizer a bem da sua justiça contra a execução. Porque também estes dias de- vem ser continuos, successivos, e improrogaveis; tanto que elles forem findos, cobrará o Escrivão os autos, e os continuará sem esperar outro despacho, ao Procurador Fiscal a quem tocarém; o qual também sem outra formalidade os levará com a sua resposta ao Conselho; para nelle serem distribuidos, e entregues ao Conselheiro, que se achar no turno; e para que sendo o mesmo Conselheiro Relator, se sentencie em conciencia o que for justiça a bem de Minha Real Fazenda, e das partes.

7. Attendendo a que ou os mesmos Procuradores Fiscaes, ou os Executados, poderão ainda ter em alguns casos justa causa para pedirém alguma declaracão das sentenças, que se profirerem na sobredita forma: Ordeno que logo que ellas forem proferidas, sejam notificadas no termo de vinte e quatro horas; ou as mesmas partes, ou a qualquer dos seus Socios, ou Procuradores com a intimação de que lhe ficão correndo cinco

dias também continuos, e improrogaveis, e contados da hora da intimação, para poderem embargar, parecendo-lhes; ou dentro do referido termo; ou na parte delle que restar, quando forem entregues os embargos. Os quaes sendo pelo Escrivão remettidos no mesmo dia, em que os receber aos respectivos Procuradores da Fazenda, os trarão estes ao Conselho: E entregando-os nelle ao Juiz Relator, serão julgados na sobredita fórma pelos mesmos Ministros, que houverem proferido a Sentença, sem a falta de algum dos que houverem sido Juizes na mesma Sentença; e sem que entrem nos embargos outros de novo; a menos que não seja por morte, ou mudança para outros Tribunaes: Para que sendo os embargos julgados por provados, mandem suspender, e annular as Execuções, que houverem feito aos embargantes: E para que sendo os mesmos embargos rejeitados, se mandem extrahir dos referidos Processos verbaes as Cartas Executorias, com que se devem proseguir as execuções até se ajuntar aos autos conhecimento authenticico de haverem sido as quantias dellas entregues no Thesouro Geral.

8. Será sempre Juiz Executor destas Sentenças o Conselheiro da Fazenda que Eu for servido nomear: Vencendo este á custa das partes (além das assignaturas) dous por cento das quantias que por effeito das sobreditas Executorias, e procedimentos que dellas se seguirem, entrarem no Thesouro Geral: Havendo Eu, como Hei desde logo por extinctos todos os outros Executores Letrados que até agora exercitarem nesta Côrte nas differentes Repartições da Minha Real Fazenda.

9. Havendo esta entrado com a sua intenção liquidada, e fundada de facto, e de Direito na fórma assim estabelecida: E devendo por isso os devedores vir também a Juizo preparados com as suas defezas, que só podem consistir em quitações, e pagas: Mando que a respeito delles se observe o seguinte.

10. Apresentando os mesmos devedores quitações liquidas, e puras de pagamentos que hajão feito no Thesouro Geral, ainda depois de terem sido presos, ou sequestrados, lhes serão logo recebidas, e elles absolutos nas concorrentes quantias das sobreditas quitações: De sorte que extinguindo-se com ellas as dividas na sua total importancia não pagarão mais custas do que aquellas que necessarias forem para se lhes expedirem as suas Sentenças de absolvição: E havendo os ditos pagamentos sido feitos sómente em parte, se continuará a execução pela outra parte, que restar para se pagarem os dous por cento, e as mais custas que forem competentes ás quantias por que se continuarem as execuções.

11. Considerando que as execuções, e sequestros que se fazem pelas dividas da Minha Real Fazenda se costumão impedir muito frequentemente com embargos de terceiros senhores, e possuidores, os quaes por huma parte são muito attendiveis quando são bem fundados, porque não poderia haver cousa mais incompativel com a Minha constante Justiça, e Religiosa clemencia do que pagarem os terceiros, senhores, e possuidores dos taes bens por erro, ou engano, o que na realidade só devem os outros terceiros Contratadores, Thesoureiros, ou Executores negligentes, ou dolosos; e que pela outra parte quando são maliciosamente maquinados os referidos embargos, não cabe na rasão que produzão effeito, nem possam prestar impedimento a tão indispensaveis execuções: Ordeno a respeito destes embargos o seguinte.

12. Sendo certo, que em todo, e qualquer juizo, ou seja ordinario, ou sumario, ou ainda daquelles em que se procede de plano, como Tenho ordenado, que nestes casos se deve proceder, não póde pessoa alguma ser admittida, sem se legitimar antes de tudo: E sendo igualmente certo que os sobreditos embargos de terceiro, senhor, e possuidor

contém por sua natureza hum remedio meramente possessorio no qual sempre se ajuntão os titulos ainda que se não trate senão de justificar com elles a posse: Ordeno que os embargantes exhibão logo com os seus embargos todos os titulos que tiverem para legitimar-se: E Mando, que logo que os ditos embargos forem oppostos, sejam immediatamente remettidos pelo Executor ante o qual se oppozerem ao Escrivão, que houver expedido a Executoria para os fazer conclusos ao Conselho da Fazenda: Que nelle se assignem aos embargantes dez dias continuos, successivos, peremptorios, e improrogaveis para exhibirem os mais titulos, e mais provas da sua legitimidade para poderem embargar: Que findos elles se cobrem os autos para se continuarem pelo Escrivão competente ao Procurador da Fazenda: Que este os traga com a sua resposta ao Conselho, sem mais conclusão para serem julgados: Que achando-se que os bens com effeito são dos taes embargantes, sejam estes absolutos, e as execuções que se lhes houverem feito levantadas: Que, porém, achando-se que os mesmos embargantes se não legitimão: Sejam logo excluidos *in limine*; e se mandem continuar as execuções; condemnando-se os sobreditos embargantes nas custas em dobro; e na dizima da importancia dos bens a favor do Contrato da Chancellaria Mór, por onde as outras dizimas se cobrão.

13. Attendendo na mesma forma aos embaraços, que tem resultado á arrecadação da Minha Fazenda do concurso, ou labyrintho dos credores particulares, e das preferencias fundadas na Ordenação do Reino, que as tem graduado pela prioridade das penhoras; com os graves inconvenientes, que a experiencia tem mostrado; e de que Me tem sido presentes os gravames: Mando que da publicação desta em diante se não possam mais graduar as preferencias pela prioridade das penhoras, nem ainda a res-

peito dos crédores particulares: E que ainda entre estes crédores particulares prefirão os que tiverem hypothecas especiaes anteriores, provadas por escripturas publicas; e não de outra sorte; nem por outra maneira alguma qualquer que ella seja: E que a respeito da Minha Real Fazenda se proceda na forma abaixo declarada.

14. Logo que qualquer crédor pretender entrar em concurso com o Meu Real Erario se legitimará antes de tudo verbal, summariamente, e de plano; produzindo ante o Juiz Executor todos os titulos, e razões com que intentar preferir: Para o mesmo fazer autuar estes requerimentos pelo Escrivão a que tocar, o qual continuará delles vista immediatamente ao Procurador Fiscal a que pertencer: E para que o tal Procurador com a sua resposta leve os papeis em que a lançar ao mesmo Conselho, para nelle se decidirem pela pluralidade dos votos: de sorte que achando-se os taes preferentes em algum dos dous casos em que devem preferir; os quaes são: Primeiro, o de terem hypothecas especiaes provadas por escripturas publicas, e anteriores aos Contratos dos Rendeiros da Minha Fazenda, e ás posses dos Magistrados, ou aos provimentos dos Thesoureiros, e Officiaes obrigados á mesma Fazenda; Segundo, o de terem sentenças tambem anteriormente alcançadas contra os sobreditos, com pleno conhecimento da causa, e não de preceito; ou fundadas na confissão das partes: Em qualquer destes dous casos se mandem suspender as execuções, e se proceda ao levantamento dellas, e dos sequestros, ou penhoras, que se houverem feito.

15. Achando-se porém que as hypothecas ainda provadas por escripturas publicas são sómente geraes, ou posteriores; ou que as sentenças, vendas, doações, dotes, legados, ou alheações em que os taes preferentes intentarem fundar-se, são posteriores aos Contratos

Reacs, ou aos Provimentos dos Thesoureiros, ou Officiaes que tem a seu cargo a arrecadação da Minha Fazenda, ou ás posses dos Magistrados que tem o mesmo encargo; logo serão os pretensos preferentes excluidos *in limine*, como inhabéis, e como illegitimos contraditores para serem admittidos a concurso com o Meu Real Erario; e se darão logo despachos para se ajuntarem aos autos das execuções a fim de nellas se proseguir até integral pagamento da mesma Real Fazenda.

TITULO IV.

**Da natureza dos Officios da Fazenda Real.**

1. Sendo indispensavel obviar ao abuso, que com geral escandalo, e grave prejuizo da arrecadação da Minha Real Fazenda, e da expedição, e Direito das partes, se introduzio nestes ultimos tempos; procurando-se os Officios não para cada hum se occupar no Meu serviço, e no Publico do bem commum dos Meus Vassallos, mas sim para nelles se constituirem patrimonios dos que os accumulão, ou para inteiramente abandonarem as obrigações delles, ou para entregarem o descmpenho dellas a pessoas abjectas, e improprias: Ordeno primeiramente que todos os Officios da Minha Real Fazenda, que Eu for servido prover daqui em diante tenham a natureza de meras serventias, as quaes não obstante que sejam vitalicias, ou triennaes, ficarão sempre amoviveis a Meu Real arbitrio: Em segundo lugar que assim se observe em todas as propriedades de Officios desta qualidade, que succeder vagarem, os quaes sendo por Mim providos, será sempre visto serem os provimentos delles na fórma assima declarada, e sem que nelles possa ter lugar o Direito commummente chamado Consuetudinario: Em terceiro lugar, que nenhum Official de Carta possa accumular em si dous Officios da Minha Real Fazenda, nem dous ordenados nas folhas della; declarando-os, como declaro por

incompativeis, e prejudiciaes á Paternal clemencia côm que procuro que os effeitos da Minha Real benignidade cheguem ao maior numero de necessitados benemeritos que couber no possivel: Em quarto e ultimo lugar, que os sobreditos Officiaes mandem fazer as suas pessoaes obrigações por substitutos, que por Mim não forem approvados: E tudo debaixo da pena de perdimento dos Officios, e de inhabilidade para entrar em outros.

Pelo que: Mando á Meza do Desembargo do Paço, Regedor da Casa da Supplicação, Conselheiros da Minha Fazenda, e dos Meus Dominios Ultramarinos, Meza da Consciencia e Ordens, Junta dos tres Estados, Inspector Geral do Erario Publico, Junta do Tabaco, Governador da Relação, e Casa do Porto, Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios, Capitães Generaes, Governadores, Desembargadores, Corregedores, Provedores, Juizes de Fóra, Superintendentes, e mais Magistrados, Officiaes de Justiça, Guerra, ou Fazenda, a quem o conhecimento desta pertencer a cumprão, e guardem, e fação inteiramente guardar como nella se contém, sem duvida, ou embargo algum, e não obstante quaesquer Leis, Ordenações, Regimentos, Alvarás, Provisões, ou Estilos contrarios, que todos, e todas para estes effeitos somente Hei por derogados de Meu Motu proprio, certa sciencia, Poder Real, Pleno, e Supremo; como se de todos e cada hum delles fizesse especial, e expressa menção, ficando aliás sempre em seu vigor. E ao Doutor Manoel Gomes de Carvalho, Desembargador do Paço, e Chanceller Mór destes Reinos, Mando que a faça publicar na Chancellaria, e que della se remetão Copias a todos os Tribunaes, Cabeças de Comarcas, e Villas destes Reinos: Registando-se em todos os Lugares onde se costumão registrar semelhantes Leis: E mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Dada no Palacio de Nossa Senhora d'Ajuda, a 22

de Dezembro de 1761.—Com a Assinatura de El-Rei, e a do Ministro.

NUMERO 1.

RELAÇÃO DOS CONTRATOS QUE TÊM RECEBIMENTO  
DIARIO, O QUAL HE ARRECADADO  
PELOS THESOUREIROS, OU RECEBEDORES.

O Contrato dos Azeites.  
O Contrato do Paço da Madeira.  
O Contrato da Casa das Carnes.  
O Contrato dos Portos Seccos.  
O Contrato da Fruta.  
O Contrato do Pescado Fresco.  
O Contrato do Sal.  
O Contrato do Consulado da Alfandega da Cidade de Lisboa.  
O Contrato do Consulado da Casa da India.  
O Contrato dos Vinhos.  
O Contrato das Sizas do Termo.  
O Contrato da Chancellaria dos Contos, e Cidade.  
O Contrato do Consulado da Alfandega do Porto.  
Nossa Senhora da Ajuda, a 22 de Dezembro de 1761.—*Conde de Oeiras.*

NUMERO 2.

RELAÇÃO DOS CONTRATOS, CUJO RENDIMENTO COBRÃO  
POR SI OS CONTRATADORES.

O Contrato do Tabaco, que deve ser satisfeito o seu respectivo rendimento segundo as condições do mesmo Contrato.  
O Contrato do Sabão.  
O Contrato das Cartas de Jogar.  
O Contrato da Saca, e Obriga da Cidade do Porto.  
O Contrato do Pescado da mesma Cidade.  
O Contrato das Dizimas da Chancellaria da Cidade de Lisboa.  
O Contrato dos cinco da Alfandega do Porto.  
O Contrato das Sizas das cavalgadas da Cidade de Lisboa.  
O Contrato da Mixilhoeira, e Albufeira do Reino do Algarve.

BOJ. DO C. ULTR. — LEG. ANT. — VOL II.

O Contrato da Chancellaria da Cidade do Porto.

O Contrato do Pelourinho, e Adellas da Cidade de Lisboa.

O Contrato das Armações da Farrovilhas do Reino do Algarve.

O Contrato da Armação do Medo dos Cascos do Reino do Algarve na Cidade de Tavira.

O Contrato de Santo Antonio de Arnilhas, e Monte Gordo do Reino do Algarve.

O Contrato do Rendimento do Consulado do Algarve.

O Contrato da Alfandega da Ilha de S. Miguel.

O Contrato do Rendimento dos dous por cento da dita Ilha.

O Contrato do Rendimento da Alfandega da Ilha Terceira.

O Contrato do Rendimento da Alfandega da Ilha da Madeira.

O Contrato do Rendimento da Ilha do Faial.

NUMERO 3.

RELAÇÃO DOS CONTRATOS DOS FRUTOS DA TERRA  
EM QUE AS COLHEITAS, E VENDA DELLES SÃO ANNUAES.

O Contrato do Rendimento dos Quintos de Magreçija, e Paradas de Fonte Arcada.

O Contrato do Rendimento da Casa de Baião.

O Contrato do Rendimento da Casa de Redondo.

O Contrato do Rendimento, e Fóros da Casa de Sarzedas.

O Contrato dos Dizimos, e Meunças da Ilha do Faial.

O Contrato dos Dizimos, e Meunças da Ilha do Pico.

O Contrato dos Dizimos, e Meunças da Ilha Graciosa.

O Contrato dos Dizimos, e Meunças da Ilha da Madeira.

O Contrato dos Dizimos, e Meunças da Cidade de Angra.

O Contrato dos Dizimos, e Meunças da Ilha de S. Jorge.

O Contrato dos Dizimos, e Meunças da Ilha da Praia.

O Contrato dos Dizimos, e Meunças da Ilha de São Miguel.

O Contrato do Rendimento da Casa de Assentar.

O Contrato do Rendimento do Reguengo de Algés.

O Contrato do Rendimento do Almo-xarifado da Malveira.

O Contrato do Rendimento dos frutos do Almo-xarifado da Azambuja.

O Contrato do Rendimento da Tulha de Thomar.

O Contrato do Rendimento dos Cel- leiros do Almo-xarifado de Alcoelha.

O Contrato dos Sobejos do Almo-xa- rifado de Benavente.

O Contrato dos Frutos do Celleiro de Alvioeira e Junceira.

O Contrato do Rendimento do Almo- xarifado das Jugadas de Salvaterra.

O Contrato do Rendimento do Almo- xarifado das Barrocas da Redinha.

O Contrato do Rendimento do Paul de Asseca.

Nossa Senhora da Ajuda a 22 de De- zembro de 1761. = *Conde de Oeiras.* (1)

ALVARÁ DECLARANDO O DE 7 DE MAIO DE 1761  
ACERCA DA NAVEGAÇÃO DOS PORTOS  
DA AFRICA.

Eu El-Rei Faço saber aos que este Al- vará de declaração virem: Que sendo-Me presente por parte dos Contractadores actuaes do Contrato dos Escravos do Rei- no de Angola o prejuizo, que experimen- tão no mesmo Contracto pelo embarço que se fez aos Comerciantes da Praça da Bahia para poderem transportar ao Rio de Janeiro os Escravos, que com as suas Embarcações costumão ir resgatar aos Portos de Angola, e Benguella; obri- gando-os a Mesa da Inspeccão da mesma Cidade, a virem em direitura a ella, e to- mando por motivo o Meu Alvará de sete de Maio do anno proximo passado, em que ordenei, que todos os Navios que na- vegassem para os Portos de Angola, e

Moçambique viessem via recta para don- de tivessem sahido, debaixo das penas comminadas no sobredito Alvará: Hei por bem declara-lo para o effeito sómente de que as palavras de voltarem os Navios dos Portos de Moçambique, e Angola via recta para os Portos donde sahirem, se não possam nunca entender, senão no sen- tido literal das palavras do dito Alva- rá: Isto he para não tocarem na ida, ou na volta outros alguns Portos da Africa Oriental, ou Occidental além dos permit- tidos; e de nenhuma sorte para impedi- rem que os Navios, que forem aos refe- ridos Portos de Moçambique, e Angola, possam voltar ou á Bahia, ou ao Rio de Janeiro como lhes fizer conta; com tan- to que em qualquer dos referidos dois Portos, onde descarregarem, cumprão com o que se acha determinado pelo re- ferido Alvará de sete de Maio de mil se- tecentos sessenta e um.

E este se cumprirá tão inteiramente como n'elle se contém, sem duvida, ou embargo algum, e valerá como Carta pas- sada pela Chancellaria, posto que por ella não ha dê passar, e ainda que o seu ef- feito haja de durar mais de hum ou mui- to annos, não obstantes as Ordenações, e todas as mais Leis, Alvarás, Provisões, Disposições, ou Costumes contrarios; que todas, e todos Hei por derogados para os effeitos neste Alvará declarados, ficando aliás em seu vigor nas partes em que a elle não forem contrarios. Pelo que Man- do ao Conselho Ultramarino, Junta do Commercio destes Reinos, e seus Domi- nios, Vice-Reis e Capitães Generaes do Estado da India, e Brasil, Governadores, e Capitães Generaes do Rio de Janeiro, Pernambuco, Grão-Pará, e Maranhão, Angola, e Moçambique, Relações dos mes- mos Estados da India, e Brasil, Gover- nadores, Capitães Móres, e mais Minis- tros, e Officiaes de Justiça, e Guerra a quem o conhecimento deste Meu Alvará de declaração pertencer; que o cumprão e guardem, e o façam cumprir, e guar- dar tão inteiramente como nelle se con-

(1) *Collecção de Delgado* — Vol. 1.º, pag. 855.

tém, registando-se nas sobreditas Relações e mais logares onde se costumão registrar semelhantes Leis. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, a 20 de Dezembro de 1762.—REI <sup>(4)</sup>.

ALTARÁ CONCEDENDO AO CONSELHO ULTRAMARINO A MESMA JURISDIÇÃO COMO A QUE COMPETE AO CONSELHO DA FAZENDA SOBRE A EXECUÇÃO DA LEI DE 22 DE DEZEMBRO DE 1761.

Eu El-Rei Faço saber aos que este Alvará de Declaração virem, que sendo distinctas as Jurisdições dos Conselhos da Fazenda, e Ultramarino, e independentes um do outro no expediente dos Negocios das suas respectivas Repartições; e podendo-se por isso entrar em dúvida se a fôrma de proceder determinada no Titulo 3. da Lei de vinte e dous de Dezembro de mil setecentos e sessenta e um para regular a Jurisdição contenciosa do Conselho da Fazenda, se deve observar no Conselho do Ultramar pelo que pertence ás execuções, que se fizerem pelas Rendas dos Meus Dominios Ultramarinos: Sou Servido declarar que a mesma Jurisdição, e fôrma de proceder que pelo referido Titulo 3. compete ao Conselho da Fazenda pelo que toca ás Rendas destes Reinos, compete ao Conselho-Ultramarino para tudo o que pertence ás Rendas dos Dominios Ultramarinos em tudo o que for applicavel.

E este se cumprirá tão inteiramente como nelle se contém. Pelo que, Mando aos Conselheiros do Conselho Ultramarino; Inspector Geral e Meu Lugar Tenente do Meu Real Erario; Meza do Desembargo do Paço; Regedor da Casa da Supplicação; Conselheiros da Minha Fazenda; Meza da Consciencia e Ordens; Junta dos Tres Estados; Junta do Tabaco; Governador da Relação, e Casa do Porto; Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios; Capitães Generaes; Governadores; Desembargadores; Corregedores; Provedores; Juizes de Fôra; Superintendentes, e mais Magistra-

dos, e Officiaes de Justiça, Guerra, ou Fazenda, a quem o conhecimento deste pertencer, o cumprão, guardem, e fação inteiramente guardar como nelle se contém, sem duvida, ou embargo algum; e não obstante quaesquer Leis, Ordenações, Regimentos, Alvarás, Provisões, ou Estilos contrarios, que todos, e todas para este effeito sómente Hei por derogadas de Meu Motu proprio, Certa Sciencia, Poder Real, Pleno, e Supremo, como se de todos, e cada um delles fizesse expressa menção, ficando aliás sempre em seu vigor. E ao Desembargador Manoel Gomes de Carvalho, Chanceller Mór destes Reinos, Mando que o faça publicar na Chancellaria, e que delle se remettão copias a todos os Tribunaes, Cabeças de Comarcas, e Villas destes Reinos; registando-se em todos os lugares onde se costumão registrar semelhantes Leis; e mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda a 16 de Junho de 1763.—Com a Assignatura d'El-Rei, e a do Ministro <sup>(4)</sup>.

PROVISÃO PROROGANDO POR MAIS TRES ANNOS  
A GRAÇA DE PODEREM DAR AS CAMARAS  
DO ULTRAMAR SUAS ESMOLAS  
PARA OS LOGARES DA TERRA SANTA.

Dom José por Graça de Deos Rei de Portugal, e dos Algarves d'aquem e d'além mar, em Africa Senhor de Guiné, etc. Faço saber aos que esta Minha Provisão virem, que por parte do Commissario Geral da Terra Santa se Me representou, que pela Provisão, que juntava, lhe concedera Eu por tres annos a antiga mercê, de que todas as Camaras das Cidades, e Villas das Minhas Conquistas Ultramarinas, podessem dar suas esmolas para ajuda do sustento dos Religiosos, que assistem nos logares, em que Christo deo por nós a vida; e porque o referido tempo estava findo, Me pedia fosse servido continuar-lhe a dita graça por outros tres annos, e attendendo ao seo requerimento sobre o que forão ou-

<sup>(4)</sup> No *Suppl. á Collecção de Delgado*.—Vol. 1.º pag. 875.

<sup>(4)</sup> *Collecção de Delgado*.—Vol. 2.º pag. 36.



vidos os Procuradores da Minha Fazenda, e Corôa: Hei por bem fazer-lhe mercê de prorogar-lhe por mais tres annos a mesma graça, para que os Officiaes das Camaras de cada humas das Cidades, e Villas de Minhas Conquistas Ultramarinas, querendo, as que tiverem quatrocentos mil réis de renda, lhe possam dar quatro mil réis de esmola; e as que tiverem cem mil réis, lhe possam dar quatrocentos réis, para ajuda do sustento dos Religiosos, que assistem na Terra Santa, em conservação dos logares Santos della: e o dito Commissario Geral, ou a pessoa que seu poder tiver, que lhes apresentará esta Provisão, dará conhecimento em fôrma do que assim receber a cada humas das ditas Camaras, e ficará assentado nos livros dellas, para os Provedores das mesmas Camaras lho levarem em conta: o que assim Hei por bem, ficando esta Provisão trasladada nos ditos livros para não pôrem a isso duvida. Pelo que Mando aos Officiaes das ditas Camaras, e mais pessoas, a que o conhecimento desta pertencer cumprão e guardem, e a fação cumprir e guardar inteiramente como nella se contém, sem duvida alguma, a qual valerá como Carta, sem embargo da Ordenação do Liv. 2.<sup>o</sup> Tit. 40.<sup>o</sup> em contrario; e não pagou novos direitos por ser esmola como costou por certidão dos Officiaes dos mesmos novos direitos.

El-Rei Nosso Senhor o mandou pelos Conselheiros do seu Conselho Ultramarino abaixo assignados. Pedro José Correia a fez em Lisboa a 10 de Novembro de 1763. De feitiço desta, e de assignatura nada. O Secretario Joaquim Miguel Lopes do Lavre a fez escrever.—João Souto Tavares.—Manoel Antonio da Cunha de Souto Maior<sup>(1)</sup>.

ALVARÁ SOBRE AS PRISAS FEITAS AOS CORSARIOS  
E PIRATAS.

Eu El-Rei Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem, que sendo-

<sup>(1)</sup> No Suppl. á Collecção de Delgado. — Vol. 2.<sup>o</sup> pag. 16.

Me presentes os intempestivos abusos, que alguns dos Commandantes das Minhas Fragatas de Guerra da Marinha de Gôa tem feito dos Cartazes, que no tempo em que a Navegação, e o Commercio daquelles mares, e costas pertencião inteiramente á Minha Corôa, com exclusiva dos Vassallos de todas as outras da Europa: Tomando-se os sobreditos Cartazes por pretextos neste presente seculo, em que a mesma Navegação e Commercio, se achão livres a todas as nações, que nos Portos da India tem as suas respectivas Colonias; para se visitarem os navios mercantes, e se extrahirem delles generos e fazendas que havendo sido nos antigos tempos de contrabandos, o não podem já ser nestes presentes tempos: Ordeno que nenhum Commandante das Fragatas de Guerra, Pallas, ou Manchúas das Minhas Reaes Armadas, ligeiras, ou de alto bordo do Estado da India, da publicação deste em diante possa, ou perguntar pelos referidos Cartazes; ou examinar as carregações dos navios mercantes que encontrar na sua derrota; e menos extrahir delles fazendas seccas ou generos molhados; debaixo das penas de perdimento dos póstos, de inhabilidade para entrarem em outros, e de serem logo remettidos ás Cadêas do Limoeiro da Cidade de Lisboa, para Eu Mandar proceder contra elles, como entender que he justo.

1.<sup>o</sup> Item: Ordeno, que muito pelo contrario todos os Commandantes, e Officiaes das Minhas sobreditas Armadas, seão obrigados a proteger, e animar o Commercio geral, e particular de todas as Nações, que tiverem paz com o Meu Estado da India: Alimpando os mares de todos os piratas; e protegendo nelles todas as embarcações mercantes, que buscarem o amparo da Minha Bandeira; e tudo o referido debaixo das mesmas penas acima declaradas.

2.<sup>o</sup> Item: Ordeno, que as sobreditas disposições, não possam admittir outra alguma excepção, que não seja a das em-

3.º Item : Porque não permite a Minha Real Magnanimidade, nem ainda na referida Guerra, que sómente deve ter por objecto a conservação do Meu Real Decoro, e a dos bens, e direitos dos Povos, que a Divina Omnipotencia constituo debaixo da Minha sujeição, se approveite a Minha Fazenda dos miseraveis despojos dos vencidos : Ordeno que todas as Prezas, que se fizerem nos combates sobre Piratas, Corsarios, ou quaesquer outros inimigos do Meu Real Estado da India, pertença inteiramente aos Commandantes, e Equipagens combatentes : Pondo-se ao tempo das capturas em huma exacta, e rigorosa arrecadação : Apresentando-se com ella ante a Junta da Fazenda da Cidade de Gôa : Fazendo esta dividir as importancias totaes das referidas Prezas por oitavos : E mandando logo beneficiar, e entregar verbalmente. A saber : dous delles preciuos aos Commandantes das respectivas Fragatas, e Embarcações de Guerra : dous aos Officiaes das Guarnições dellas desde Capitão Tenente, e de Infantaria até Guarda Marinha inclusivamente ; vencendo os dous primeiros dobradas porções das que couberem aos seus subalternos : dous aos Pilotos, Mestres, Contra-Mestres, Guardias, Calafates, Carpinteiros, e mais Artífices de cada huma das referidas embarcações de guerra : e os dous oitavos restantes, serão repartidos em iguaes porções pelos Soldados, Marinheiros, Grumetes, e mais pessoas das referidas equipagens.

partilhas sejam somente exceptuadas a artilheria, as armas brancas, ou de fogo, e as munições de guerra, que nunca podem, nem devem apropriar-se aos partilhantes, e que por isso Mando que sejam recolhidas com a devida arrecadação nos

vará seja affixado por Edital em todos os logares publicos da mesma Cidade; Que nenhum Commandante das Minhas Embarcações de Guerra ligeiras, ou Fragatas do alto bordo, possa sahír do porto della, sem levar hum exemplar deste para o affixarem nos mastros grandes, a fim de que todos os seus respectivos Officiaes, e Equipagens tenham sempre delle huma noção completa.

E este se cumprirá tão inteiramente, como nelle se contém. Pelo que: Mando ao Marquez de Pombal, do Meu Conselho de Estado, e Inspector Geral do Meo Real Erario, ao Governador e Capitão General do Estado da India, Junta da Real Fazenda da Cidade de Gôa, Ouvidor, e Juizes de Fôra do mesmo Estado, Magistrados, Officiaes de Justiça, e Guerra, e mais pessoas a quem o conhecimento deste Alvará deva e haja de pertencer, que o cumprão, guardem, e fação cumprir, e guardar sem dúbida, ou embargo algum qualquer que elle seja; não obstante quaesquer Leis, Disposições, Ordens, Regimentos, e costumes em contrario; porque todas, e todos derogão, como se nunca houvessem existido; e como se dellas, e delles fizesse expressa e especifica menção: E valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não ha de passar; e o seu effecto haja de durar mais de hum e muitos annos, sem embargo das Ordenações, que o Contrario Determinão. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, em 16 de Janeiro de 1764.

*Com a Assignatura de Sua Magestade (1).*

*Com a Assignatura de Sua Magestade (1).*

RETO FACULTANDO AOS JUIZES DA MORTE DO OUV-  
VIDOR DE CABO VERDE IMPOR AOS REOS PENAS EX-  
TRAORDINARIAS, E APPLICAR AS PECUNARIAS A  
VIUVA E FILHOS DO MESMO OUVIDOR.























































































































































